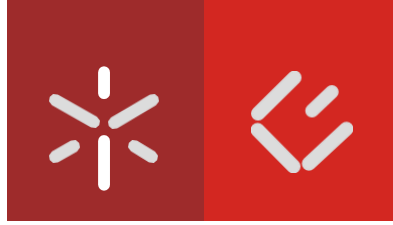


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Mariana Sofia Magalhães Martins

**A Transição do POCAL para o SNC-AP no
Município de Celorico de Basto**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Mariana Sofia Magalhães Martins

A Transição do POCAL para o SNC-AP no Município de Celorico de Basto

Relatório do Estágio Curricular no Município de Celorico de Basto, na Divisão Financeira e Orçamental

Mestrado em Contabilidade

Trabalho efetuado sob a orientação da
Prof.ª Doutora Lúcia Lima Rodrigues
Prof.ª Doutora Anabela Martins da Silva

Outubro de 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

O presente relatório de estágio é o resultado de um longo percurso académico que exigiu muito esforço e dedicação. Quero agradecer todo o apoio e motivação recebida, ao longo deste tempo, por todos que me acompanham, um agradecimento em especial aos meus pais, que me motivaram a não desistir. A toda a minha família que sempre me apoiou e deu a força necessária para a concretização deste objetivo.

Um agradecimento em especial aos meus amigos, pela motivação e apoio incondicional, e aos meus colegas de curso pela disponibilidade e ajuda constante.

Agradeço a todos os docentes do mestrado em Contabilidade e à minha orientadora que aceitou acompanhar-me neste desafio.

Por fim, agradeço à Câmara Municipal de Celorico de Basto, a disponibilidade para a realização do estágio, agradeço também à minha supervisora Dr.^a Paula Oliveira pela dedicação e acompanhamento constante ao longo do estágio, e um especial agradecimento a todos os colaboradores do Departamento Financeiro e Orçamental que contribuíram para o meu enriquecimento profissional.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

O presente relatório visa analisar o processo de implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) no Município de Celorico de Basto, nomeadamente na Divisão Financeira e Orçamental. Ao mesmo tempo, o presente relatório pretende evidenciar as atividades desenvolvidas no âmbito do estágio que decorreu entre 4 de outubro de 2021 a 4 de abril de 2022. De forma a garantir a dispensa do Estágio Profissional exigido por parte da Ordem dos Contabilistas Certificados são cumpridos os requisitos que vigoram no Regulamento de Inscrição, Estágio e Exames Profissionais (RIEEP), mencionados no artigo 9º.

A contabilidade tem assumido um papel primordial tanto no setor privado como no setor público, devido à crescente diversidade de instituições públicas e a crescente necessidade de estas prestarem contas aos cidadãos quanto à gestão dos dinheiros públicos sendo necessário aumentar a sua transparência. Deste modo a contabilidade no setor público é um instrumento imprescindível para assegurar a transparência, gestão das Finanças Públicas e *accountability*. (Nunes, Rodrigues & Viana 2016).

O SNC-AP ao integrar as normas internacionais de contabilidade pública (IPSAS) torna-se num modelo contabilístico de elevada qualidade (Nunes, Rodrigues & Viana 2016).

Através de um guião, composto por um conjunto de questões sugeridas por Fontes et al. (2016), os dados foram recolhidos através da realização de entrevistas, visando analisar as perceções da mudança do sistema contabilístico por parte dos funcionários, pretendendo conhecer os procedimentos necessários a ser alterados de forma a implementar o novo sistema contabilístico nas autarquias e como decorreu este processo de transição.

Palavras-chave: Administração Pública, Câmara Municipal; Contabilidade, POCAL, SNC-AP

Abstract

This report aims to analyze the process of implementation of the Accounting Standardization System for Public Administrations (SNC-AP) in the Municipality of Celorico de Basto, namely in the Financial and Budget Division. At the same time, this report aims to highlight the activities carried out within the internship that took place between October 4, 2021 and April 4, 2022. In order to ensure the exemption from the Professional Internship required by the Order of Certified Accountants, the requirements of the Regulation of Registration, Internship and Professional Examinations (RIEEP) mentioned in Article 9 are met.

Accounting has assumed a key role in both the private and the public sector, due to the growing diversity of public institutions and the increasing need for them to be accountable to the citizens for the management of public money, making it necessary to increase transparency. Thus, accounting in the public sector is an essential tool to ensure transparency, public finance management and accountability (Nunes, Rodrigues & Viana 2016).

The SNC-AP by integrating the International Public Accounting Standards (IPSAS) becomes a high quality accounting model (Nunes, Rodrigues & Viana 2016).

Through a script, composed of a set of questions suggested by Fontes et al. (2016), the data were collected through interviews, aiming to analyze the perceptions of the change in the accounting system by the employees, in order to know which procedures were necessary to change in order to implement the new accounting system in the municipalities and how this transition process took place.

Keywords: Public Administration, City Council; Accounting, POCAL, SNC-AP

Índice

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Índice.....	viii
Índice das Tabelas.....	x
Índice das Figuras.....	x
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	xi
1. Introdução.....	1
2. Revisão da Literatura.....	4
2.1. Evolução Histórica da Contabilidade Pública em Portugal.....	4
2.2. O POCP e o surgimento do SNC-AP.....	7
2.3. O POCAL.....	9
2.4. O SNC-AP.....	12
2.5. A Transição do SNC-AP.....	16
2.6. Benefícios da introdução do SNC-AP.....	17
2.7. Principais diferenças entre o POCAL e o SNC-AP.....	18
2.8. Perceções de Mudança.....	19
2.9. Prestação de Contas.....	20
3. Relatório das Atividades Desenvolvidas na Entidade Acolhedora do Estágio - Câmara Municipal de Celorico de Basto.....	21
3.1. Breve apresentação do Município de Celorico de Basto.....	21
3.2. Organograma da Câmara Municipal de Celorico de Basto.....	22
3.3. Plano de Estágio.....	23
3.3.1. Atividades desenvolvidas no estágio.....	24
3.3.2. Demonstrações Financeiras com adoção pela primeira vez do SNC-AP	32
3.3.3. Alterações mais significativas nas contas do POCAL para o SNC-AP no município.....	33
4. Método de Investigação.....	35
5. Resultados.....	37
5.1. Fatores individuais.....	37
5.1.1. Idade.....	37
5.1.2. Nível de Educação.....	38
5.1.3. Nível de Experiência.....	39

5.1.4.	Compromisso com valores Contabilísticos Tradicionais.....	40
5.1.5.	Disposição para a mudança	40
5.1.6.	Impacto pessoal da mudança.....	41
5.1.7.	Utilidade perceptível do Novo Relato Financeiro.....	41
5.1.9.	Interesse dos Grupos Funcionais	42
5.2.	Fatores Situacionais	43
5.2.1.	Fatores ambientais internos, externos e culturais.....	43
5.2.2.	Fatores Organizacionais	44
5.2.3.	Benefícios contextuais previstos.....	44
5.3.	Fatores Técnicos	45
5.3.1.	Benefícios Operacionais	45
5.3.2.	Custos de adoção	46
5.3.3.	Complexidade.....	46
5.4.	Fatores de Processo de Mudança	47
5.4.1.	Participação	47
5.4.2.	Comunicação.....	47
5.4.3.	Confiança no Agente de Mudança.....	48
5.4.4.	Legitimidade	48
5.4.5.	Calendário de implementação	49
6.	Conclusões.....	49
7.	Referências bibliográficas	52
8.	Legislação.....	55
10.	Apêndice	56

Índice das Tabelas

Tabela 1- POCP VS SNC-AP.....	9
Tabela 2 -Os normativos de referência para os subsistemas contabilísticos.	14
Tabela 3- NCP que integram o SNC-AP	15
Tabela 4 – Entrevistados	36
Tabela 5 – Idade	37
Tabela 6 - Nível de educação.....	38
Tabela 7- Anos de Experiência em POCAL.....	39
Tabela 8- Benefícios Operacionais Esperados	45

Índice das Figuras

Figura 1- Organograma da Câmara Municipal de Celorico de Basto	22
Figura 2- Classe 0 Orçamental.....	62
Figura 3- Classe 1 Meios Financeiros Líquidos	63
Figura 4- Classe 2 Conta a Receber e a Pagar	74
Figura 5- Classe 3 Inventários e Ativos Biológicos	78
Figura 6- Classe 4 Investimentos	85
Figura 7- Classe 5 Capital, Reservas e Resultados Transitados	88
Figura 8- Classe 6 Gastos.....	97
Figura 9 - Classe 7 Rendimentos	106
Figura 10 - Classe 8 Resultados	107

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADSE – Assistência na Doença aos Servidores do Estado

APCP – Associação Portuguesa dos Contratos Públicos

AT – Autoridade Tributária

ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local

CEE – Comunidade Económica Europeia

CGA – Caixa Geral de Aposentações

CMCB – Câmara Municipal de Celorico de Basto

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CNCAP – Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública

DF's – Demonstrações Financeiras

DL – Decreto-Lei

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais

DGEST – Direção Geral de Estabelecimentos Escolares

EDP – Energias de Portugal

ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos

GSE – Gestão e Seguimento Expediente

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

NCP – Normas de Contabilidade Pública

NGP – Nova Gestão Pública

OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados

POC – Plano Oficial de Contabilidade

POCP – Plano oficial de Contabilidade Pública

RAFE – Regime de Administração Financeira do Estado

RIEEP – Regulamento de inscrição, Estágio e Exame Profissionais

SISAL – Sistemas de Informação para o Subsetor da Administração Local

SNC – Sistema de Normalização Contabilístico

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações
Públicas

SS – Segurança Social

UE – União Europeia

1. Introdução

Em Portugal ao longo dos últimos anos, tem-se verificado grandes alterações na conjuntura contabilística, nomeadamente, na reforma da contabilidade no Setor Empresarial com o surgimento do SNC, que substituiu o POC. A mais recente mudança, na Contabilidade Pública Nacional, ocorreu com o SNC-AP. Esta mudança surgiu devido à forte necessidade do Estado em prestar contas de forma atualizada e fidedigna, diminuindo também a fragmentação existente resultante dos vários POCP setoriais.

Assim com a implementação do POCP foram colmatadas algumas lacunas existentes na contabilidade pública, em que os organismos da administração central, regional e local foram obrigados a implementar um sistema integrado de contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, em método digráfico e o regime do acréscimo. Foram ainda preparados vários planos de contas setoriais. No entanto, a normalização contabilística em Portugal encontrava-se desatualizada e fragmentada devido ao avanço do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) na adoção de normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e pela revogação, através do Plano Oficial de Contabilidade, do sistema contabilístico no setor público que era baseado em normas nacionais.

(Decreto-Lei n.º 192/2015)

Em relação ao Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), este não alcançou a totalidade da sua implementação e não atingiu os objetivos esperados: harmonização contabilística, melhoria da economia, eficiência e eficácia na gestão dos municípios devido à prioridade atribuída à informação produzida pelos subsistemas de contabilidade orçamental e financeira, em detrimento da informação produzida no âmbito de um subsistema de contabilidade de custos.

Neste sentido, incumbiu-se à Comissão de Normalização Contabilística a elaboração de um novo referencial contabilístico a ser aplicado no Setor Público, referenciando o SNC e as IPSAS.

O SNC-AP e a nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) conciliam um novo modelo de governação da administração pública acrescentando novas exigências de accountability, maior transparência e maior controlo financeiro. Desta forma a aprovação do SNC-AP em substituição do POCAL permitirá o aumento da transparência na prestação de contas e uma possível melhoria na economia. (Fernandes, 2020)

Ao contrário do POCAL, que era baseado em regras, o SNC-AP é baseado em princípios que inclui uma base tridimensional da contabilidade, (financeira, orçamental e de gestão), e apresenta uma estrutura conceptual própria, com 27 normas contabilísticas e de relato financeiro que visam permitir uma harmonização da contabilidade pública.

É de realçar que o ano de 2017 foi um ano dedicado à análise da transição, e 2018 o ano da adoção das Normas de Contabilidade Pública (NCP) que compõem o SNC-AP mesmo com a divulgação de um Manual de Implementação, a adoção do SNC-AP não é unânime a todos os organismos públicos devido à falta de preparação e conhecimento em matéria de contabilidade pública. Esta adoção já foi adiada algumas vezes, tendo a mais recente ocorrido com a publicação do Orçamento de Estado de 2019, que prorrogou a sua adoção para 1 de janeiro de 2020.

De forma a perceber melhor o novo sistema contabilístico, o objetivo principal deste relatório de estágio, será explorar e avaliar o processo de implementação do SNC-AP, nomeadamente no Município de Celorico de Basto, bem como perceber a perspetiva dos colaboradores envolvidos, que dificuldades tiveram com o processo de implementação e se a implementação foi bem-sucedida. Uma vez que o processo de transição já ocorreu irei dar a conhecer os impactos nas contas do Município de Celorico de Basto, com base num estudo de caso, aplicado aos funcionários do departamento financeiro do município em questão, para perceber qual

a opinião destes face à aplicação do novo sistema contabilístico, que vantagens ou desvantagens surgiram com a sua aplicação, que alterações foram necessárias fazer nos procedimentos e que adaptações foram necessárias para a realização do seu trabalho e quais as regras e orientações efetuadas que visaram garantir a transparência nos processos e resultados.

Desta forma surgem como questões de investigação:

- “Como foi o processo de mudança e até que ponto exigiu necessidades de formação?”;
- “Como foi implementado o SNC-AP?”;
- “Que procedimentos foram necessários ser alterados para implementar o novo sistema contabilístico nas autarquias?”;
- “Quais as perceções da mudança do sistema contabilístico por parte dos funcionários”;
- “Os benefícios excederam os custos? “

O presente estudo deriva da realização do estágio curricular realizado no âmbito do mestrado em contabilidade de forma a garantir a dispensa do Estágio Profissional exigido por parte da Ordem dos Contabilistas Certificados.

O estágio realizou-se no Município de Celorico de Basto mais concretamente na divisão financeira e orçamental.

Quanto à estrutura do trabalho, este inicia-se com a revisão de literatura, captando os contributos teóricos sobre a história da contabilidade pública, explicação sucinta do POCP e do POCAL, a transição para o SNC-AP, bem como os benefícios decorrentes da sua implementação.

De seguida, para compreender o contexto em que se realizou o estágio é caracterizado o município de Celorico de Basto. De forma a

apresentar os resultados obtidos, é descrito o método de investigação e são apresentadas as conclusões do estudo.

Este estudo irá enriquecer a literatura já existente complementando os estudos já elaborados, principalmente no que respeita ao método de recolha dos dados.

Desta forma, esta pesquisa irá acrescentar informação aos estudos anteriormente elaborados pelo facto de transmitir a perceção dos funcionários do Município em questão, acerca do novo e atual normativo, ao explicar assim o seu ponto de vista acerca da realidade e ao tentar entender o decorrer do processo da implementação.

Em suma, através desta investigação vai ser possível compreender os impactos da transição na entidade escolhida, impactos estes que nunca puderam ser estudados porque a implementação do atual normativo nas entidades públicas encontra-se agora a decorrer.

2. Revisão da Literatura

2.1. Evolução Histórica da Contabilidade Pública em Portugal

A contabilidade Pública visa disponibilizar informação acerca da posição financeira, orçamental, económica e patrimonial dos organismos públicos internos e externos nomeadamente aos cidadãos, é “uma aplicação da contabilidade à atividade económica e financeira do setor publico sem fins lucrativos, com vista à apresentação e prestação de contas e ao cumprimento da legalidade “(Rua & Carvalho, 2016, p.48).

A evolução da contabilidade pública foi impulsionada pela forte necessidade do Estado em prestar contas, sendo esta uma das principais funções do Estado relatar a gestão de recursos e dinheiros públicos. Desta

forma, os séculos XVI, XVII, e XIX ficam caracterizados por fortes mudanças nas reformas contabilísticas. (Silva et al., 2016).

O primeiro organismo orientado para a fiscalização e execução das receitas e despesas em Portugal foi os Contos do Reino e Casa no século XVIII, sendo atribuído um papel de relevo ao Marquês de Pombal na evolução da contabilidade em Portugal (Rodrigues, 2011). Com o terramoto de Lisboa em 1755 que levou à destruição da Casa dos Contos, o Marques de Pombal criou o Erário Régio, mediante a Carta de Lei de 22 de dezembro de 1761, carta esta que continha normas exaustivas sobre a organização e o funcionamento da Fazenda Real assumindo o método digráfico como método de escrita contabilística. Mais tarde em 1832, assistiu-se à extinção do Erário Régio, que levou novamente à adoção das partidas simples como método de registo (Silva et al., 2016).

A contabilidade pública em Portugal antes dos anos 90 do século XX era pouco desenvolvida, não sofria alterações, sendo uma contabilidade orçamental com pouca ou nenhuma evolução. A evolução da contabilidade pública em Portugal foi impulsionada por vários países vizinhos sobretudo daqueles mais industrializados, as maiores alterações surgem em meados dos anos 90 com a introdução da digrafia (Silva et al., 2016).

Com a entrada na Comunidade Económica Europeia CEE verificam-se grandes mudanças no setor público: criação do inventário geral do património do Estado, implementação da classificação económica das receitas e das despesas públicas. Nos anos de 1990 a 1992, verificou-se a criação de vários diplomas importantes: Lei das Bases da Contabilidade Pública; Lei de Enquadramento Orçamental; e o Regime de Administração e Financeira do Estado. Um ano depois, o RAFE tornou-se insuficiente levando à sua substituição por falhas no cumprimento de objetivos e não resposta a determinadas funções. Com base no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) foram criados e aprovados planos setoriais adaptados aos diferentes setores da administração pública e ainda a uma

estrutura de missão para levar a cabo o desenvolvimento do POCP (Silva et al., 2016).

Mais tarde de 1997 a 2015, o POCP e os seus planos setoriais foram aprovados e implementados (Caiado & Pinto,2002) tornando-se num passo de grande importância para a reforma da contabilidade pública em Portugal “ao dotar a administração pública de um sistema contabilístico próprio capaz de responder às necessidades de informação derivadas de uma administração pública moderna” (Fernandes, 2009, p.12).

A implementação do POCP constituiu o principal pilar do RAFE, tendo ainda sido importante para a reintrodução da partida dobrada e para a adoção da contabilidade na base do acréscimo (Silva et al., 2016). Este normativo introduziu na contabilidade financeira as contas relacionadas com a contabilidade orçamental (classe 0), bem como as contas ligadas à contabilidade analítica (classe 9) assumindo o objetivo de consolidar num só sistema a contabilidade nas suas vertentes orçamental, patrimonial e analítica (Silva et al., 2016).

Assim em 1997 foi aprovado o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) através do Decreto-Lei 232/97, de 3 de setembro, em 2000 foi aprovado o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS)-pela Portaria nº798/2000, de 28 de setembro e o POC Educação- Portaria nº 794/2000, de 20 de setembro. Em 2002 deu-se a aprovação da Lei de Enquadramento Orçamental - Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e a aprovação do Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS).

A implementação do POCP e dos seus planos setoriais planeava promover o método das partidas dobradas na administração pública com o intuito de aumentar a qualidade e quantidade de informação contabilística. No entanto, apresentavam problemas de homogeneidade e consistência e colocava em causa a comparabilidade da informação financeira em diferentes períodos, dificultava a comparação com outras

entidades e não permitia realizar operações de consolidação de forma automática (Gomes, Fernandes, & Carvalho, 2015).

O objetivo do POCP propunha a criação de condições para a integração de diferentes aspetos, de salientar, contabilidade orçamental, patrimonial e analítica – numa contabilidade pública moderna que constitua um instrumento de apoio aos gestores e facultava o controlo financeiro por diferentes entidades envolvidas e uma maior disponibilização de informação a diversos agentes com a finalidade de reforçar a transparência na administração pública.

A implementação do POCP segundo o Decreto-Lei n.º 232/97, visava a tomada de decisões estratégicas no domínio orçamental, designadamente no âmbito da orçamentação plurianual, face ao acompanhamento dos compromissos com reflexos em anos futuros assim como a obtenção eficiente da contabilidade nacional, particularmente dos que respeitam às contas nacionais das administrações públicas.

Por fim, o atual normativo português foi aprovado em 11 de setembro de 2015, pelo Decreto-Lei nº192/2015, preparado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), e contém uma estrutura conceptual de informações financeiras públicas, um conjunto de 27 Normas de Contabilidade Pública (NCP), um plano de contas multidimensional e modelos de Demonstrações Financeiras e de Relato Orçamental. Estas grandes alterações contribuíram para uma melhor e maior consistência e normalização do sistema contabilístico em Portugal, colocando-nos ao nível dos grandes países europeus industrializados.

2.2. O POCP e o surgimento do SNC-AP

A crise financeira que surgiu no início da década impulsionou a necessidade de adotar medidas de eficiência e eficácia na administração pública, originando assim o SNC-AP pelo Decreto-lei 192/2015, de 11 de

setembro, baseado nas International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) (Silva et al., 2016).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi um dos fatores para que, Portugal assumisse o compromisso de melhorar a contabilidade e os relatórios financeiros, propiciando conseqüentemente a mudança de paradigma da contabilidade pública portuguesa (Gomes, Fernandes & Carvalho, 2015).

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) ficou responsável pela elaboração do SNC-AP com base no Decreto-lei nº 134/2012, de 29 de junho (Carvalho & Carreira, 2016). Desta forma, o SNC-AP propõe-se solucionar a questão da fragmentação e das inconsistências no seio do setor público e a harmonização contabilística entre os estados-membros da UE de forma eficiente, assim como a consolidação de contas ao nível das contas públicas portuguesas (Silva et al., 2016; Carvalho & Carreira, 2016).

A Tabela 1 demonstra de forma sintetizada as diferenças entre o SNC-AP e o POCP:

POCP	SNC-AP
Integração dos subsistemas contabilidade orçamental, contabilidade financeira, e contabilidade analítica.	Integração dos subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira, e contabilidade de gestão.
Princípios e critérios de valorimetria.	Estrutura concetual da informação financeira pública.
Omisso.	Normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS.
Classe zero do plano de contas.	Norma relativa à contabilidade orçamental.
Modelos de demonstrações financeiras e orçamentais.	Modelos de demonstrações financeiras e orçamentais.
Plano de contas com estrutura idêntica ao POC.	Plano de contas multidimensional.
Apenas refere à obrigatoriedade de contabilidade analítica, sem assentar, numa estrutura de norma.	Norma de contabilidade de gestão.

Fonte: *Silva, S. M., Rodrigues, L., & Guerreiro, M. (2016). Evolução da Contabilidade Pública em Portugal: uma análise institucional. Atas do XVII Encontro AECA. Bragança: AECA/IPB.*

A Nova Gestão Pública (NGP) é uma teoria da Administração Pública que revela um novo modelo de gestão no qual incorpora mecanismos e ferramentas de gestão privada a serem aplicados à gestão pública com a finalidade de melhoria da prestação do melhor serviço para o cidadão, contribuindo para o aumento da eficiência e flexibilidade da gestão, com o objetivo de incentivar as instituições públicas a aplicar conceitos de gestão privada, que incluem a descentralização, a definição de objetivos mensuráveis, avaliação de desempenho e a responsabilização. (Gomes, Fernandes, & Carvalho, 2015)

2.3. O POCAL

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) consiste na adaptação das regras POCP à administração local. Esta reforma visou uniformizar a contabilidade das autarquias locais com a dos serviços públicos, sujeitos à Lei de Enquadramento Orçamental. O POCAL surgiu no seguimento da necessidade de adaptação do POCP às especificações das autarquias locais, nomeadamente, “as preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições exigirem um conhecimento integral e exato da composição do património autárquico e do contributo deste para o desenvolvimento das comunidades locais” (Decreto-Lei n.º 54-A/99).

Este mesmo decreto aprova o POCAL:

“definindo-se os princípios orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, bem

como os documentos previsionais e os de prestação de contas.” (Decreto-Lei n.º54-A/99).

Neste Decreto verifica-se que no POCAL os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimento, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras.

Este regime compreende também os quadros, códigos e notas explicativas das classificações funcional, económica, orçamental e patrimonial e, ainda, o sistema contabilístico, de que se destacam o inventário, a contabilidade de custos e, finalmente, o relatório de gestão. Os documentos anuais definidos permitem conhecer as previsões estabelecidas pelos respetivos órgãos deliberativos, bem como o resultado anual da sua atividade e a situação patrimonial da autarquia local.

No que respeita ao controlo interno, estabelecem-se as regras que devem ser contempladas por uma norma específica a aprovar por cada órgão executivo. Indicam-se, ainda, os objetivos que devem ser respeitados pelos métodos e procedimentos de controlo considerados naquela norma e os princípios que devem ser atendidos na designação dos responsáveis pelas operações de controlo. (Decreto-Lei n.º 54-A/99).

O sistema de contabilidade das autarquias locais estabelece procedimentos relativos a operações de registos e especifica os documentos e livros de escrituração daquelas operações. De entre aqueles aspetos são de realçar o inventário, os critérios de valorimetria e os documentos e livros dos registos dos movimentos financeiros. A contabilidade de custos constitui também um importante instrumento de gestão financeira, pelo que se fixa um conjunto de procedimentos contabilísticos obrigatório para o apuramento de custos por funções e para a determinação dos custos subjacentes à fixação das tarifas e dos preços (Decreto-Lei n.º54-A/99).

Tendo por base o Decreto-Lei n.º 54-A/99, o principal objetivo do POCAL é a “criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna, que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais” e que permita um maior controlo financeiro, maior disponibilidade de informação para os órgãos autárquicos mais concretamente:

- “Acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos;
- O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;
- Atender aos princípios contabilísticos definidos no POCP, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efetivação dos pagamentos e recebimentos;
- Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria;
- Uma melhor uniformização de critérios de previsão, com o estabelecimento de regras para a elaboração do orçamento, em particular no que respeita à previsão das principais receitas, bem como das despesas mais relevantes das autarquias locais;
- A obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes a contabilidade nacional;

- A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.”
(Decreto-Lei n.º 54-A/99)

Através da Nova Gestão Pública, o POCAL introduziu uma maior transparência e fiabilidade da informação contabilística, nas contas das autarquias portuguesas.

2.4. O SNC-AP

O SNC-AP surge com o Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro baseado nas IPSAS, as normas de Contabilidade Pública Internacionais. A crise financeira de 2008 contribuiu a elaboração do presente normativo. (Silva et al., 2016).

A elaboração e definição do SNC-AP, baseado e complementado com o SNC e as IPSAS foi da responsabilidade da CNC, através do Decreto-Lei nº134/2012 de 29 de junho. (Carvalho e Carreira, 2016)

A aprovação do SNC-AP veio introduzir

“a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, articulando-a com a atual base de caixa modificada, estabelecer os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base de acréscimo, fomentar a harmonização contabilística, institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentar o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais e contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das administrações públicas”(Decreto-Lei n.º 192/2015, Paragrafo 16 do preâmbulo).

De seguida o SNC-AP permite a uniformização dos procedimentos, um maior aumento da fiabilidade da consolidação de contas tanto no contexto empresarial e em entidades do setor não lucrativo.

Em suma é de realçar que o SNC-AP integra os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão, subsistemas estes que o POCP integrava.

Tendo por base o Decreto-lei nº 192/2015 os princípios do SNC-AP assentam nomeadamente:

- I.“Numa estrutura concetual da informação financeira pública;
- II.Em normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS;
- III.Em modelos de demonstrações financeiras;
- IV.Numa norma relativa à contabilidade orçamental;
- V.Num plano de contas multidimensional;
- VI.Uma norma de contabilidade de gestão.”

(O Decreto-lei nº 192/2015, Paragrafo 16 do preâmbulo)

Segundo Carvalho e Carreira (2016), o novo sistema contabilístico (SNC-AP) assenta em cinco pilares: na estrutura concetual e financeira; 27 Normas de contabilidade pública (NCP), em que a NCP 1 a 25 são normas de Contabilidade Financeira, NCP 26 diz respeito à contabilidade e Relato Orçamental e a NCP 27 refere-se à Contabilidade de Gestão; o Plano de Contas Multidimensional (PCM); Modelos das demonstrações orçamentais e por último os modelos das demonstrações financeiras.

A contabilidade Orçamental tem como base a NCP 26, de Contabilidade e Relato Orçamental, e os classificadores orçamentais que permite um registo aprofundado e detalhado de todo o processo orçamental (classe 0). A contabilidade de gestão é estruturada na NCP 27, e tem como finalidade apurar informação por atividades, programas,

propostas e investimentos e a obtenção de informação de custeio para a fixação de preços e taxas. (Carvalho & Simões, 2016).

O atual normativo contempla as seguintes referências:

Contabilidade de Gestão	Contabilidade Financeira	Contabilidade Orçamental
<ul style="list-style-type: none"> • NCP 27 • Sem IPSAS de referência • RPG 3 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura conceptual • NCP 1 A 25 • NCP-PE • Com base nas IPSAS 	<ul style="list-style-type: none"> • NCP 26 • Sem IPSAS de referência • Classificadores orçamentais

Tabela 2 -Os normativos de referência para os subsistemas contabilísticos.

Fonte: Nunes, V. A., Rodrigues, L., & Viana, L. (2016, pp.13).

A Tabela 3 sintetiza as 27 normas de contabilidade pública, as quais constituem o Anexo II do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Normas de Contabilidade Pública	
NCP 1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NCP 2	Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros
NCP 3	Ativos Intangíveis
NCP 4	Acordos de Concessão de Serviços
NCP 5	Ativos Fixos Tangíveis
NCP 6	Locações
NCP 7	Custos de Empréstimos Obtidos
NCP 8	Propriedades de Investimento
NCP 9	Imparidade de Ativos

NCP 10	Inventários
NCP 11	Agricultura
NCP 12	Contratos de Construção
NCP 13	Rendimento de Transações com Contraprestação
NCP 14	Rendimento de Transações sem Contraprestação
NCP 15	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NCP 16	Efeitos de Alterações e Taxas de Câmbio
NCP 17	Acontecimentos após Data de Relato
NCP 18	Instrumentos Financeiros
NCP 19	Benefícios dos Empregados
NCP 20	Divulgação de Partes Relacionadas
NCP 21	Demonstrações Financeiras Separadas
NCP 22	Demonstrações Financeiras Consolidadas
NCP 23	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
NCP 24	Acordos Conjuntos
NCP 25	Relato por Segmentos
NCP 26	Contabilidade e Relato Orçamental
NCP 27	Contabilidade de Gestão

Tabela 3- NCP que integram o SNC-AP

Fonte: *Nunes, V. A., Rodrigues, L., & Viana, L. (2016, pp.15).*

Silva et al. (2016) referem que a finalidade do SNC-AP é solucionar as falhas e as incoerências que existem no setor público, através de um sistema orçamental e financeiro adequado e que permita uma maior fiabilidade da consolidação de contas públicas portuguesas bem como estabelecer uma harmonização entre os membros da União Europeia (UE).

De acordo com o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o SNC-AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

- “Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
 - Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
 - Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
 - Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
 - Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
 - Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
 - Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.”
- (Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, artigo 6º)

2.5. A Transição do SNC-AP

Para ser possível a transição do SNC-AP todas as autarquias locais tiveram de criar as condições necessárias para o processo de transição do POCAL para o SNC-AP, sendo necessário nos primeiros anos de adoção fazer alguns ajustamentos necessários, tendo por base o Artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Os ajustamentos necessários a fazer no primeiro ano de adoção são os seguintes:

- “Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
- Reconhecer como ativos apenas os itens que forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria;
- Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.”

(Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, artigo 14º)

Estes ajustamentos foram necessários para facilitar a transição para normativo no ano de 2021.

2.6. Benefícios da introdução do SNC-AP

Com a aprovação do SNC-AP pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, assistiu-se à segunda grande reforma na contabilidade pública portuguesa. Segundo Carvalho e Carreira (2016), o SNC-AP contribui para a melhoria de informação contabilística devido à introdução da estrutura concetual na contabilidade financeira onde se colmatou as carências concetuais existentes tanto no POCP como nos planos setoriais;

As alterações nos modelos de execução orçamental e nos modelos de demonstração financeiras encontram-se mais resumidos, mas apresentam informação mais relevante e fiável; O novo modelo da demonstração de resultados apresenta os diferentes agregados de resultados; A demonstração de fluxos de caixa, apresenta os fluxos classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. É introduzida uma nova demonstração financeira, a demonstração das alterações do património líquido (Carvalho & Carreira, 2016).

Em suma, Carvalho & Carreira (2016) mencionam que o novo normativo permite aumentar e melhorar a qualidade da informação financeira das autarquias.

2.7. Principais diferenças entre o POCAL e o SNC-AP

As diferenças entre os dois normativos consistem no seguinte:

“todos os elementos das demonstrações financeiras (Ativos; Passivos; Rendimentos; Gastos; Contribuições para o património líquido; Distribuições do património líquido) e a apresentação dos seus critérios de reconhecimento e a sua relação com as divulgações e as bases de mensuração para todos esses elementos” (Carvalho & Carreira, 2016, p.16).

No POCAL apenas se encontram os critérios de valorimetria e notas explicativas de algumas contas.

Dentro das principais diferenças encontradas para os ativos fixos tangíveis salienta-se a depreciação por componentes (quando existem diferentes vidas úteis). Nos ativos fixos intangíveis, a principal diferença diz respeito às despesas de investigação e de desenvolvimento, que eram todas elas capitalizadas no POCAL e que agora passam a ser reconhecidas nos resultados do período a que dizem respeito. Nas propriedades de investimento a maior alteração prende-se pela adoção do modelo do justo valor em alternativa ao modelo de custo. Nas provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, algumas provisões existentes no POCAL não existem no SNC-AP por se tratar de ajustamentos aos valores do ativo e, por isso, são consideradas perdas por imparidade. O POCAL não contempla as perdas por imparidade, passivos contingentes, ativos contingentes o que acontece no SNC-AP.

2.8. Percepções de Mudança

A mudança nas organizações nem sempre é fácil tanto por parte dos empregadores, que a têm de impor, como por parte dos funcionários. Esta mudança ocorre como resposta e/ou resultado de pressões internas e externas.

A resistência à mudança é algo natural e inevitável podendo originar efeitos menos positivos e desfavoráveis para as organizações, como a sua paralisação (Hultman, 1995).

Para gerenciar e orientar o comportamento dos funcionários nas instituições, a empresa detém um modelo de gestão de pessoas. Desta forma, a empresa estrutura-se definindo “princípios, estratégias, políticas e práticas e processos de gestão” e é através destes mecanismos que as diretrizes são implementadas e são orientados os estilos de atuação dos gestores em relação aos funcionários que nela trabalham (Fisher, 2002, p.17).

A tecnologia adotada, a estratégia de organização do trabalho, a cultura e estrutura organizacional, e os fatores externos são fatores enumerados por Fisher (2002), como entraves ao modelo de gestão de pessoas.

Por outro lado, este mesmo autor, identifica alguns fatores que ajudam a proporcionar a mudança organizacional, evidenciando o resultado das relações pessoais, interpessoais e sociais, bem como o conjunto de princípios, valores e crenças existentes no seio da organização. O excesso de burocracia e os atrasos sucessivos podem ser vistos como fatores resistentes às mudanças.

McDonald (2012) afirma que o conceito de percepção está associado à forma com que o indivíduo vê a realidade, sendo que esta forma nunca é objetiva, mas sim uma experiência única e individual. O conceito de percepção pode ser também interpretado como a forma como os fenómenos

são captados mediante a interpretação sensorial que surge da experiência, do processamento de informações, da formação de modelos mentais, que levam o indivíduo a tomar uma decisão.

2.9. Prestação de Contas

No contexto da accountability a prestação de contas é primordial para a qualidade e quantidade de informação posta à disposição dos cidadãos.

É dever das autarquias locais efetuar uma prestação de contas cumprindo assim com o dever de publicidade. Este dever decorre do princípio da transparência que visa divulgar aos munícipes as principais manifestações da atividade local como menciona o artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. É um dever do Município elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas submetendo à apreciação e votação da assembleia municipal.

Para além do dever de publicidade, as autarquias são obrigadas a prestar informação ao Tribunal de Contas e à DGAL. A informação prestada ao Tribunal de Contas consta na elaboração de mapas descrevendo a entidade e as atividades assim como a descrição das delegações de competências.

No que carece à informação a reportar à DGAL as autarquias devem mensalmente prestar informações através do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) e do SISAL.

Por fim, devido ao contexto pandémico da Covid-19 é necessário reportar à DGAL as despesas destinadas com a promoção de apoios sociais aos munícipes afetados por este surto.

3. Relatório das Atividades Desenvolvidas na Entidade Acolhedora do Estágio - Câmara Municipal de Celorico de Basto

3.1. Breve apresentação do Município de Celorico de Basto

Celorico de Basto, antigamente designado por Vila Nova do Freixieiro, tem como órgão autárquico do concelho a Câmara Municipal. É uma vila portuguesa pertencente ao distrito de Braga, região Norte e sub-região do Tâmega e Sousa. As suas finalidades são a promoção do desenvolvimento em diversas áreas: saúde, educação, ação social e habitação, ambiente e saneamento básico, o ordenamento do território e urbanismo, os transportes e comunicações, o abastecimento público, o desporto e cultura, a defesa do consumidor e a proteção civil. Está subdividido em 15 freguesias. O município é composto por 181,07 km² de área e tem uma população de 20 098 habitantes (Pordata, 2018). A 31 dezembro de 2019, a CM apresentava as suas contas em POCAL, tendo adotado a 1 janeiro de 2020 pelo SNC-AP.

Está subdividida nas seguintes divisões e serviços:

- Divisão de obras municipais;
- Departamento de planeamento e serviços sócio- culturais;
- Divisão de gestão Urbanística, Ambiente e Recursos naturais;
- Divisão Administrativa, jurídica e Recursos Humanos;
- Divisão Financeira e Orçamental.

Na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, será apresentado o Organograma da Câmara Municipal de Celorico de Basto, onde é perceptível a organização e disposição da mesma.

3.2. Organograma da Câmara Municipal de Celorico de Basto

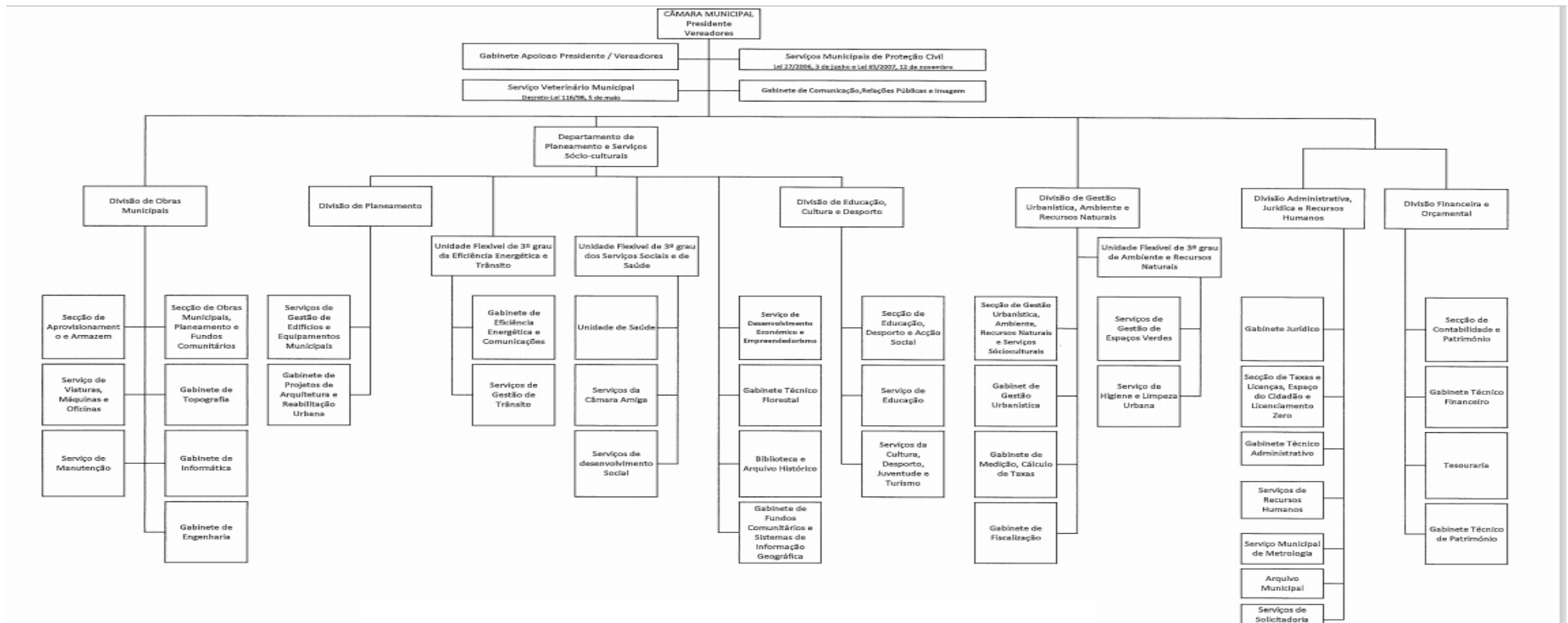


Figura 1- Organograma da Câmara Municipal de Celorico de Basto

Fonte: Site oficial do Município de Celorico de Basto

3.3. Plano de Estágio

Foram realizadas aproximadamente 800 horas de estágio no Município de Celorico de Basto, sendo este, supervisionado pela Dr.^a Paula Maria Lima de Oliveira, chefe de divisão da Divisão Financeira e Orçamental.

Uma vez que este estágio tem como finalidade a dispensa do estágio da ordem dos contabilistas e como objetivo futuro, o ingresso na OCC, este relatório de estágio visa cumprir o disposto no artigo 9º do Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissional (RIEEP).

O artigo 9º nº1 estabelece o seguinte plano de estágio:

- a) Aprendizagem relativa à forma como se organiza a contabilidade nos termos do sistema de normalização contabilística ou outros planos de contas oficialmente aplicáveis, desde a receção dos documentos até à sua classificação, registo e arquivo;
- b) Práticas de controlo interno;
- c) Apuramento de contribuições e impostos e preenchimento das respetivas declarações;
- d) Supervisão dos atos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais relacionados com o processamento de salários;
- e) Encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras e restantes documentos que compõem o “dossier fiscal”;
- f) Preparação da informação contabilística para relatórios e análise de gestão e informação periódica à entidade a quem presta serviços;
- g) Identificação e acompanhamento relativo à resolução de questões da organização com o recurso a contactos com os serviços relacionados com a profissão.
- h) Conduta ética e deontológica associada à profissão.”

O nº2 do artigo 9º estabelece: “No caso de entidades públicas que disponham de contabilidade organizada de acordo com o sistema de normalização contabilístico legalmente aplicável, o estágio deve também incidir sobre a preparação e apresentação de documentos de prestação de contas e outros a que essas entidades estejam legalmente obrigadas”.

3.3.1 Atividades desenvolvidas no estágio

a) *“Aprendizagem relativa à forma como se organiza a contabilidade nos termos do sistema de normalização contabilística ou outros planos de contas oficialmente aplicáveis, desde a receção dos documentos até à sua classificação, registo e arquivo”*

Os documentos relacionados com a contabilidade nomeadamente, as faturas, ofícios, notas de crédito em suporte papel são rececionados no departamento de apoio à presidência pela adjunta do presidente da câmara, já a correspondência por email é recebida na divisão administrativa, jurídica e recursos humanos mais concretamente na secção de taxas e licenças.

O município dispõe de um programa informático de apoio à gestão documental, destinado ao registo de entradas externas designado de GSE onde cada documento que dê entrada no município é numerado e digitalizado.

Os documentos que têm como finalidade a realização de uma despesa passam por um conjunto de fases: é necessário fazer uma informação dirigida ao Sr. Presidente da câmara da justificação da necessidade de realização da despesa, após este autorizar o pedido segue para o departamento de obras municipais (DOM), secção designada como central de compras onde o processo é registado com o respetivo número. Depois de atribuído o número do processo é encaminhado para a secção de divisão e gestão orçamental (DGO) sendo recebido pelo responsável pelos cabimentos e compromissos onde é então efetuado o cabimento, de seguida é encaminhado para o presidente da câmara para assinar o processo em causa já com o respetivo

cabimento. Por fim é reenviado para o departamento de divisão e gestão orçamental onde é imitado o compromisso, onde em anexo a este, consta a informação da justificação da necessidade de realização de despesa com os dados da aquisição da mesma. Por fim é enviado para o fornecedor a nota de encomenda e é arquivado no processo.

No caso das faturas, as mesmas dão entrada nos serviços administrativos sendo datadas e registadas, posteriormente são encaminhadas para a secção da contabilidade, onde o responsável pela faturação transporta a respetiva fatura para o SNC-AP e envia para o responsável pela despesa onde este tem de confirmar a despesa em causa e mencionar o nº de compromisso, depois de confirmada é reencaminhada para a contabilidade onde é registada a despesa. O pagamento efetivo acontece na tesouraria do município mediante as ordens de pagamento elaboradas pela contabilidade.

Semanalmente o Presidente da Câmara exige uma listagem das dívidas das faturas registadas a 30 dias. Posto isto procede-se a uma ordem de pagamento de faturas onde é anexado a mesma e efetua-se o respetivo pagamento ao fornecedor onde é enviado o comprovativo da transferência o mesmo anexado à ordem de pagamento e é anexo o processo.

É de realçar que não se pode emitir pagamentos ao fornecedor sem que este tenha as declarações de não dívida à segurança social e finanças atualizado. As declarações da segurança social são revistas de 4 em 4 meses e só são verificadas em montantes superiores a 5000 euros de dívida. A declaração das finanças é revista de três em três meses e não tem montante estipulado. As empresas com nome coletivo têm de apresentar a declaração de constituição de empresas, registo central de benefícios efetivos (RCBE) anualmente.

Para o caso dos fornecedores que têm dívidas, a câmara antes de emitir a ordem de pagamento, é obrigada a fazer uma retenção de 25% como dita o Regime da Administração Financeira do Estado (RAFE). No caso das prestações de serviços, em nome individual, a retenção é de 11.5%.

As ordens de pagamento estão divididas em:

- Ordens de pagamento de faturas, sendo estas as mais comuns existindo assim um procedimento, cabimento, compromisso e a respetiva fatura.
- Ordem de pagamento geral, são esporádicas como por exemplo a via verde; prejuízos na estrada.
- Ordens de pagamento de tesouraria, são contas consignadas à entidade, ou seja, taxa que não pertence à câmara, mas esta assume a taxa e devolve à entidade responsável como por exemplo as cartas de condução e os registos criminais.

b) *“Práticas de controlo interno”*

As práticas de controlo interno surgem como forma de garantir que os procedimentos são realizados tendo em conta o que é previamente estabelecido (Neves,2008). Cada divisão tem um conjunto de práticas de controlo interno específicas das suas funções, presentes no Manual de Controlo Interno do Município, aprovado a 4/09/2017.

Durante o estágio pude constatar algumas das práticas de controlo interno da unidade de gestão orçamental. É de destacar como prática recorrente durante o estágio , a verificação física do património que tive a oportunidade de acompanhar e participar na realização deste, quer ao nível da verificação física e a alteração das respetivas etiquetas de registo, quer a nível informático, em que este processo decorre através de dois sistemas informáticos : O Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP),em que se retiram os extratos das contas, procurando constatar se existem abates ou faturas de aquisições; e o sistema informático de gestão de imobilizado onde se dá entrada dos bens inventariáveis e cria-se a ficha de identificação dos mesmos.

Em relação a aquisição de bens ou serviços é feita através do compromisso, como já anteriormente detalhei, sendo este processo

obrigatório para qualquer aquisição do município, sendo uma das práticas de controlo interno de extrema importância. Durante o estágio tive a oportunidade de participar na emissão de propostas de cabimento e emitir os respetivos compromissos.

Outra prática de controlo interno é a recolha das declarações de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária, num período económico o montante pago a cada entidade não pode ultrapassar os 5000 euros. Caso exista uma ilegalidade é feita uma retenção de 25% como previsto no Regime da Administração Financeira do Estado (RAFE). Esta prática está prevista no artigo 42º- Princípios e Regras para a realização da despesa.

A documentação que sai do município é acompanhada por ofícios que são numerados e gerados pelo sistema de gestão documental GSE e são assinados pelo serviço competente, gerando uma cópia em suporte papel e uma cópia no arquivo eletrónico do GSE e por fim encaminhado para o destinatário.

Outra das práticas de controlo interno é a reconciliação bancária, que tive a oportunidade de acompanhar, prevista no Manual de Controlo Interno do Município artigo 16º. Esta decorre em duas fases: numa primeira fase é da competência da tesouraria manter atualizadas as contas correntes referentes a todas as instituições bancárias onde se encontrem contas do município. A segunda fase é da responsabilidade de um membro da contabilidade, mais concretamente da divisão financeira e orçamental confrontar os extratos bancários, com os saldos contabilísticos de cada conta bancária.

c) “Apuramento de Contribuições e Impostos e Preenchimento das Respetivas Declarações”

Em termos de enquadramento do IVA, o município encontra-se no regime do método de afetação real, isto é, só deduz e líquida iva em algumas atividades.

Neste momento, líquida e deduz as despesas inerentes ao parque de campismo, cujo atividade está fora do âmbito legal do município.

No decorrer do estágio tive a oportunidade de acompanhar o apuramento do Iva do mês de outubro e novembro. Sendo este feito através da verificação do fecho dos dias do respetivo mês, confrontei o balancete com os extratos de conta e com os mapas do IVA. Por fim o apuramento é feito através da conta 24.3.5. e o saldo vai para IVA a recuperar ou a pagar, regularizações no campo 40 e 41 da declaração periódica do IVA.

d) “Supervisão dos atos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais relacionados com o processamento de salários”;

É da competência dos recursos humanos o registo pormenorizado de todos os dados biográficos, de remunerações, abonos, faltas, férias, licenças, classificação de serviço, acidentes de trabalho, bem como as entradas e saídas de todos os funcionários.

É atribuído a cada funcionário uma ficha em que consta a divisão ou serviço a que o mesmo pertence, e faz-se a imputação dos tempos despendidos por cada um destes, aos serviços para as funções desempenhadas pelo município e de acordo com as atividades previstas.

É da competência dos recursos humanos o processamento de salários, no entanto, compete à contabilidade apurar os valores das contribuições para a Segurança Social (SS), Caixa de Aposentações (CGA), Autoridade Tributária (AT), Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE) e assim iniciar o processo de pagamento. É de salientar que os descontos dos funcionários à Segurança Social e à Caixa de Aposentações são de 11% e de 23.75% por parte da entidade.

Em relação aos descontos dos funcionários apenas tive contacto através do pagamento que é da responsabilidade da secção da contabilidade onde efetuei o estágio.

e) "Encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras e restantes documentos que compõem o "dossier fiscal"

Em relação a este ponto foi necessário proceder a uma análise profunda a todos os bens do património, verificando se estes bens imobilizados adquiridos no ano de 2021 estavam inventariados. Desta forma, foi necessário confrontar os extratos de conta referentes ao imobilizado com os mapas do sistema informático de gestão de imobilizado.

O registo no sistema informático de gestão de imobilizado materializa-se com o registo de cada bem neste sistema. Quanto aos bens de grande quantidade com características semelhantes são agrupados de forma a simplificar o seu registo.

Este processo é fundamental para o encerramento do ano contabilístico. Para o encerramento das contas é também necessário atender ao registo das faturas a fim de se verificar os valores da dívida a transitar para o ano económico seguinte (2022).

f) "Preparação da informação contabilística para relatórios e análise de gestão e informação periódica à entidade a quem presta serviços"

Em relação à preparação de informação contabilística para relatórios a entidades a quem presta serviços tive a oportunidade de contribuir com o preenchimento e levantamento de custos com o pessoal auxiliar de educação, para registo na plataforma da direção Geral de Estabelecimentos Escolares (DGEST), assim como contribuir com a verificação do estado das faturas de Energia de Portugal (EDP) e confrontar com os mapas que a mesma envia de liquidação da dívida. O mesmo aconteceu com as faturas da água. Tive também oportunidade de ajudar no reporte de contas à Entidade Reguladora dos Serviços das Águas e Resíduos (ERSAR) que é realizado, anualmente, pelo Município.

g) “Identificação e acompanhamento relativo à resolução de questões da organização com o recurso a contactos com os serviços relacionados com a profissão”

Relativamente aos contactos relacionados com a profissão, realizei ofícios a contactar entidades de forma a obter os saldos em dívida do município, ofícios destinados a alguns particulares e advogados. Outro contacto realizado foi aos fornecedores de bens e serviços no âmbito das requisições externas.

Procedeu-se ao contacto com empresas participadas no município com o objetivo de adquirir as suas prestações de contas finais, para que o município possa reportar ao Tribunal de Contas e DGAL.

h) “Conduta ética e deontológica associada à profissão”

A profissão de contabilista exige o cumprimento do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados (CDCC), o artigo 3º menciona os princípios que devem ser assegurados, nomeadamente:

- a) Princípio da Integridade – a profissão seja de honestidade e boa-fé;
- b) Princípio da Idoneidade – o técnico oficial de contas apenas aceite os trabalhos que se sinta apto para realizar;
- c) Princípio da Independência – o técnico ser capaz de tirar proveito em próprio benefício nem ser coagido.
- d) Princípio da Responsabilidade- responsabilidade pelos contabilísticos nos atos praticados no exercício das suas funções;
- e) Princípio da Competência – implica que os contabilistas respeitem a lei, os princípios contabilísticos e os critérios éticos.
- f) Princípio da Confidencialidade – remete para o sigilo profissional sobre os factos e os documentos que conhecem no decorrer das suas funções.

- g) Princípio da Equidade – implica que os contabilistas sejam capazes de atuar de igual forma com todas as entidades a quem prestam serviço, sem beneficiar alguma ou prejudicar uma de forma desigual face às restantes, salvo o estabelecido em acordos contratuais.
- h) Princípio da Lealdade- a correção e a civilização são os principais princípios de lealdade dos técnicos oficiais de contas, tendo em consideração que estes respeitam as regras da concorrência e das normas legais.

2 – “Preparação e apresentação de documentos de prestação de contas e outros legalmente obrigados”

Foram realizadas atividades do património no sentido de que os valores constantes neste coincidem com o constante na prestação de contas em SNC-AP de 2021: inserção de bens; confrontação de balancetes com mapas do ativo bruto e amortizações.

Introdução de valores no mapa fundos disponíveis do SIIAL (sistema integrado informação das autarquias locais).

Confrontação do mapa das amortizações e depreciações constantes na prestação de contas com os valores do balanço.

Durante o estágio tive a oportunidade de contribuir para a elaboração do relatório de prestação de contas nomeadamente na elaboração da sua introdução, onde foram relatados os principais indicadores financeiros e económicos da entidade.

Outra atividade realizada consistiu nos lançamentos de final de ano, com a colaboração dos técnicos do município, no que respeita a contas correntes de fornecedores.

Apoio em alguns mapas constantes nas demonstrações financeiras.

Outras Atividades Realizadas

Para além das atividades já mencionadas, foi-me proposto por parte da entidade, a inscrição e participação na seguinte formação: Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas 3º edição da APCP (Associação Portuguesa dos Contratos Públicos), juntamente com os técnicos do Departamento Financeiro e Orçamental. Esta formação teve a duração de 25h, sendo uma formação modular certificada.

3.3.2. Demonstrações Financeiras com adoção pela primeira vez do SNC-AP

Com a transição de POCAL para SNC-AP, foram efetuados alguns ajustamentos que afetaram as demonstrações financeiras do município de Celorico de Basto. A reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP encontra-se em anexo, onde podemos comprovar o seguinte:

Foram atualizadas as vidas úteis de vários bens do ativo fixo tangível que estavam reconhecidos em conformidade com o CIBE (cadastro e inventário dos bens do Estado) do POCAL e que no novo normativo devem ser depreciados em correspondência com o novo classificador complementar. Outro procedimento efetuado foi a correção da vida útil de bens que não se encontravam registados no Património corretamente e aplicou-se as taxas do novo classificador complementar.

O balanço e as demonstrações de resultados foram atualizados com base na nova estrutura de SNC-AP e, para além destes dois mapas, com o SNC-AP é obrigatório acompanhar com estes dois mapas a DFC (demonstração de fluxos de caixa) e o DAPL (demonstrações de alterações do património líquido) bem como o anexo às demonstrações financeiras que tem de seguir as indicações da SISAL onde se apresenta vários relatos em

conformidade com as normas de contabilidade. Para além das demonstrações financeiras também temos orçamentais.

3.3.3. Alterações mais significativas nas contas do POCAL para o SNC-AP no município

Numa fase inicial, o SNC-AP introduziu a classe 0, permitindo assim complementar o processo orçamental. Nesta classe existem contas destinadas ao registo do orçamento inicial para as alterações orçamentais, para a execução orçamental, para a receita e despesa com incidência em períodos futuros para operações de tesouraria (recebimentos e pagamento) e por fim o encerramento da contabilidade orçamental. Na Figura 2, podemos verificar que esta nova classe contém 156 novas contas.

Na classe 1- Meios Financeiros Líquidos, foi notório a introdução de várias contas novas no qual foi readaptada a conta 11 – Caixa e 12 – Depósitos à Ordem introduzida a conta 13- Outros Depósitos Bancários e 14- Outros Instrumentos Financeiros. Nesta classe a Câmara Municipal de Celorico de Basto fez alguns ajustes a estas contas de forma a enquadrar corretamente e assim corresponder às suas necessidades conforme a Figura 3.

Na classe contas a receber e a pagar designada como Classe 2, foram várias as contas alteradas e adicionadas assim como reajustadas os números em algumas contas e a ordem das mesmas. Nesta classe foram inúmeras as alterações/ajustes feitos pelo município, verificando também que adicionaram novas contas especificamente para a Câmara Municipal como se verifica na Figura 4.

Comparativamente com a classe anteriormente mencionada, a classe 3- Inventários e ativos biológicos também sofreu bastantes alterações. Como podemos verificar na Figura 5, foram várias as rubricas que foram renomeadas e é de destacar que o Município antes utilizava a conta relativa a produtos e trabalhos em curso de forma mais pormenorizada em POCAL e

atualmente no SNC-AP converteu todas estas rubricas para outros materiais de consumo incluindo-as em matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

No que respeita aos investimentos, classe 4, e tendo por base a Figura 6 pode-se constatar que foram inúmeras as contas desenvolvidas para o SNC-AP comparativamente com o POCAL, uma vez que, nesta classe existiam poucas subcontas.

Capital, Reservas e Resultados Transitados estão transcritos na classe 5. Segundo os dados fornecidos pela entidade acolhedora e considerando a Figura 7 verifica-se que nesta classe já eram várias as contas que existiam no POCAL, havendo apenas um ajuste nas contas e inserção de algumas novas contas no SNC-AP. De todas as contas é de salientar a rubrica resultados transitados uma vez que no plano de contas atual esta originou subcontas designadas por períodos anteriores.

Os ajustes feitos pelo departamento financeiro e orçamental não foram tão significativos nesta classe e analisando a figura acima mencionada, as alterações feitas apenas servem para discriminar como por exemplo os centros escolares existentes no concelho assim como os polidesportivos e para reestruturar as contas.

Referindo agora os Gastos destacados na classe 6, a alteração mais significativa feita pela Câmara está diretamente relacionada com os gastos do pessoal onde se especifica os tipos de contratos existentes nos mais diversos subsídios (férias, Natal e refeição). Feita uma análise global a esta conta tendo por base a Figura 8, esta assemelha-se à classe 5 no que respeita à reorganização, alteração e inserção.

Igualmente às classes anteriores, a classe 7 definida como Rendimentos também sofreu alterações no âmbito de renomeação e desenvolvimento de novas rubricas de realçar que anteriormente em POCAL eram discriminadas as taxas existentes e no SNC-AP compactaram-se em outras taxas não especificadas nas anteriores, alteração esta feita pela Câmara como consta na Figura 9.

Por fim, a classe 8 representada pelos Resultados é uma classe muito reduzida em comparação com as demais, em que esta, passou de uma única rubrica global para uma rubrica com várias subcontas não sofrendo qualquer ajuste por parte da Câmara como se verifica na figura 10.

4. Método de Investigação

Tendo em conta o objetivo da presente investigação, que consiste na transição do POCAL para o SNC-AP, considero como método de recolha de dados mais eficaz é o uso da entrevista. Esta técnica é muito utilizada na elaboração de trabalhos académicos porque possibilita uma maior quantidade de obtenção de informação (De Britto & Júnior, 2012).

Para escolher a metodologia mais adequada é necessário ter atenção que esta escolha não pode ser uma questão de preferência, mas sim tem de ser relacionada com as questões que o investigador coloca atendendo à natureza que pretende conhecer e as respostas que se esperam obter (Augusto, 2014).

Existem vários tipos de investigação em Contabilidade, e são classificados como categorias e/ou paradigmas: a investigação crítica, a investigação interpretativa e a investigação positivista (Hopper & Powell, 1985).

Em relação à natureza interpretativa da investigação esta resulta da sua leitura e de uma correta interpretação, de forma sistemática e justificada da informação recolhida, o que compromete o investigador a ter uma maior profundidade na análise de dados para ser possível a interpretação do contexto estudado para além do obvio. Desta forma, as combinações das técnicas de recolha de análise de dados são fundamentais para uma maior e melhor forma de interpretação da informação analisada. Assim sendo, irei fazer uma análise documental aos relatórios de prestação de contas da entidade.

Tendo em conta que o presente trabalho é fruto do âmbito de um relatório de estágio e atendendo ao objetivo de estudo e às questões de investigação propostas, esta investigação segue uma metodologia qualitativa de natureza interpretativa, visto que se procura estudar as alterações práticas que ocorreram na transição do POCAL para o atual normativo (SNC-AP) e qual a opinião dos colaboradores em relação ao atual normativo, tratando-se assim de um estudo explanatório.

No entanto, para se estudar a fase de transição do normativo contabilístico, em concreto no Município de Celorico de Basto, como método de recolha de dados recorri a uma entrevista aplicada aos funcionários do Município, mais precisamente do departamento financeiro e orçamental, para saber quais as suas perceções/ opinião em relação à implementação do SNC-AP.

É de salientar que as entrevistas foram realizadas apenas aos funcionários competentes e responsáveis pela alteração do normativo no município de forma a não enviesar os resultados pretendidos. As entrevistas foram aplicadas a 4 funcionários e tiveram uma duração de aproximadamente 20 minutos.

Desta forma a seguinte tabela resume a categoria profissional e o cargo de cada entrevistado:

Entrevistados	Categoria Profissional	Cargo
1	Técnica superior	Chefe de Divisão
2	Técnica superior	Técnica superior do gabinete técnico financeiro e do património
3	Técnico superior	Técnico superior no gabinete técnico financeiro
4	Coordenador Técnico	Chefe de secção da contabilidade

Tabela 4 – Entrevistados

5. Resultados

Nesta secção serão apresentados os resultados obtidos com o recurso às entrevistas, pelo modelo proposto por Fontes et al. (2016). Neste modelo os resultados são apresentados por fator de análise, com vista, a entender a importância de cada um na transição do normativo na CMCB. Através de uma análise global dos entrevistados verifica-se que a mudança do normativo foi positiva.

5.1. Fatores individuais

De acordo com Fontes et al. (2016), os fatores humanos condicionam o sucesso da mudança nas organizações. Os fatores individuais procuram avaliar o impacto que o próprio indivíduo tem da mudança e da adoção do novo normativo SNC-AP. Podemos considerar como fatores individuais: a idade, o nível de educação, o nível de experiência, o compromisso para com os valores contabilísticos tradicionais, a disposição para a mudança, o impacto pessoal da mudança, a utilidade percebível do novo relato financeiro, o interesse dos grupos funcionais e as competências dos preparadores da informação financeira. Todos estes fatores irão ser analisados de forma individual de forma a mostrar a sua relevância no processo em estudo.

5.1.1. Idade

Relativamente à idade considerei relevante analisar se este fator teve influência na adaptação do novo normativo, uma vez que, segundo Fontes et al. (2016), as pessoas mais velhas são mais reticentes à mudança. Assim como se espera que os indivíduos mais jovens sejam mais suscetíveis aos novos padrões dos relatórios financeiros.

A idade dos indivíduos entrevistados consta na tabela seguinte:

Entrevistados	1	2	3	4
Idade	51	41	41	62

Tabela 5 – Idade

Na presente investigação foi notório que o fator idade não provocou reações na adoção do novo normativo, todos os entrevistados consideram que a mudança, em termos informáticos foi importante, e que apesar das dificuldades de adaptação que se fizeram sentir, essas mudanças foram uma mais-valia. O entrevistado 4, que possui mais idade quando comparado com os demais, partilha da mesma opinião. Deste modo, as afirmações de Fontes al. (2016) são contrariadas, visto que todos os entrevistados, de idades diferentes, não apresentaram discordância.

5.1.2. Nível de Educação

Este fator pretende determinar se as habilitações literárias dos entrevistados condicionam a sua adaptação ao SNC-AP. Segundo, Fontes et al. (2016), os indivíduos com níveis de educação mais elevados possuem um nível de adaptação e perceção mais favorável em relação à mudança.

A tabela seguinte sintetiza as habilitações literárias dos entrevistados:

Entrevistados	1	2	3	4
Habilitações Literárias	Licenciatura	Mestrado	Licenciatura	12º Ano de Escolaridade

Tabela 6 - Nível de educação

Os entrevistados possuem diferentes níveis de habilitações literárias, no entanto, todos eles ansiavam por melhorias nos sistemas informáticos. O entrevistado 4, como sempre trabalhou diretamente com os softwares contabilísticos ambicionava melhorias, no seu modo de trabalhar antecipava a necessidade de possíveis melhorias. Para os restantes entrevistados esta mudança foi fundamental em termos da leitura de informação contabilística.

Apesar dos diferentes níveis de habilitações literárias foi unânime o acolhimento do SNC-AP.

5.1.3. Nível de Experiência

Para Fontes et al. (2016), a associação entre o nível de experiência e a percepção do indivíduo sobre um novo sistema de informação é positiva. Os indivíduos que detêm mais experiência em sistemas de informação têm uma probabilidade maior de aceitação e uma maior adaptação.

Neste fator debruçaram-se duas questões: o número de anos de experiência em POCAL e o número de ano de experiência em SNC-AP, e qual o nível de satisfação dos entrevistados com a utilização do novo normativo (SNC-AP).

Quanto aos anos de experiência em POCAL e em SNC-AP de cada entrevistado, os mesmos constam na seguinte Tabela:

Entrevistados	Anos de experiência em POCAL	Anos de experiência em SNC-AP
1	15	2
2	10	2
3	4	2
4	23	2

Tabela 7- Anos de Experiência em POCAL

Através das questões mencionadas anteriormente foi possível constatar-se que todos os entrevistados tiveram a oportunidade de trabalhar no POCAL, é importante realçar o entrevistado 4, que vivenciou a prática do POCAL desde a sua implementação até ao momento da sua substituição para o SNC-AP.

Posto isto, todos os inquiridos apresentam um parecer positivo com a entrada do SNC-AP, apesar de estarem a trabalhar apenas há dois anos com o SNC-AP, consideram que este é mais adequado e preciso para uma execução mais fiável e completa das tarefas.

5.1.4. Compromisso com valores Contabilísticos Tradicionais

Para Fontes et al. (2016), o comprometimento dos indivíduos com um sistema de relatórios financeiros existente e a percepção de um novo é negativa e pode comprometer a adaptação dos funcionários.

Os entrevistados quando confrontados com a questão do POCAL oferecer uma imagem correta e verdadeira ao município concluem que sim, mas mencionam que a imagem proporcionada pelo POCAL não era nítida e profunda como a atual imagem do SNC-AP. O entrevistado 4, refere que “o POCAL não fornecia a realidade do sistema contabilístico que o município necessita em relação à sua transparência” e menciona também que o POCAL ocultava determinados aspetos, enquanto o SNC-AP proporciona mais clareza.

5.1.5. Disposição para a mudança

O sucesso de uma iniciativa de mudança está relacionado com as predisposições psicológicas dos indivíduos que a vivenciam. A diversidade das características inatas que cada individuo possui têm potencial forte para prever as suas atitudes em relação a mudanças específicas (Oreg et al, 2011).

Relativamente à questão de preparação do grau de preparação para colocar em prática o SNC-AP, as respostas não foram unânimes. Enquanto os entrevistados 1,2 e 3, sentiam-se preparados e estavam consciencializados para a mudança, pois o plano teria sido adiado durante 2 a 3 anos e o plano de contas foi sempre elaborado de acordo com o SNC-AP, até aprovação da sua implementação, desta forma já existia a consciencialização para a mudança. O entrevistado 2, menciona que as formações fornecidas pela Medidata (programa implementado no município) e ATAM (associação dos

trabalhadores da administração local) contribuíram para o sucesso de implementação.

Por outro lado, o entrevistado 4, apesar da formação fornecida não se sentiu tão preparado para trabalhar à luz do SNC-AP.

5.1.6. Impacto pessoal da mudança

As alterações no seio laboral na maioria das vezes pode afetar a vida pessoal dos funcionários, a satisfação das necessidades individuais é uma forma de legitimidade pragmática, conhecida como legitimidade de troca (Fontes et al, 2016).

Desta forma, os entrevistados foram questionados no que concerne às alterações que o SNC-AP provocou no seu trabalho profissional, e as respostas face a esta questão são unânimes. O entrevistado 3, entende que a transição implicou um aumento no volume de trabalho e o entrevistado 4, realça que o plano de correspondências e as novas configurações implicaram um trabalho extra.

5.1.7. Utilidade perceptível do Novo Relato Financeiro

As DF's são um meio de divulgação do desempenho e da gestão das organizações, o novo normativo (SNC-AP) veio provocar alterações nas DF's. Este fator, sugerido por Fontes et al. (2016), serve para determinar a perceção que os inquiridos têm quanto à fiabilidade das novas DF's com a utilização do novo sistema contabilístico.

Quanto à questão se o SNC-AP permite ou não uma comparação mais fiável entre o setor público, as respostas obtidas são unânimes. Todos os inquiridos consideram que esta é a grande diferença introduzida pelo novo normativo. O entrevistado 2, realça ainda que, no POCAL existia flexibilidade na escolha das contas, enquanto o SNC-AP tem um plano central para todas as entidades públicas, em que só é possível alterar as contas inferiores, sendo

o plano central definido de igual forma para todas as entidades públicas, “o que em termos de comparação é vantajoso”.

5.1.8. Competências dos Preparadores da Informação Financeira

Fontes et al. (2016), apontam que a percepção dos indivíduos sobre um novo sistema está relacionada com as capacidades e condições pessoais em implementar mudanças. Relativamente a este fator os entrevistados viram-se confrontados se receberam formação adequada para trabalhar à luz do SNC-AP. Todos mencionam que receberam, contudo é de salientar o entrevistado 1 e 2, uma vez que foram os responsáveis pela implementação proferem que tiveram acesso a mais informação, em termos de legislação, que outros funcionários não tiveram. Entrevistado 1, destaca “o nosso trabalho de implementação levou a um estudo mais profundo e detalhado de todo o processo.”

5.1.9. Interesse dos Grupos Funcionais

As percepções de mudança dos indivíduos podem ser explicadas pela influência do grupo funcional/social ao qual os indivíduos pertencem. Os valores, normas e comportamentos do grupo pode dificultar ou facilitar a adoção de inovações. No decorrer da entrevista foi colocada a seguinte questão: “A importância da adoção do SNC-AP foi unânime?”.

A conclusão retirada das respostas obtidas quanto a esta questão são que os entrevistados proferem que o SNC-AP foi uma imposição legal da DGAL e uma vez que o setor público estava em atraso quando comparado com o setor privado, todos teriam de estar de acordo com a sua implementação pois os benefícios esperados iriam ser positivos.

5.2. Fatores Situacionais

Os fatores situacionais assumem um papel importante na determinação das percepções dos indivíduos para a mudança e são também um indicador provável na determinação do sucesso da mudança.

5.2.1. Fatores ambientais internos, externos e culturais

A introdução de um novo sistema contabilístico provoca alterações no funcionamento das instituições. Os agentes de mudança devem desta forma ajustar o conteúdo de uma iniciativa de mudança ao contexto nacional (Fontes et al, 2016).

Meyer & Rowan (1997), DiMaggio & Powell (1983) e Campel (2004) afirmam que o sucesso das iniciativas de mudança é limitado por contextos institucionais locais, assim a extensão da mudança institucional é influenciada pela capacidade da identidade coletiva nacional e do enquadramento cultural de aceitar novas práticas.

Relativamente à questão do SNC-AP ser uma mais valia a nível nacional e internacional os entrevistados responderam que sim, mencionam que permite uma maior harmonização da contabilidade pública, o entrevistado 3, elucida “permite a comparação entre uma empresa privada e uma empresa pública e assume um rigor acrescido na informação entre os municípios.”, o entrevistado 1, destaca “o SNC-AP tem um plano central que está em conformidade com as normas europeias o que permite em termos nacionais e europeus estar mais aproximado do SNC do privado”, por fim o entrevistado 4, argumenta “igualdade contabilística a nível de sermos públicos e da EU.”

5.2.2. Fatores Organizacionais

Segundo Fontes et al. (2016), a adoção de novas regras é influenciada pela forma como uma organização se relaciona com o seu ambiente, ou seja, pela consistência das regras institucionais com os objetivos e a cultura da organização. No que concerne aos fatores organizacionais foi colocada a seguinte questão “Na sua opinião o investimento em recursos materiais, humanos e financeiros foram um entrave e/ou contribuíram para o adiamento da implementação do SNC-AP?” a resposta dos inquiridos foi unânime, mencionam que houve um aumento do volume de trabalho, teve de haver uma disposição acrescida por parte dos funcionários, e muitos dos funcionários não tinham disponibilidade para efetuar a mudança. A falta de tempo por parte dos funcionários foi o fator mencionado como o possível entrave para a implementação do SNC-AP. Foi necessário o governo não permitir mais o adiamento deste normativo para a autarquia proceder à sua implementação na totalidade.

5.2.3. Benefícios contextuais previstos

As perceções dos indivíduos serão mais favoráveis se estes tiveram conhecimento dos benefícios contextuais esperados na adoção de um sistema novo contabilístico.

Os entrevistados, como mudanças relevantes quer ao nível pessoal como para o contributo do município destacam a possibilidade de acesso a mais informação por parte dos órgãos autárquicos em termos dos custos despendidos pela própria autarquia. O entrevistado 1, salienta que o município através do POCAL não conhecia a realidade dos seus custos, o SNC-AP proporcionou um conhecimento mais claro e profundo dos gastos nos vários setores e deu a conhecer outra realidade do município. O entrevistado 3, destaca uma maior transparência municipal, já o entrevistado 2, tem uma posição diferente, admite ser cedo para tirar conclusões definitivas por ainda ser o segundo ano em que o município presta contas em SNC-AP, mas destaca que este permite uma maior conciliação entre a contabilidade

financeira e a contabilidade orçamental salientando “já não se justifica a ótica do receber e do pagar”, havendo assim uma maior harmonização contabilística.

5.3. Fatores Técnicos

Os fatores técnicos são determinantes no sucesso de implementação de qualquer inovação. O reconhecimento das limitações técnicas das regras institucionalizadas promove a abertura à mudança.

Para Fontes et al. (2016), os fatores técnicos devem incluir avaliações individuais dos benefícios operacionais, complexidade e custos de adoção do novo sistema de relatórios financeiros.

5.3.1. Benefícios Operacionais

A introdução do SNC-AP, provocou mudanças de cariz organizacional e operacional. As mudanças operacionais estão relacionadas com melhorias ao nível dos programas informáticos, em que os entrevistados referem que estas facilitaram a leitura dos dados orçamentais.

Desta forma, a seguinte Tabela mostra a opinião dos entrevistados face às mudanças operacionais.

Entrevistados	Benefícios operacionais
1	positivos
2	negativos
3	negativos
4	positivos

Tabela 8- Benefícios Operacionais Esperados

Em suma, os entrevistados face as mudanças provocadas com a implementação do SNC-AP mencionam que originou um aumento do volume de trabalho, nomeadamente na criação de novos mapas para haver um maior

reporte financeiro. O entrevistado 4, positivamente considera a sua passagem de coordenador de pessoal e património para coordenador técnico na área da contabilidade. A opinião dos entrevistados divide-se ,50% consideram que as suas funções do quotidiano se alteraram positivamente, enquanto, os restantes 50% não identificam benefícios positivos.

5.3.2. Custos de adoção

Relativamente aos custos de adoção intrínsecos ao SNC-AP, os entrevistados foram questionados sobre a disposição necessária de recursos materiais, humanos e financeiros. As respostas obtidas, quanto à necessidade de recursos materiais, 100% dos entrevistados mencionam a necessidade de compra de pelo menos 2 computadores, em termos de atualização de software continuou-se a utilizar o mesmo, apenas se fez uma atualização, mas foi feita pela entidade que presta apoio ao município (MEDIDATA).

Em termos de recursos humanos, foi necessária formação do pessoal especializado e a contratação de 1 técnico superior.

No que concerne aos recursos financeiros, o investimento financeiro foi de aproximadamente 500€ com a formação e o salário do técnico superior.

5.3.3. Complexidade

A complexidade neste estudo, está associada ao desenvolvimento das ferramentas informáticas. Este fator divide-se em duas questões: o grau de preparação dos sistemas informáticos ao introduzir o SNC-AP e o nível de preparação dos colaboradores para trabalharem com o mesmo.

Relativamente à primeira questão, a resposta é unânime, 100% dos entrevistados consideram que o sistema informático necessitou de atualizações e novas configurações. No que concerne à segunda questão os

entrevistados consideraram que estavam preparados para trabalhar com o SNC-AP e desta forma não houve mudanças organizacionais.

5.4. Fatores de Processo de Mudança

Os processos e estratégias que o agente de mudança utiliza para implementar uma iniciativa de mudança são considerados os fatores de processo de mudança. Os fatores que podem influenciar as percepções dos indivíduos segundo Fontes et al. (2016), são: a participação, a comunicação, confiança no agente de mudança, tempo de implementação e legitimidade. Desta forma, os entrevistados foram confrontados quanto as alterações do próprio processo de mudança, em que, os fatores anteriormente mencionados, foram analisados, e os resultados são de seguida apresentados.

5.4.1. Participação

A participação é muitas das vezes considerada como uma tática do agente para influenciar a mudança (Bordia et al, 2004). Uma forma de contribuir e facilitar a mudança nas organizações é através da participação ativa dos funcionários (Kim et al., 2011). De forma a avaliar a contribuição deste fator, os entrevistados foram interrogados se possuíram uma função ativa ou passiva no processo de implementação do SNC-AP. À exceção do entrevistado 3, as respostas obtidas dos restantes entrevistados indicaram uma posição ativa nomeadamente na elaboração do plano de contas e as suas equivalências do POCAL e as configurações com o programa.

5.4.2. Comunicação

A comunicação eficaz pode ser a base para o sucesso das iniciativas de mudança (Georgalis et al., 2015). A fim de perceber se existiu uma comunicação eficaz, procurou-se perceber junto dos entrevistados se estes detinham a informação necessária para utilizar o SNC-AP de forma eficiente e perceber se a comunicação que houve para a sua utilização foi a mais

correta. A resposta a esta questão foi unânime, todos os entrevistados responderam que “sim”.

5.4.3. Confiança no Agente de Mudança

O agente de mudança assume um papel imprescindível na mudança e utiliza táticas, como já referido anteriormente, para facilitar a sua implementação. A liderança e a legitimidade pessoal assumem um papel fundamental no processo de mudança, a confiança que o agente de mudança passa para a equipa é crucial para o sucesso de implementação da mudança (Fontes et al., 2016).

Atendendo às perspetivas dos autores acima mencionados, os entrevistados revelaram que se verificou uma liderança ativa na introdução do SNC-AP na CMCB e que o agente de mudança responsável pela sua introdução era da total confiança de toda a equipa. O entrevistado 2, salientou também a importância do próprio software “a confiança no nosso *software house* foi essencial”.

5.4.4. Legitimidade

Fontes et al. (2016), afirmam que é uma estratégia regular os relatórios financeiros por meio da legislação, para que o processo de definição dos padrões seja independente.

Confrontados com a questão de a legislação ser clara e suficiente na implementação do SNC-AP, os entrevistados apontam as notas de enquadramento do plano de contas Lei N°189/2016 e o fornecimento do plano de contas por parte da DGAL como suficientes.

5.4.5. Calendário de implementação

Na fase final da realização das entrevistas os entrevistados foram confrontados com a questão dos sucessivos atrasos na implementação definitiva do SNC-AP. Os entrevistados apontam o ano de 2020, como o ano de efetiva adesão por parte do município, referindo que foi o momento em que a DGAL não autorizou mais o seu constante adiamento. A falta de organização e preparação das próprias entidades, a escassez de tempo dos funcionários são alguns dos fatores mencionados pelo entrevistado 2. Numa perspetiva um pouco diferente o entrevistado 3, salienta as questões legais e processuais das entidades reguladoras como os principais fatores no atraso.

6. Conclusões

O grande foco deste trabalho de investigação, como já referido anteriormente, consistiu em perceber como sucedeu o processo de implementação do SNC-AP no Município de Celorico de Basto, bem como perceber a perspetiva dos colaboradores envolvidos e as dificuldades enfrentadas.

A fim de obter as respostas pretendidas foi necessário a realização de uma entrevista aos funcionários do município, mais concretamente aos funcionários do Departamento Financeiro e Orçamental.

Numa fase inicial a entrevista debruçou-se sobre fatores de âmbito individual, nomeadamente a idade, o nível da educação, o nível de experiência, o compromisso com os valores contabilísticos tradicionais, a disposição para a mudança, o impacto pessoal da mudança, a utilidade perceptível do novo relato financeiro, as competências dos preparadores de informações financeiras e os interesses dos grupos funcionais. Quanto ao fator idade, concluiu-se que não tem influência na mudança, a diferença de idades dos entrevistados não teve influência no processo de mudança, a aceitação do novo normativo foi unânime. Este resultado vem contrariar a

posição de Fontes et al. (2016), que considera que os indivíduos mais velhos resistem à mudança. Não se constata que o nível de educação dos entrevistados influencie a mudança, por outro lado concluiu-se que o nível de experiência pode ter influência significativa na mudança. No que concerne ao compromisso com valores contabilísticos tradicionais, os resultados mostram que estes não constituíram entrave à mudança, pelo contrário permitiu uma disposição positiva para a mudança.

As formações disponibilizadas aos colaboradores e as várias tentativas de implementação do normativo contribuíram para a preparação dos funcionários. As respostas face à utilidade do novo relato financeiro e a sua fiabilidade de comparação entre o setor público são unânimes, os entrevistados consideram que a informação dada pelo novo referencial normativo é mais clara e pertinente.

Numa fase posterior os entrevistados foram confrontados com questões de cariz situacional de âmbito nacional e internacional, as respostas foram positivas, mas dadas de forma mais ponderada, uma vez que o processo de transição é recente, e como em qualquer inovação, é necessário um período de avaliação a longo prazo, de forma a verificar a transparência e a harmonização das contas públicas, os entrevistados revelaram-se um pouco inseguros na resposta.

A análise aos fatores de índole técnica culminou em resultados bastante positivos, todos os entrevistados demonstraram satisfação com o novo sistema contabilístico e os custos provocados para a sua implementação não foram tão acrescidos como se previa.

Relativamente aos fatores relacionados com o processo de mudança, a participação ativa dos funcionários constituiu-se numa mais-valia para o sucesso de implementação do SNC-AP.

Posto isto, é possível concluir que os colaboradores do Departamento Financeiro e Orçamental da Câmara Municipal de Celorico de Basto não

mostraram resistência à mudança e ansiavam positivamente a implementação do SNC-AP.

Em suma, este trabalho irá enriquecer a literatura já existente, pois transmite a percepção dos funcionários do Município em questão, acerca do novo e atual normativo, ao explicar assim o seu ponto de vista acerca da realidade e o decorrer do processo da implementação.

O presente estudo permite também dar a conhecer os impactos da transição na própria entidade, impactos estes que nunca puderam ser estudados anteriormente porque a implementação do atual normativo nas entidades públicas encontra-se agora a decorrer.

Por fim, considero que os objetivos do referido trabalho foram alcançados com sucesso e o modelo proposto por Fontes et al. (2016), permitiu a obtenção de resultados de forma mais clara e eficaz.

7. Referências bibliográficas

- Augusto, A. (2014, November). Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. In *Forum Sociológico. Série II* (No. 24, pp. 73-77). CESNOVA
- Bordia, P., Hobman, E., Jones, E., Gallois, C., & Callan, V. J. (2004). Uncertainty during organizational change: Types, consequences, and management strategies. *Journal of Business and Psychology*, 18(4), 507–532.
- Carvalho, A. C. P., & Carreira, J. M. J. (2016). Considerações sobre o impacto do novo modelo contabilístico (SNC-AP) nas contas das Autarquias Locais. *Atas do XVII Encontro AECA, AECA/IPB, Bragança*.
- De Britto Júnior, Á. F., & Júnior, N. F. (2012). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Revista Evidência*, 7(7), 237-250.
- Fischer, A. L. (2002). Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. *As pessoas na organização. São Paulo: Gente*, 1, 11-34
- Fontes, A., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2016). A theoretical model of stakeholder perceptions of a new financial reporting system. *Accounting Forum*, 40(4), 300-315.
- Georgalis, J., Samarantunge, R., Kimberley, N., & Lu, Y. (2015). Change process characteristics and resistance to organisational change: The role of employee perceptions of justice. *Australian Journal of Management*, 40(1), 89–113.
- Gomes, P. S., Fernandes, M. J., & Carvalho, J. B. D. C. (2015). The international harmonization process of public sector accounting in Portugal: the perspective of different stakeholders. *International Journal of Public Administration*, 38(4), 268-281.

Hood, C. (1995). "The "New Public Management" in the 1980s: variations on a theme." *Accounting, Organizations and Society*, 20 (2-3), 93-109.

Hopper, T., & Powell, A. (1985). Making sense of research into the organizational and social aspects of management accounting: a review of its underlying assumptions. *Journal of management Studies*, 22(5), 429-465.

Hultman, K. E. (1995). Scaling the wall of resistance. *Training and Development*, 49(10), 15-18.

Kim, T. G., Hornung, S., & Rousseau, D. M. (2011). Change-supportive employee behavior: Antecedents and the moderating role of time. *Journal of Management*, 37(6), 1664-1693.

Marques M. D. C. (2018) O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e o impacto da sua adoção no Ensino Superior. vol. 30 pp. 74-94

Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977) [1991]. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83 (2),340–363. Reprinted in Powell, W. W., & DiMaggio, P. J. (Eds.), *The new institutionalism in organizational analysis* (pp. 41–62). Chicago: University of Chicago Press.

Município de Celorico de Basto (2020). Obtido de www.mun-celoricodebasto.pt

Monteiro, A. (2016). Os desafios do SNC-AP. *Revisores & Auditores*, 72, 42-47.

Moreira, M. (2020). A Transição do POCAL para o SNC-AP: Perceções da mudança e a sua Implementação na Câmara Municipal de Valongo (Tese de Mestrado).

McDonald, S. M. (2011). Perception: A concept analysis. *International Journal of Nursing Terminologies and Classifications*

Neves, J. F. (2008). *A importância de um sistema de controlo interno*. Revista TOC, 99(1),1-61

Nunes, V. A., Rodrigues, L., & Viana, L. (2016). *O Sistema de Normalização Contabilística: Administrações Públicas*.

Rodrigues, L. (2017). *Introdução do SNC-AP*. Conferência Internacional- Reforma das Finanças Públicas em Portugal. Lisboa.

Rodrigues, M. B. (2011). Os homens do Erário Régio: The men of the Exchequer. *Pecunia: Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales*. Universidad de León, (13), 59-81.

Rua, S. C., e Carvalho, J. B. (2006). *Contabilidade Pública- Estrutura Conceptual*. Lisboa: Publisher Team.

Ryan, B., Scapens, e R.W & Theobald, M. (2002). *Research Method and Methodology in Finance and Accounting*. London.

Silva, S. M., Rodrigues, L., & Guerreiro, M. (2016). *Evolução da Contabilidade Pública em Portugal: uma análise institucional*. Atas do XVII Encontro AECA.

Pordata. (2018). *População residente*. Obtido de www.pordata.pt

8. Legislação

Código Deontológico dos Contabilistas Certificados

Decreto Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Decreto Lei n.º 232/97, de 3 de setembro.

Decreto Lei n.º 54-A/99, de 25 de julho.

Decreto Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Manual de Controlo Interno do Município de Celorico de Basto, aprovado a 04/09/2017.

10 - Apêndice

Guião Entrevista Exploratória

No âmbito do relatório de estágio de Mestrado em Contabilidade com o tema “A transição do POCAL para o SNC-AP no Município de Celorico de Basto” solicito a vossa colaboração para uma pequena entrevista sobre o tema em questão. A entrevista será direcionada a alguns membros do Departamento Financeiro e Orçamental com o intuito de analisar as perceções, motivações e obstáculos face ao novo sistema contabilístico implementado.

Grupo I – Fatores individuais

Idade	1. Qual a sua idade?
Nível de educação	2. Quais as suas habilitações académicas? 3. Atualmente qual é o cargo que desempenha?
Nível de experiência	4. Qual é o número de anos de experiência em POCAL?
Compromisso com Valores Contabilísticos Tradicionais	5. Considera que o POCAL não fornecia imagem verdadeira e correta ao Município?
Disposição para a mudança	6. Estava preparado para pôr em prática o SNC-AP? 7. Como adquiriu conhecimento para utilizar o SNC-AP, teve algum tipo de formação?
Impacto pessoal da mudança	8. A Mudança para o SNC-AP teve impacto direto no desempenho das suas funções?

Utilidade perceptível do novo relato financeiro	9. O SNC-AP permite uma comparação mais fiável das demonstrações financeiras entre o setor público?
Competências dos preparadores de informações financeiras	10. Atualmente considera que detêm o conhecimento suficiente para trabalhar à luz do SNC-AP?
Interesses dos grupos funcionais	11. Neste departamento, financeiro e Orçamental, a importância da adoção do SNC-AP foi unânime?

Grupo II – Fatores Técnicos

Complexidade	12. Como foi feita a transição para o SNC-AP? Implicou mudanças organizacionais? Quais?
Custos de Adoção	13. Que recursos materiais foram necessários? (aquisição de equipamentos, novos softwares) 14. Em relação a recursos humanos foi necessário contratação de pessoal especializado ou formação de pessoal existente? 15. Quanto aos recursos financeiros, estamos a falar de que valores?
Benefícios Operacionais	16. Nas suas funções do quotidiano o que se alterou positivamente com a implementação do SNC-AP?

Grupo III- Fatores Situacionais

Foro Ambiental Interno, Externo e Cultural	17. O SNC-AP tem sido uma mais-valia para a contabilidade pública em Portugal e para o Município de Celorico de Basto? Este novo sistema contabilístico permite maior credibilidade na sociedade? Portugal encontrou uma maior harmonização contabilística com a EU?
--	--

Adequação da organização para a Mudança	18. Na sua opinião o investimento em recursos materiais, humanos e financeiros foram um entrave e/ou contribuíram para o adiamento da implementação do SNC-AP?
Benefícios Contextuais	19. Na sua opinião, a nível contabilístico, quais foram as mudanças mais relevantes que beneficiaram a CMCB com a adoção do SNC-AP? Exemplos de benefícios?

Grupo IV – Fatores de Processo de Mudança

Participação	20. Qual foi a sua função no processo de implementação? Teve uma função ativa ou passiva?
Comunicação	21. Considera que se estabeleceu uma boa comunicação da mudança e da forma como esta mudança ia acontecer?
Calendário de implementação	22. Em que ano o município efetuou a adesão ao SNC-AP? 23. Qual a razão para a demora na implementação do SNC-AP? Que fatores estiveram na origem do atraso? (Questões informáticas? Fata de preparação das entidades?)
Legitimidade	24. A legislação de apoio à implementação foi essencial? foi suficiente?
Confiança no Agente de Mudança	25. Estava receoso ou confiou totalmente no trabalho de preparação para a implementação levada a cabo pelo agente de mudança no município?

11- Anexos

Anexo 1: Autorização para inclusão de dados e imagens no Relatório de Estágio

[Segundo o n. 18 do Despacho RT-31/2019 - Formatação gráfica e depósito]



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Autorização para inclusão de dados e imagens no relatório que permitem identificar pessoas da instituição de acolhimento do estágio

mestrados@eeg.uminho.pt

Tel.: +351 253 604 515-

Fax: +351 253 601 380

Campus de Gualtar

4710-057 Braga

1. ALUNO	
Nome: <u>Tatiana Sofia Regalado Melo</u>	N.º: <u>42259</u>
2. Título do Relatório de Estágio/Dissertação/Projeto	
<u>A Tarefa do Pascal para o SNC - AP MO</u> <u>Município de Celorico de Basto,</u>	
3. EMPRESA OU INSTITUIÇÃO: PESSOAS MENCIONADA NO TRABALHO:	
Designação: <u>Município de Celorico de Basto</u>	
NIF: <u>506 884 909</u>	
4. RESPONSÁVEL PELOS RECURSOS HUMANOS:	
Nome: <u>Sergio Pinheiro Oliveira</u>	
Cargo/Função na entidade: <u>Chefe de Divisão Administrativa, Jurídica e Rec. Humanos</u>	
5. SUPERVISOR NA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO (no caso dos Estágios) :	
Nome: <u>Paula Raquel Lima de Oliveira</u>	
N.º Membro da OCC: <u>3865</u>	NIF: <u>2100 612 19</u>
6. Declaração de inclusão de dados e imagens	
<p>Declaro que conheço e autorizo a inclusão de dados e imagens, no presente relatório, que podem identificar pessoas e dados relacionados com a entidade acolhedora do Estágio ou mencionada neste trabalho. Também é do meu conhecimento que nos termos da legislação em vigor existe obrigatoriedade legal de efetuar o depósito de uma cópia digital dos trabalhos de Mestrado num repositório integrante da rede do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), como é o caso do RepositóriUM (Repositório Institucional da Universidade do Minho). Sabendo que este depósito visa o tratamento e a preservação dos trabalhos científicos mencionados, bem como a sua difusão em regime de acesso aberto. Declaro também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto me é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade. Declaro ter sido informado pela UMinho que a presente informação refere-se aos dados pessoais/institucionais recolhidos no âmbito do Estágio Curricular do Mestrado em Contabilidade da Universidade do Minho.</p> <p>Responsável pelo tratamento: Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Conselho Pedagógico Destinatários dos dados: Universidade do Minho e Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). Finalidades do tratamento: Constituir o processo administrativo que documenta a realização do estágio na UMinho, protocolado pela OCC. Efetuar diligências relacionadas com o estágio. Licitude: RGPD, artigo 6.º, n.º1, alínea b), "Execução de um contrato". Prazo de conservação dos dados: 5 anos após a defesa do mesmo. Direitos dos titulares: Direito de acesso, direito de retificação e direito de portabilidade dos dados. Direito ao apagamento terminado o prazo de conservação dos dados. O direito à limitação do tratamento, nas situações previstas no artigo 18.º do RGPD. Contactos do Encarregado da Proteção de Dados E-Mail: protecaodados@uminho.pt URL: http://www.uminho.pt/protecaodados</p>	
9. ASSINATURAS:	
Responsável na Entidade: <u>Sergio Pinheiro Oliveira</u>	Data: <u>27/10/2022</u>
Supervisor na Entidade: <u>[Assinatura]</u>	Data: <u>27/10/2022</u>

RECONCILIAÇÃO PARA O BALANÇO DE ABERTURA DE ACORDO COM O SNC-AP

Município de Celorico de Basto

RUBRICAS DO BALANÇO	Valores conforme normativo anterior (31/12/20219)	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP (01/01/2020)
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...+(9)
ATIVO	69 059 627,46			-4 396 212,63					64 663 414,83
ATIVOS NÃO CORRENTES	60 529 809,57			-4 396 212,63					56 133 596,94
Ativos fixos tangíveis	57 891 760,43			-4 396 212,63					53 495 547,80
Propriedades de investimento									
Ativos intangíveis	330,00								330,00
Ativos biológicos									
Participações financeiras	2 637 719,14								2 637 719,14
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									
Clientes, contribuintes e utentes									
Acionistas/sócios/associados									
Diferimentos									
Outros ativos financeiros									
Ativos por impostos diferidos									
Outras contas a receber									
ATIVOS CORRENTES	8 529 817,89								8 529 817,89
Inventários	2 101 526,49								2 101 526,49
Ativos biológicos									
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9 693,32								9 693,32
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									
Clientes, contribuintes e utentes	1 254 647,69								1 254 647,69
Estado e outros entes públicos	46 868,56								46 868,56
Acionistas/sócios/associados									
Outras contas a receber	2 300 283,14								2 300 283,14
Diferimentos	18 079,71								18 079,71
Ativos financeiros detidos para negociação									
Outros ativos financeiros									
Ativos não correntes detidos para venda									
Caixa e depósitos	2 798 718,98								2 798 718,98
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	-56 183 805,09			4 396 212,63					-51 787 592,46
Património/Capital	-24 942 512,84								-24 942 512,84
Ações (quotas) próprias									
Outros instrumentos de capital próprio									
Prémios de emissão									
Reservas	-4 914 150,59								-4 914 150,59
Resultados transitados	342 145,25			3 134 031,61					3 476 176,86
Ajustamentos em ativos financeiros									
Excedentes de revalorização									
Outras variações no património líquido	-26 137 713,56			1 262 181,02					-24 875 532,54
Resultado líquido do período	-531 573,35								-531 573,35
Dividendos antecipados									
Interesses que não controlam									
PASSIVO	-12 875 822,37								-12 875 822,37
PASSIVO NÃO CORRENTE	-10 217 477,68								-10 217 477,68
Provisões	-1 554 595,46								-1 554 595,46
Financiamentos obtidos	-8 423 263,07								-8 423 263,07
Fornecedores de investimentos									
Fornecedores	-104 813,36								-104 813,36
Responsabilidades por benefícios pós-emprego									
Diferimentos									
Passivos por impostos diferidos									
Outras contas a pagar	-134 805,79								-134 805,79
PASSIVO CORRENTE	-2 658 344,69								-2 658 344,69
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis									
Fornecedores	-470 728,37								-470 728,37
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-158 846,46								-158 846,46
Estado e outros entes públicos	-65 706,03								-65 706,03
Acionistas/sócios/associados									
Financiamentos obtidos	-1 073 057,09								-1 073 057,09
Fornecedores de investimentos									
Outras contas a pagar	-890 006,74								-890 006,74
Diferimentos									
Passivos financeiros detidos para negociação									
Outros passivos financeiros									

12. Figuras

POCAL		SNC-AP	
Conta	Descrição	Conta2	Descrição
		01	Receita do período corrente
		01.1	Previsões iniciais
		01.2	Previsões corrigidas
		01.3	Alterações orçamentais
		01.3.1	Reforços
		01.3.1.1	Reforços em previsões corrigidas
		01.3.1.2	Reforços em previsões por liquidar
		01.3.2	Anulações
		01.3.2.1	Anulações em previsões corrigidas
		01.3.2.2	Anulações em previsões por liquidar
		01.3.3	Créditos especiais
		01.3.3.1	Créditos especiais em previsões corrigidas
		01.3.3.2	Créditos especiais em previsões por liquidar
		01.4	Previsões por liquidar
		01.5	Liquidações
		01.5.1	Liquidações transitadas
		01.5.2	Liquidações emitidas
		01.5.3	Liquidações recebidas
		01.5.4	Liquidações a transitar
		01.6	Liquidações anuladas
		01.6.1	Liquidações transitadas anuladas
		01.6.2	Liquidações emitidas anuladas
		01.6.3	Previsões por liquidar anuladas
		01.7	Recebimentos
		01.7.1	Recebimentos do período
		01.7.2	Recebimentos de períodos findos
		01.8	Reembolsos e restituições
		01.8.1	Reembolsos e restituições emitidos
		01.8.2	Reembolsos e restituições pagos
		01.8.3	Reembolsos e restituições transitados
		01.8.4	Reembolsos e restituições a transitar
		02	Despesa do período corrente
		02.1	Dotações iniciais
		02.2	Dotações corrigidas
		02.3	Modificações orçamentais
		02.3.1	Reforços
		02.3.1.1	Reforços em dotações corrigidas
		02.3.1.2	Reforços em dotações disponíveis
		02.3.2	Anulações
		02.3.2.1	Anulações em dotações corrigidas
		02.3.2.2	Anulações em dotações disponíveis
		02.3.3	Créditos especiais
		02.3.3.1	Créditos especiais em dotações corrigidas
		02.3.3.2	Créditos especiais em dotações disponíveis
		02.3.4	Dotações retidas
		02.3.4.1	Cativos
		02.3.4.2	Descativos
		02.4	Dotações disponíveis
		02.5	Cabimentos
		02.5.1	Cabimentos registados
		02.5.2	Cabimentos com compromisso
		02.6	Compromissos
		02.6.1	Compromissos assumidos
		02.6.2	Compromissos com obrigação
		02.6.3	Compromissos a transitar
		02.7	Obrigações
		02.7.1	Obrigações processadas
		02.7.2	Obrigações pagas
		02.7.3	Obrigações a transitar
		02.8	Pagamentos
		02.8.1	Pagamentos do período
		02.8.2	Pagamentos de períodos findos
		02.9	Reposições abatidas aos pagamentos
		02.9.1	RAP emitidas
		02.9.2	RAP recebidas
		03	Receita a receber em períodos futuros
		03.1	Orçamento
		03.1.1	Período (n+1)
		03.1.2	Período (n+2)
		03.1.3	Período (n+3)
		03.1.4	Período (n+4)
		03.1.5	Períodos seguintes
		03.2	Liquidações
		03.2.1	Período (n+1)
		03.2.2	Período (n+2)
		03.2.3	Período (n+3)
		03.2.4	Período (n+4)
		03.2.5	Períodos seguintes
		04	Despesa a pagar em períodos futuros
		04.1	Orçamento
		04.1.1	Período (n+1)
		04.1.2	Período (n+2)
		04.1.3	Período (n+3)
		04.1.4	Período (n+4)
		04.1.5	Períodos seguintes
		04.2	Compromissos assumidos
		04.2.1	Período (n+1)
		04.2.2	Período (n+2)
		04.2.3	Período (n+3)
		04.2.4	Período (n+4)
		04.2.5	Períodos seguintes
		04.3	Compromissos com obrigação
		04.3.1	Período (n+1)
		04.3.2	Período (n+2)
		04.3.3	Período (n+3)
		04.3.4	Período (n+4)
		04.3.5	Períodos seguintes
		04.4	Obrigações

	04.4.1	Período (n+1)
	04.4.2	Período (n+2)
	04.4.3	Período (n+3)
	04.4.4	Período (n+4)
	04.4.5	Períodos seguintes
	07	Operações de Tesouraria
	07.1	Recebimentos por operações de tesouraria
	07.1.1	Intermediação de fundos
	07.1.2	Cobrança de receita por conta de outrem
	07.1.2.1	Receita Fiscal
	07.1.2.1.1	Autarquias locais
	07.1.2.1.2	Entidade Contabilística Estado
	07.1.2.1.3	Região Autónoma Açores
	07.1.2.1.4	Região Autónoma Madeira
	07.1.2.1.9	Outras entidades beneficiárias
	07.1.2.2	Receita não Fiscal
	07.1.3	Constituição e reforço de cauções e garantias
	07.1.4	Cobrança de recursos próprios europeus
	07.1.5	Receção de receitas próprias – duplo cabimento
	07.1.6	Retenções - Transição para o SNC-AP
	07.1.9	Outras receitas de operações tesouraria
	07.2	Pagamentos por operações de tesouraria
	07.2.1	Intermediação de fundos
	07.2.2	Entrega de receita cobrada por conta de outrem
	07.2.2.1	Receita Fiscal
	07.2.2.1.1	Autarquias locais
	07.2.2.1.2	Entidade Contabilística Estado
	07.2.2.1.3	Região Autónoma Açores
	07.2.2.1.4	Região Autónoma Madeira
	07.2.2.1.9	Outras entidades beneficiárias
	07.2.2.2	Receita não fiscal
	07.2.3	Devolução de cauções e garantias
	07.2.4	Entrega de recursos próprios europeus
	07.2.5	Entrega de receitas próprias – duplo cabimento
	07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP
	07.2.8	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental
	07.2.9	Outras despesas de operações de tesouraria
	07.9	Conta refletida
	07.9.1	Recebimentos por operações de tesouraria
	07.9.2	Pagamentos por operações de tesouraria
	08	Encerramento contabilidade orçamental
	08.1	Encerramento do orçamento
	08.2	Desempenho orçamental
	09	Responsabilidades contingentes e contas de controlo
	09.1	Responsabilidades contingentes
	09.1.1	Processos judiciais em curso
	09.1.2	Processos expropriativos
	09.1.3	Contratos onerosos
	09.1.4	Acidentes no trabalho e doenças profissionais
	09.1.5	Matérias ambientais
	09.1.6	Garantias concedidas
	09.1.9	Outros passivos contingentes
	09.2	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas
	09.3	Contas de controlo
	09.9	Conta refletida
	09.9.1	Responsabilidades contingentes
	09.9.2	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas
	09.9.3	Contas de controlo

Figura 2- Classe 0 Orçamental

		11	Caixa
11.1	CAIXA PRINCIPAL	11.1	Caixa A
		11.7	Valores a entregar a terceiros
		11.8	Fundo fixo
11.8.2	FUNDO MANEIO (TECNICA SUP.-MARIA JOSE MARINH	11.8.01	Fundo Fixo (Técnica Sup. - Maria José Marinho)
11.8.3	FUNDO DE MANEIO (SECRET. VERAÇÃO - JOSE SOUS	11.8.02	Fundo Fixo (Secret. Vereação - José Sousa)
11.8.4	FUNDO DE MANEIO (TECNICA SUP.- MARIA JOSE SA	11.8.03	Fundo Fixo (Técnica Sup. - Maria José Santos)
11.8.6	FUNDO DE MANEIO (COORDENADOR -JOSE JOAQUIN	11.8.04	Fundo Fixo (Coord. Secção - José Joaquim Carvalho)
11.8.7	FUNDO DE MANEIO (ASSIST. T/C.- JOSE NICOLAU BA	11.8.05	Fundo Fixo (Assist. Técn - José Nicolau Bancelar)
11.8.8	FUNDO DE MANEIO (ADJUNTO PRESID.-ANA LUISA B.	11.8.06	Fundo Fixo (Adjunto Pres. Ana Luísa)
11.8.9	FUNDO DE MANEIO (CPCI - HELENA MARTINHO COS	11.8.07	Fundo Fixo (CPCI - Helena Martinho Costa)
		12	Depósitos à ordem
		12.1	Depósitos à ordem no Tesouro
		12.2	Depósitos bancários à Ordem
12.2	Caixa Geral Depósitos	12.2.01	Caixa Geral de Depósitos
12.3	NOVO BANCO, SA	12.2.02	Novo Banco, S. A.
12.5	MILLENNIUM BCP	12.2.03	Millennium BCP
12.6	B.P.I.	12.2.04	B.P.I.
12.7	CRÉDITO AGRICOLA	12.2.05	Crédito Agrícola
		13	Outros depósitos
		13.1	Depósitos a prazo
		13.1.1	Depósitos a prazo no Tesouro
		13.1.2	Depósitos bancários a prazo
		13.2	Depósitos consignados
		13.2.1	Depósitos no Tesouro
		13.2.1.1	Fundo de Regularização Municipal (FRM)
		13.2.1.9	Outros Depósitos à Ordem do Tesouro
		13.2.2	Depósitos bancários
		13.3	Depósitos de garantias e cauções
		13.3.1	Depósitos no Tesouro
		13.3.2	Depósitos bancários
12.8	CAIXA GERAL DEPÓSITOS - GARANTIAS E CAUÇÕES	13.3.2.1	Caixa Geral de Depósitos - Garantias e Cauções
		14	Outros instrumentos financeiros a curto prazo
		14.1	Derivados
		14.1.1	Potencialmente favoráveis
		14.1.2	Potencialmente desfavoráveis
		14.2	Instrumentos financeiros detidos para negociação (ativos e passivos)
		14.2.1	Títulos de dívida pública negociáveis
		14.2.1.1	Obrigações e títulos de participação
		14.2.1.2	Bilhetes do Tesouro
		14.2.1.3	Obrigações do Tesouro
		14.2.1.9	Outros

Figura 3- Classe 1 Meios Financeiros Líquidos

		20	Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados
		20.1	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos
		20.1.1	Estado
		20.1.1.1	Cooperação Técnica e Financeira
26.8.2.1.01.1.1	Protocolos	20.1.1.1.1	Protocolos
26.8.2.1.01.1.2	Contratos - Programa	20.1.1.1.2	Contratos Programa
26.8.2.1.01.1.3	Outros	20.1.1.1.9	Outros
26.8.2.1.01.2	PIDDAC	20.1.1.1.9	Outros
26.8.2.1.01.9.1	Inspeção de Atividades Económicas	20.1.1.1.9	Outros
26.8.2.1.01.9.2	Infraestruturas de Portugal	20.1.1.1.9	Outros
26.8.2.1.99	DIVERSAS - INCLUINDO TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	20.1.1.1.9	Outros
		20.1.1.2	Participação nos Impostos do Estado
26.8.2.1.01.3.1	Fundos de Equilíbrio Financeiro	20.1.1.2.1	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)
26.8.2.1.01.3.2	Fundo Social Municipal	20.1.1.2.2	Fundo Social Municipal (FSM)
26.8.2.1.01.3.3	Participação o no IRS	20.1.1.2.3	Participação no IRS
		20.1.1.2.4	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013
		20.1.1.2.5	Artigo 38.º, n.º 8 da Lei n.º 73/2013
		20.1.1.2.9	Outras Participações nos Impostos do Estado
		20.1.1.9	Outros
		20.1.2	Administração Local
		20.1.2.1	Associações de Municípios
26.8.2.2	MUNICIPIO	20.1.2.2	Municípios
		20.1.2.3	Serviços Municipalizados
		20.1.2.4	Associações de Freguesias
		20.1.2.5	Freguesias
		20.1.2.6	Empresas Locais
		20.1.2.9	Outros
		20.1.3	Administração Regional
		20.1.3.1	RAA
		20.1.3.2	RAM
		20.1.4	Fundos Comunitários
		20.1.4.1	FEDER
		20.1.4.1.1	Candidaturas Aprovadas
		20.1.4.1.1.1	QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional
		20.1.4.1.1.1.1	COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade
26.8.2.3.62	SAMA - SISTEMAS DE APOIO MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	20.1.4.1.1.1.1.01	SAMA - Sistemas de Apoio e Modernização Administrativa
		20.1.4.2	Fundo de Coesão
		20.1.4.3	Fundo Social Europeu
		20.1.4.3.1	Candidaturas Aprovadas
		20.1.4.3.1.1	PORTUGAL2020
		20.1.4.3.1.1.1	POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
26.8.2.3.65	POISE 2020 - PEPAL	20.1.4.3.1.1.1.01	PEPAL - Programa Estágios Profissionais na Administração Local
		20.1.4.9	Outros
26.8.3	DEVEDORES TRANSF. CAPITAL PARA AS AUT. LOCAIS	20.1.9	Outros
		20.2	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos
		20.2.1	Estado
		20.2.1.1	Cooperação Técnica e Financeira
26.8.4.1.01.1.1	Protocolos	20.2.1.1.1	Protocolos
26.8.4.1.01.1.2	Contratos - programa	20.2.1.1.2	Contratos Programa
26.8.4.1.01.1.3	Outros	20.2.1.1.9	Outros
26.8.4.1.02	PIDDAC	20.2.1.1.9	Outros
26.8.4.1.09	Outros	20.2.1.1.9	Outros
		20.2.2	Administração Local
		20.2.2.1	Associações de Municípios
26.8.4.2	Município	20.2.2.2	Municípios
		20.2.2.3	Serviços Municipalizados
		20.2.2.4	Associações de Freguesias
		20.2.2.5	Freguesias
		20.2.2.6	Empresas Locais
		20.2.2.9	Outros
		20.2.3	Administração Regional
		20.2.3.1	RAA
		20.2.3.2	RAM
		20.2.4	Fundos Comunitários
26.8.4.3.01	FEDER	20.2.4.1	FEDER
26.8.4.3.02	Fundo de Coesão	20.2.4.2	Fundo de Coesão
26.8.4.3.03	FSE	20.2.4.3	Fundo Social Europeu
26.8.4.3.04	LEADER	20.2.4.4	LEADER
26.8.4.3.09	Outros	20.2.4.9	Outros
		20.2.9	Outros
		20.3	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis
		20.3.1	De curto prazo
		20.3.1.1	Subsídios reembolsáveis para as sociedades não financeiras privadas
		20.3.1.2	Subsídios reembolsáveis para as sociedades não financeiras públicas
		20.3.1.3	Subsídios reembolsáveis para as famílias
		20.3.1.4	Subsídios reembolsáveis para outras entidades
		20.3.1.9	Outros
		20.3.2	De médio e longo prazo
		20.3.2.1	Realizável a curto prazo
		20.3.2.1.1	Subsídios reembolsáveis para as sociedades não financeiras privadas
		20.3.2.1.2	Subsídios reembolsáveis para as sociedades não financeiras públicas
		20.3.2.1.3	Subsídios reembolsáveis para as famílias
		20.3.2.1.4	Subsídios reembolsáveis para outras entidades
		20.3.2.1.9	Outros
		20.3.2.2	Realizável a médio e longo prazo
		20.3.2.2.1	Subsídios reembolsáveis para as sociedades não financeiras privadas
		20.3.2.2.2	Subsídios reembolsáveis para as sociedades não financeiras públicas
		20.3.2.2.3	Subsídios reembolsáveis para as famílias
		20.3.2.2.4	Subsídios reembolsáveis para outras entidades
		20.3.2.2.9	Outros
		20.4	Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis

		20.4	Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis
		20.4.1	De curto prazo
		20.4.2	De médio e longo prazo
		20.4.2.1	Exigível a curto prazo
		20.4.2.1.1	Estado
23.1.2.3.1.1.1.99	EMPRÉSTIMO DO ESTADO DE MLP - COMPONENTE A	20.4.2.1.1.1	Empréstimo PREDE - Componente a Pagar a Curto Prazo
		20.4.2.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		20.4.2.1.2.1	IHRU
		20.4.2.1.2.1.1	IHRU - Não excecionados
		20.4.2.1.2.1.2	IHRU - Excecionados
		20.4.2.1.2.9	Outros
		20.4.2.1.2.9.1	Outros - Não excecionados
		20.4.2.1.2.9.2	Outros - Excecionados
		20.4.2.1.3	Administração Local
		20.4.2.1.3.1	Associações de Municípios
		20.4.2.1.3.2	Municípios
		20.4.2.1.3.3	Serviços Municipalizados
		20.4.2.1.3.4	Associações de Freguesias
		20.4.2.1.3.5	Freguesias
		20.4.2.1.3.6	Empresas Locais
		20.4.2.1.3.9	Outros
		20.4.2.1.4	Administração Regional
		20.4.2.1.4.1	RAA
		20.4.2.1.4.2	RAM
		20.4.2.1.5	Segurança Social
		20.4.2.1.9	Outras entidades
		20.4.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		20.4.2.2.1	Estado
23.1.2.3.1.1.1.02	EMPRÉSTIMO - REGUL EXTRAORDINÁRIA DIVIDAS (C	20.4.2.2.1.1	Empréstimo PREDE - Componente a Pagara MLP
		20.4.2.2.2	Serviços e Fundos Autónomos
		20.4.2.2.2.1	IHRU
		20.4.2.2.2.1.1	IHRU - Não excecionados
		20.4.2.2.2.1.2	IHRU - Excecionados
		20.4.2.2.2.9	Outros
		20.4.2.2.2.9.1	Outros - Não excecionados
		20.4.2.2.2.9.2	Outros - Excecionados
		20.4.2.2.3	Administração Local
		20.4.2.2.3.1	Associações de Municípios
		20.4.2.2.3.2	Municípios
		20.4.2.2.3.3	Serviços Municipalizados
		20.4.2.2.3.4	Associações de Freguesias
		20.4.2.2.3.5	Freguesias
		20.4.2.2.3.6	Empresas Locais
		20.4.2.2.3.9	Outros
		20.4.2.2.4	Administração Regional
		20.4.2.2.4.1	RAA
		20.4.2.2.4.2	RAM
		20.4.2.2.5	Segurança Social
		20.4.2.2.9	Outras entidades
		20.5	Devedores por devolução de transferências e subsídios
		20.6	Credores por devoluções de transferências e subsídios
		20.8	Outros devedores e credores por transferências e subsídios
		20.8.1	Outros devedores
		20.8.2	Outros credores
		20.9	Perdas por imparidade acumuladas
		20.9.1	De curto prazo
		20.9.2	De médio e longo prazo
		20.9.2.1	Realizável a curto prazo
		20.9.2.2	Realizável a médio e longo prazo
		21	Cientes, contribuintes e utentes
		21.1	Cientes c/c
		21.1.1	Realizável até 12 meses
		21.1.1.1	Cientes Gerais
		21.1.1.1.01	Parque de Campismo e Caravanismo e Pousada da Juventude
		21.1.1.1.01.1	Parq. Camp. e PJ - Conta Individual
		21.1.1.1.01.2	Parq. Camp. e PJ - Conta Agregada
21.3.1.01	RENDAS E ALUGUERES	21.1.1.1.02	Rendas e Alugueres
		21.1.1.1.03	Vendas de Propriedades
		21.1.1.1.98	Sistema de Abastecimento de Água

21.1.1.01	VENDA DE AGUA	21.1.1.1.98.1	Sistema de Abastecimento de Água (Recebimento Normal)
21.1.1.02	VENDA DE ÁGUA - RECEBIMENTO EM PRESTAÇÕES	21.1.1.1.98.2	Sistema de Abastecimento de Água (Recebimento em Prestações)
21.3.1.02	RAMAIS	21.1.1.1.98.9	Outros
		21.1.1.1.99	Outros
21.1.8	OUTROS CLIENTES - COM ASSOCIAÇÃO A TERCEIROS	21.1.1.1.99.1	Outros - Conta Individual
21.1.9	OUTROS CLIENTES - SEM ASSOCIAÇÃO A TERCEIROS	21.1.1.1.99.2	Outros - Conta Agregada
		21.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.2	Clientes/títulos a receber
		21.3	Contribuintes
		21.3.1	Impostos directos
		21.3.1.1	Realizável até 12 meses
		21.3.1.1.01	Utilização de Recintos Desportivos
		21.3.1.1.02	Higiene Pública e Canil
		21.3.1.1.03	Cemitérios
		21.3.1.1.04	Ocupação do espaço de domínio público
		21.3.1.1.05	Mercados e Feiras
		21.3.1.1.06	Recolha de Resíduos Sólidos e Saneamento de Águas Residuais
		21.3.1.1.07	Caça Municipal e Pesca Desportiva
		21.3.1.1.08	Gestão Urbanística
		21.3.1.1.09	Publicidade/ Licenças no espaço público
		21.3.1.1.99	Outras
		21.3.1.1.99.1	Outros - Conta Individual
21.2.1	Impostos directos	21.3.1.1.99.2	Outros - Conta Agregada
		21.3.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.3.2	Impostos indirectos
		21.3.2.1	Realizável até 12 meses
		21.3.2.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.3.3	Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde
		21.3.3.1	Realizável até 12 meses
		21.3.3.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.3.4	Juros, multas e outras penalidades
		21.3.4.1	Realizável até 12 meses
		21.3.4.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.3.9	Outros
		21.3.9.1	Realizável até 12 meses
		21.3.9.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.4	Utentes
		21.4.1	Taxas
		21.4.1.1	Realizável até 12 meses
		21.4.1.1.01	Utilização de Recintos Desportivos
		21.4.1.1.02	Higiene Pública e Canil
		21.4.1.1.03	Cemitérios
		21.4.1.1.04	Ocupação do espaço de domínio público
21.2.2.03	OCUPAÇÃO VIA PUBLICA	21.4.1.1.05	Mercados e Feiras
21.2.2.01	MERCADOS E FEIRAS	21.4.1.1.06	Recolha de Resíduos Sólidos e Saneamento de Águas Residuais
		21.4.1.1.07	Caça Municipal e Pesca Desportiva
21.2.3.01	LOTEAMENTO E OBRAS	21.4.1.1.08	Gestão Urbanística
21.2.2.02	PUBLICIDADE	21.4.1.1.09	Publicidade/ Licenças no espaço público
		21.4.1.1.99	Outras
21.3.1.09.2	Outros com associação a terceiros	21.1.1.1.99.1	Outros - Conta Individual
21.2.3.02	CONTA AGREGADA	21.1.1.1.99.2	Outros - Conta Agregada
21.3.1.09.1	Outros sem associação a terceiros	21.1.1.1.99.2	Outros - Conta Agregada
		21.4.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.4.2	Multas e outras penalidades
		21.4.2.1	Realizável até 12 meses
		21.4.2.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.4.9	Outros
		21.4.9.1	Realizável até 12 meses
		21.4.9.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.5	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa
		21.5.1	Clientes
		21.5.1.1	Clientes - Cobrança em atraso
21.8.1.02	CONTA INDIVIDUAL	21.5.1.1.01	Clientes - Cobr. em atraso - Conta Individual
21.8.1.01	CONTA AGREGADA	21.5.1.1.02	Clientes - Cobr. em atraso - Conta Agregada
		21.5.1.2	Clientes - Cobranças em litígio
21.8.2.02	CONTA INDIVIDUAL	21.5.1.2.01	Clientes - Cob. em litígio - Conta Individual
21.8.2.01	CONTA AGREGADA	21.5.1.2.02	Clientes - Cob. em litígio - Conta Agregada
		21.5.2	Contribuintes
		21.5.2.1	Contribuintes - Cobranças em atraso
		21.5.2.1.01	Contribuintes - Cobr. Atraso - Conta Individual
		21.5.2.1.02	Contribuintes - Cobr. Atraso - Conta Agregada
		21.5.2.2	Contribuintes - Cobranças em litígio
		21.5.2.2.01	Contribuintes - Cobr. em litígio - Conta Individual
		21.5.2.2.02	Contribuintes - Cobr. em litígio - Conta Agregada
		21.5.3	Utentes
		21.5.3.1	Utentes - Cobranças em atraso
		21.5.3.1.1	Utentes - Cob. em atraso - Conta Individual
		21.5.3.1.2	Utentes - Cob. em atraso - Conta Agregada
		21.5.3.2	Utentes - Cobranças em litígio
		21.5.3.2.01	Utentes - Cobr. em litígio - Conta Individual
		21.5.3.2.02	Utentes - Cobr. em litígio - Conta Agregada
		21.6	Clientes, contribuintes e utentes em factoring
		21.6.1	Clientes
21.1.2	CLIENTES EM FACTORING	21.6.1.1	Realizável até 12 meses
		21.6.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.6.2	Contribuintes
		21.6.2.1	Realizável até 12 meses
		21.6.2.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.6.3	Utentes
		21.6.3.1	Realizável até 12 meses
		21.6.3.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.8	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes
		21.8.1	Clientes
21.9	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	21.8.1.1	Contratos em execução
		21.8.1.2	Contratos em situação de incumprimento
		21.8.2	Contribuintes
		21.8.2.1	Contratos em execução
		21.8.2.2	Contratos em situação de incumprimento
		21.8.3	Utentes
		21.8.3.1	Contratos em execução

21.1.1.01	VENDA DE AGUA	21.1.1.1.98.1	Sistema de Abastecimento de Água (Recebimento Normal)
21.1.1.02	VENDA DE ÁGUA - RECEBIMENTO EM PRESTAÇÕES	21.1.1.1.98.2	Sistema de Abastecimento de Água (Recebimento em Prestações)
21.3.1.02	RAMAIS	21.1.1.1.98.9	Outros
		21.1.1.1.99	Outros
21.1.8	OUTROS CLIENTES - COM ASSOCIAÇÃO A TERCEIROS	21.1.1.1.99.1	Outros - Conta Individual
21.1.9	OUTROS CLIENTES - SEM ASSOCIAÇÃO A TERCEIROS	21.1.1.1.99.2	Outros - Conta Agregada
		21.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.2	Clientes titulares a receber
		21.3	Contribuintes
		21.3.1	Impostos directos
		21.3.1.1	Realizável até 12 meses
		21.3.1.1.01	Utilização de Recintos Desportivos
		21.3.1.1.02	Higiene Pública e Canil
		21.3.1.1.03	Cemitérios
		21.3.1.1.04	Ocupação do espaço de domínio público
		21.3.1.1.05	Mercados e Feiras
		21.3.1.1.06	Recolha de Resíduos Sólidos e Saneamento de Águas Residuais
		21.3.1.1.07	Caça Municipal e Pesca Desportiva
		21.3.1.1.08	Gestão Urbanística
		21.3.1.1.09	Publicidade/ Licenças no espaço público
		21.3.1.1.99	Outras
		21.3.1.1.99.1	Outros - Conta Individual
21.2.1	Impostos directos	21.3.1.1.99.2	Outros - Conta Agregada
		21.3.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.3.2	Impostos indirectos
		21.3.2.1	Realizável até 12 meses
		21.3.2.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.3.3	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde
		21.3.3.1	Realizável até 12 meses
		21.3.3.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.3.4	Juros, multas e outras penalidades
		21.3.4.1	Realizável até 12 meses
		21.3.4.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.3.9	Outros
		21.3.9.1	Realizável até 12 meses
		21.3.9.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.4	Utentes
		21.4.1	Taxas
		21.4.1.1	Realizável até 12 meses
		21.4.1.1.01	Utilização de Recintos Desportivos
		21.4.1.1.02	Higiene Pública e Canil
		21.4.1.1.03	Cemitérios
21.2.2.03	OCUPAÇÃO VIA PUBLICA	21.4.1.1.04	Ocupação do espaço de domínio público
21.2.2.01	MERCADOS E FEIRAS	21.4.1.1.05	Mercados e Feiras
		21.4.1.1.06	Recolha de Resíduos Sólidos e Saneamento de Águas Residuais
		21.4.1.1.07	Caça Municipal e Pesca Desportiva
21.2.3.01	LOTEAMENTO E OBRAS	21.4.1.1.08	Gestão Urbanística
21.2.2.02	PUBLICIDADE	21.4.1.1.09	Publicidade/ Licenças no espaço público
		21.4.1.1.99	Outras
21.3.1.09.2	Outros com associação a terceiros	21.1.1.1.99.1	Outros - Conta Individual
21.2.3.02	CONTA AGREGADA	21.1.1.1.99.2	Outros - Conta Agregada
21.3.1.09.1	Outros sem associação a terceiros	21.1.1.1.99.2	Outros - Conta Agregada
		21.4.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.4.2	Multas e outras penalidades
		21.4.2.1	Realizável até 12 meses
		21.4.2.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.4.9	Outros
		21.4.9.1	Realizável até 12 meses
		21.4.9.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.5	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa
		21.5.1	Clientes
		21.5.1.1	Clientes - Cobrança em atraso
21.8.1.02	CONTA INDIVIDUAL	21.5.1.1.01	Clientes - Cobr. em atraso - Conta Individual
21.8.1.01	CONTA AGREGADA	21.5.1.1.02	Clientes - Cobr. em atraso - Conta Agregada
		21.5.1.2	Clientes - Cobranças em litígio
21.8.2.02	CONTA INDIVIDUAL	21.5.1.2.01	Clientes - Cob. em litígio - Conta Individual
21.8.2.01	CONTA AGREGADA	21.5.1.2.02	Clientes - Cob. em litígio - Conta Agregada
		21.5.2	Contribuintes
		21.5.2.1	Contribuintes - Cobranças em atraso
		21.5.2.1.01	Contribuintes - Cobr. Atraso - Conta Individual
		21.5.2.1.02	Contribuintes - Cobr. Atraso - Conta Agregada
		21.5.2.2	Contribuintes - Cobranças em litígio
		21.5.2.2.01	Contribuintes - Cobr. em litígio - Conta Individual
		21.5.2.2.02	Contribuintes - Cobr. em litígio - Conta Agregada
		21.5.3	Utentes
		21.5.3.1	Utentes - Cobranças em atraso
		21.5.3.1.1	Utentes - Cob. em atraso - Conta Individual
		21.5.3.1.2	Utentes - Cob. em atraso - Conta Agregada
		21.5.3.2	Utentes - Cobranças em litígio
		21.5.3.2.01	Utentes - Cobr. em litígio - Conta Individual
		21.5.3.2.02	Utentes - Cobr. em litígio - Conta Agregada
		21.6	Clientes, contribuintes e utentes em factoring
		21.6.1	Clientes
21.1.2	CLIENTES EM FACTORING	21.6.1.1	Realizável até 12 meses
		21.6.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.6.2	Contribuintes
		21.6.2.1	Realizável até 12 meses
		21.6.2.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.6.3	Utentes
		21.6.3.1	Realizável até 12 meses
		21.6.3.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.8	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes
		21.8.1	Clientes
21.9	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	21.8.1.1	Contratos em execução
		21.8.1.2	Contratos em situação de incumprimento
		21.8.2	Contribuintes
		21.8.2.1	Contratos em execução
		21.8.2.2	Contratos em situação de incumprimento
		21.8.3	Utentes
		21.8.3.1	Contratos em execução

		21.8.4.2	Contratos em situação de incumprimento
		21.9	Perdas por imparidade acumuladas
		21.9.1	Clientes
		21.9.1.1	Realizável até 12 meses
		21.9.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.9.2	Contribuintes
		21.9.2.1	Realizável até 12 meses
		21.9.2.2	Realizável a mais de 12 meses
		21.9.3	Utentes
		21.9.3.1	Realizável até 12 meses
29.1.1	PROVISÕES COBRANÇA DUVIDOSA	21.9.3.2	Realizável a mais de 12 meses
		22	Fornecedores
		22.1	Fornecedores c/c
22.1.001	FORNECEDORES GERAIS C/C	22.1.1	Exigível até 12 meses
		22.1.2	Exigível a mais de 12 meses
22.1.003.001	AMBT - Associação Municípios Baixo Tamega - Acord	22.1.2.01	AMBT - Associação Municípios Baixo Tamega - Acordo 28-03-2018
		22.2	Fornecedores - títulos a pagar
		22.5	Fornecedores - faturas em receção e conferência
22.8	Fornecedores - Facturas em recepcao e conferencia	22.5.1	Forneced. - fat. rece./conf. - Conta Individual
22.2	Fornecedores NTL - CONTA AGREGADA	22.5.2	Forneced. - fat. rece./conf. - Conta Agregada
		22.6	Fornecedores - sociedades de factoring
		22.6.1	Exigível até 12 meses
		22.6.2	Exigível a mais de 12 meses
22.9	Adiantamentos a fornecedores	22.8	Adiantamentos a fornecedores
		22.9	Perdas por imparidade acumuladas
		23	Pessoal
		23.1	Remunerações a pagar
		23.1.0	Aos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos regionais e autárquicos
26.2.1	Remuneracoes a pagar aos membros dos orgaos aut.	23.1.1	Aos órgãos sociais e de gestão
		23.1.2	Ao pessoal
26.2.2	Remuneracoes a pagar ao pessoal	23.1.2.1	Remunerações a pagar ao pessoal - Efetivo
26.2.5	Remunerações Pessoal c/Contrato a termo certo	23.1.2.2	Remunerações a pagar ao Pessoal c/ contrato a termo certo
26.2.7	Remunerações pessoal-outras situações	23.1.2.9	Remunerações a pagar ao pessoal - Outras Situações
		23.2	Adiantamentos
		23.2.0	Aos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos regionais e autárquicos
26.2.3	Adiantamentos aos membros dos orgaos autarquico	23.2.1	Aos órgãos sociais e de gestão
26.2.4	Adiantamentos ao pessoal	23.2.2	Ao pessoal
		23.7	Cauções
		23.7.0	Dos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos regionais e autárquicos
		23.7.1	Dos órgãos sociais e de gestão
26.2.6	Cauções do pessoal	23.7.2	Do pessoal
		23.8	Outras operações
		23.8.0	Com os titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos regionais e autárquicos
		23.8.0.1	Natureza Credora
		23.8.0.2	Natureza devedora
		23.8.1	Com os órgãos sociais e de gestão
		23.8.1.1	Natureza Credora
		23.8.1.2	Natureza devedora
26.2.8	Outras operacoes com os membros dos org.autarquic	23.8.1.2.1	Outras operacoes com os membros dos org.autarquic.
		23.8.2	Com o pessoal
		23.8.2.1	Natureza Credora
26.2.9	Outras operacoes com o pessoal	23.8.2.2	Natureza devedora
		23.9	Perdas por imparidade acumuladas
		24	Estado e outros entes públicos
		24.1	Imposto sobre o rendimento
		24.1.1	Pagamentos por conta
		24.1.2	Pagamento especial por conta
		24.1.3	Retenções na fonte efetuadas por terceiros
		24.1.4	Imposto estimado
		24.1.5	Imposto liquidado
		24.1.6	Apuramento
		24.1.7	Imposto a pagar
		24.1.8	Imposto a recuperar
		24.1.9	Apuramento - Encerramento do período
		24.1.9.1	Imposto a pagar
		24.1.9.2	Imposto a recuperar
		24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos
		24.2.1	De trabalho dependente
		24.2.2	De trabalho independente
		24.2.3	De capitais
		24.2.4	Prediais
		24.2.9	Outras retenções
24.2.5	RETENÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE IRS	24.2.9.1	Retenção Extraordinária de IRS
24.2.6	IMPOSTO RENDIMENTO PESSOAS COLETIVAS (IRC)	24.2.9.2	Imposto Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)
		24.3	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)
		24.3.1	IVA Suportado
24.3.1.1.7	EXISTENCIAS - TAXA 6%	24.3.1.1	IVA Suportado - Taxa 6%
24.3.1.2.7	IMOBILIZADO - TAXA 6%	24.3.1.1	IVA Suportado - Taxa 6%
24.3.1.3.7	OUTROS BENS E SERVIÇOS - TAXA 6%	24.3.1.1	IVA Suportado - Taxa 6%
24.3.1.1.8	EXISTENCIAS - TAXA 13%	24.3.1.2	IVA Suportado - Taxa 13%
24.3.1.2.8	IMOBILIZADO - TAXA 13%	24.3.1.2	IVA Suportado - Taxa 13%
24.3.1.3.8	OUTROS BENS E SERVIÇOS - TAXA 13%	24.3.1.2	IVA Suportado - Taxa 13%
24.3.1.1.9	EXISTENCIAS - TAXA 23%	24.3.1.3	IVA Suportado - Taxa 23%
24.3.1.2.9	IMOBILIZADO - TAXA 23%	24.3.1.3	IVA Suportado - Taxa 23%
24.3.1.3.9	OUTROS BENS E SERVIÇOS - TAXA 23%	24.3.1.3	IVA Suportado - Taxa 23%
		24.3.2	IVA Dedutível
24.3.2.1.7	EXISTENCIAS - TAXA 6%	24.3.2.1	IVA Dedutível - Taxa 6%
24.3.2.2.7	IMOBILIZADO - TAXA 6%	24.3.2.1	IVA Dedutível - Taxa 6%
24.3.2.3.9.01	OUTROS BENS E SERVIÇOS - TAXA 6%	24.3.2.1	IVA Dedutível - Taxa 6%
24.3.2.1.8	EXISTENCIAS - TAXA 13%	24.3.2.2	IVA Dedutível - Taxa 13%
24.3.2.2.8	IMOBILIZADO - TAXA 13%	24.3.2.2	IVA Dedutível - Taxa 13%
24.3.2.3.9.02	OUTROS BENS E SERVIÇOS - TAXA 13%	24.3.2.2	IVA Dedutível - Taxa 13%
24.3.2.1.9	EXISTENCIAS - TAXA 23%	24.3.2.3	IVA Dedutível - Taxa 23%
24.3.2.3.9.04	OUTROS BENS E SERVIÇOS - TAXA 23%	24.3.2.3	IVA Dedutível - Taxa 23%
24.3.2.3.9.03	GASÓLEO (TAXA 23%)	24.3.2.3	IVA Dedutível - Taxa 23%
		24.3.3	IVA Liquidado
24.3.3.1.7	OPERAÇÕES GERAIS - TAXA 6%	24.3.3.1	IVA Liquidado - Taxa 6%
24.3.3.2.7	AUTOCONSUMOS E OPERAÇÕES GRATUITAS - TAXA 6%	24.3.3.1	IVA Liquidado - Taxa 6%
24.3.3.3.1	OPERAÇÕES GERAIS - RITI - 6%	24.3.3.1	IVA Liquidado - Taxa 6%
24.3.3.1.8	OPERAÇÕES GERAIS - TAXA 13%	24.3.3.2	IVA Liquidado - Taxa 13%

24.3.3.2.8	AUTOCONSUMOS E OPERAÇÕES GRATUITAS - TAXA	24.3.3.2	IVA Liquidado - Taxa 13%
24.3.3.3.2	OPERAÇÕES GERAIS - RITI - 13%	24.3.3.2	IVA Liquidado - Taxa 13%
24.3.3.3.1.9	OPERAÇÕES GERAIS - TAXA 23%	24.3.3.3	IVA Liquidado - Taxa 23%
24.3.3.2.9	AUTOCONSUMOS E OPERAÇÕES GRATUITAS - TAXA	24.3.3.3	IVA Liquidado - Taxa 23%
24.3.3.3.3	OPERAÇÕES GERAIS - RITI - 23%	24.3.3.3	IVA Liquidado - Taxa 23%
		24.3.4	IVA Regularizações
		24.3.4.1	A favor da entidade
24.3.4.1.7	IVA-REGULARIZAÇÕES - A FAVOR DA ENTIDADE -TAX	24.3.4.1.1	IVA Reg. - A favor da Ent. - Taxa 6%
24.3.4.1.8	IVA-REGULARIZAÇÕES - A FAVOR DA ENTIDADE -TAX	24.3.4.1.2	IVA Reg. - A favor da Ent. - Taxa 13%
24.3.4.1.9	IVA-REGULARIZAÇÕES - A FAVOR DA ENTIDADE -TAX	24.3.4.1.3	IVA Reg. - A favor da Ent. - Taxa 23%
		24.3.4.2	A favor da entidade contabilística Estado
24.3.4.2.7	IVA-REGULARIZAÇÕES - A FAVOR DO ESTADO -TAXA	24.3.4.2.1	IVA Reg. A favor do Estado - Taxa 6%
24.3.4.2.8	IVA-REGULARIZAÇÕES - A FAVOR DO ESTADO -TAXA	24.3.4.2.2	IVA Reg. A favor do Estado - Taxa 13%
24.3.4.2.9	IVA-REGULARIZAÇÕES - A FAVOR DO ESTADO -TAXA	24.3.4.2.3	IVA Reg. A favor do Estado - Taxa 23%
		24.3.4.9	Outras
		24.3.4.9.1	Natureza devedora
		24.3.4.9.2	Natureza credora
24.3.9.1	Crédito Iva a aguardar autorização das finanças	24.3.4.9.2.1	Crédito Iva a aguardar autorização das finanças
24.3.9.2	Crédito de Iva autorizado	24.3.4.9.2.2	Crédito de IVA autorizado
24.3.9.3	Iva - liquidações oficiosas	24.3.4.9.2.3	Iva - Liquidações oficiosas
24.3.5	IVA - APURAMENTO	24.3.5	IVA Apuramento
24.3.6	IVA - A PAGAR	24.3.6	IVA a pagar
24.3.7	IVA - A RECUPERAR	24.3.7	IVA a recuperar
24.3.8	IVA - REEMBOLSOS PEDIDOS	24.3.8	IVA Reembolsos pedidos
		24.3.9	IVA Liquidações oficiosas
		24.4	Outros impostos
		24.4.1	Imposto de Selo
24.4.1.6	OUTRAS LICENÇAS (N. 12.5 DA TABELA)	24.4.1.1	Licenças (N.º 12.5 da Tabela)
24.4.1.3	ESCRITOS QUAISQUER CONTRATOS(N.º8 DA TABELA)	24.4.1.9	Outros não especificados nas anteriores
		24.4.9	Outros
24.4.9.1	IMTT (RENOVAÇÃO/ ALTERAÇÕES NAS CARTAS CON	24.4.9.1	IMTT (Renovação/ Alterações nas Cartas Condução)
24.4.9.2	DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (I	24.4.9.2	Direção Geral da Administração da Justiça (Impressos)
24.4.9.3	DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (D	24.4.9.3	Direção Geral da Administração da Justiça (Documentos)
24.4.9.4	AMA - AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINIS	24.4.9.4	AMA - Agência para a Modernização Administrativa
24.4.2.1	CONCESSÃO OU RENOV. LIC. USO E PORTE DE ARMA	24.4.9.9	Outros não especificados nas anteriores
		24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde
		24.5.1	Sistemas de proteção social
		24.5.1.1	Parte do trabalhador
24.5.1.1	CGA-Descontos pessoal-Funcionários Públicos	24.5.1.1.1	Caixa Geral de Aposentações
24.5.3.1	IGFSS- Descontos - Regime Geral	24.5.1.1.2	Segurança Social - Regime Geral
		24.5.1.1.9	Outros
		24.5.1.2	Parte patronal
24.5.1.2	CGA - ENCARGOS DA AUTARQUIA	24.5.1.2.1	Caixa Geral de Aposentações
24.5.3.2	IGFSS- DESCONTOS-ENCARGOS DA AUTARQUIA	24.5.1.2.2	Segurança Social - Regime Geral
		24.5.1.2.9	Outros
		24.5.2	Subsistemas de saúde
		24.5.2.1	Parte do trabalhador
24.5.2	ADSE	24.5.2.1.1	ADSE
24.5.4	SAD/GNR - DESCONTOS NOS VENCIMENTOS	24.5.2.1.2	SAD/GNR
		24.5.2.2	Parte patronal
		24.5.9	Outros
24.5.1.3	CGA - Empreitadas	24.5.9.1	CGA - Empreitadas/Fornecimentos
24.5.3.3	Retenção de 25% -Pag/fornecedores(Art.º 113-Dec.L	24.5.9.2	Seg. Social - Retenção de 25% - Pagam. Formec. (Art.º 11)
		24.6	Tributos das autarquias locais
		24.9	Outras tributações
24.9.1	RETENÇÃO POR DÍVIDAS ÀS FINANÇAS	24.9.1	Retenção por Dívidas às Finanças
		25	Financiamentos obtidos
		25.1	Instituições de crédito e sociedades financeiras
		25.1.1	Empréstimos bancários
		25.1.1.1	De curto Prazo
		25.1.1.1.1	Instituições Financeiras Monetárias Residentes
		25.1.1.1.1.1	Não Excecionados
		25.1.1.1.1.2	Excecionados
		25.1.1.1.2	Instituições Financeiras Monetárias não Residentes
		25.1.1.1.2.1	Não Excecionados
		25.1.1.1.2.2	Excecionados
		25.1.1.1.9	Outros
		25.1.1.2	De médio e longo prazo
		25.1.1.2.1	Exigível a curto prazo
		25.1.1.2.1.1	Instituições Financeiras Monetárias Residentes
		25.1.1.2.1.1.1	Não Excecionados
		25.1.1.2.1.1.1.01	CGD - Caixa Geral de Depósitos
23.1.2.1.1.1.9.04	EMPRÉSTIMO CGD Nº 051 (0240 001212 1 91)- COMPC	25.1.1.2.1.1.1.01.01	Empréstimo CGD nº 051 (0240 001212 1 91)
23.1.2.1.1.1.9.05	EMPRÉSTIMO DA CGD - SANEAMENTO FINANCEIRO	25.1.1.2.1.1.1.01.02	Empréstimo CGD - Saneamento Financeiro- MLP - nº. 9015/008434/991
23.1.2.1.1.1.9.03	EMPRÉSTIMO CGD Nº 043 (0240 001159 1 91)- COMPC	25.1.1.2.1.1.1.01.03	Empréstimo CGD n.º 043 (0240 001159 1 91)
		25.1.1.2.1.1.1.02	Novo Banco
23.1.2.1.1.1.9.06	EMPRÉSTIMO BES Nº 6590.3371.210.5 - COMPONENT	25.1.1.2.1.1.1.02.01	Empréstimo Novo Banco nº 6590.3371.210.5
		25.1.1.2.1.1.1.03	Caixa de Crédito Agrícola
23.1.2.1.1.1.9.07	EMPRÉSTIMO CAIXA AGRICOLA N.º 56063141452-CO	25.1.1.2.1.1.1.03.01	Empréstimo Caixa Agrícola n.º 56063141452
		25.1.1.2.1.1.1.03.02	Empréstimo Caixa Agrícola Agra Crespos
		25.1.1.2.1.1.2	Excecionados
		25.1.1.2.1.2.01	CGD - Caixa Geral de Depósitos
23.1.2.1.1.2.9.01	EMPRÉSTIMO CGD P/ CENTRO ESCOLAR VILA - EXCEP	25.1.1.2.1.1.2.01.01	Empréstimo CGD p/ Centro Escolar Vila - Excepcion. 9015.006671.591
		25.1.1.2.1.1.2.02	Novo Banco
23.1.2.1.1.2.9.02	EMP. BES-III Q.C.A-GRANDE CAMPO JOGOS (J.BONIF	25.1.1.2.1.1.2.02.01	Emp. Novo Banco III Q.C.A-Grande Campo Jogos (J.Bonif.)
		25.1.1.2.1.1.2.03	BPI - Banco Português de Investimento
23.1.2.1.1.2.9.03	EMPRÉSTIMO BPI - POLIDESP. Nº 3572936830027 - EX	25.1.1.2.1.1.2.03.01	Empréstimo BPI - Polidesp. Nº 3572936830027 - Excepcionados
		25.1.1.2.1.2	Instituições Financeiras Monetárias não Residentes
		25.1.1.2.1.2.1	Não Excecionados
		25.1.1.2.1.2.2	Excecionados
		25.1.1.2.1.9	Outros
		25.1.1.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.1.1.2.2.1	Instituições Financeiras Monetárias Residentes
		25.1.1.2.2.1.1	Não Excecionados
		25.1.1.2.2.1.1.01	CGD - Caixa Geral de Depósitos
23.1.2.1.1.1.1.04	EMPRÉSTIMO CGD Nº 051 (0240 001212 1 91)	25.1.1.2.2.1.1.01.01	Empréstimo CGD nº 051 (0240 001212 1 91)
23.1.2.1.1.1.1.06	EMPRÉSTIMO DA CGD - SANEAMENTO FINANCEIRO	25.1.1.2.2.1.1.01.02	Empréstimo CGD - Saneamento Financeiro- MLP - nº. 9015/008434/991
		25.1.1.2.2.1.1.01.03	Empréstimo CGD n.º 043 (0240 001159 1 91)
		25.1.1.2.2.1.1.02	Novo Banco
23.1.2.1.1.2.01	EMPRÉSTIMO NOVO BANCO Nº 6590.3371.210.5	25.1.1.2.2.1.1.02.01	Empréstimo Novo Banco nº 6590.3371.210.5

23.1.2.1.1.5.01	EMPRÉSTIMO CAIXA AGRICOLA DE EMPRESTIMO N.º	25.1.1.2.2.1.1.03	Caixa de Crédito Agrícola
		25.1.1.2.2.1.1.03.01	Empréstimo Caixa Agrícola n.º 56063141452
23.1.2.1.1.5.02	EMPRÉSTIMO CAIXA AGRICOLA - AGRA-CRESPOS	25.1.1.2.2.1.1.03.02	Empréstimo Caixa Agrícola Agra Crespos
		25.1.1.2.2.1.2	Excecionados
		25.1.1.2.2.1.2.01	CGD - Caixa Geral de Depósitos
23.1.2.1.1.2.1.05	EMPRÉSTIMO CGD P/ CENTRO ESCOLAR VILA - EXCEP	25.1.1.2.2.1.2.01.01	Empréstimo CGD p/ Centro Escolar Vila - Excepcion. 9015.006671.591
		25.1.1.2.2.1.2.02	Novo Banco
23.1.2.1.1.2.2.01	EMP.NOVO BANCO-III Q.C.A-GRANDE CAMPO JOGO	25.1.1.2.2.1.2.02.01	Emp. Novo Banco III Q.C.A-Grande Campo Jogos (J.Bonif.)
		25.1.1.2.2.1.2.03	BPI - Banco Português de Investimento
23.1.2.1.1.2.4.01	EMPRÉSTIMO BPI - POLIDESP. Nº 3572936830027 - EX	25.1.1.2.2.1.2.03.01	Empréstimo BPI - Polidesp. Nº 3572936830027 - Excecionados
		25.1.1.2.2.2	Instituições Financeiras Monetárias não Residentes
		25.1.1.2.2.2.1	Não Excecionados
		25.1.1.2.2.2.2	Excecionados
		25.1.1.2.2.9	Outros
		25.1.2	Descobertos bancários
		25.1.3	Loações financeiras
		25.1.3.1	Terrenos
		25.1.3.1.1	De curto prazo
		25.1.3.1.2	De médio e longo prazo
26.1.7	Fornecedores Locação Financeira - valores a pagar c	25.1.3.1.2.1	Exigível a curto prazo
		25.1.3.1.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.1.3.1.2.2.1	Caixa Leasing e Factoring
26.1.1.1.35	RENDA DO CONTRATO Nº. 310978 - LOTE 7/8(Caixa L	25.1.3.1.2.2.1.01	Renda do Contrato Nº. 310978 Lote 7/8
26.1.1.1.36	RENDA DO CONTRATO Nº. 314769 - LOTE 9 e 10(Caixa	25.1.3.1.2.2.1.02	Renda do Contrato Nº. 314769 - Lote 9 e 10
26.1.1.1.38	RENDA DO CONTRATO Nº. 315514 - Lote 11, 12, 13 (C	25.1.3.1.2.2.1.03	Renda do Contrato Nº. 315514 - Lote 11, 12, 13
		25.1.3.1.2.2.2	BPI - Banco Português de Investimento
26.1.1.1.37	RENDA DO CONTRATO Nº 20002073 (BPI) - LOTE 22 E	25.1.3.1.2.2.2.01	Renda do Contrato Nº 20002073 - Lote 22 e 23
26.1.1.1.39	RENDA DO CONTRATO Nº 20002218 (BPI) - LOTE 5 E 6	25.1.3.1.2.2.2.02	Renda do Contrato Nº 20002218 - Lote 5 e 6
26.1.1.1.40	RENDA DO CONTRATO Nº 20002315 (BPI) - LOTE 4 E 5	25.1.3.1.2.2.2.03	Renda do Contrato Nº 20002315 - Lote 4 e 16
26.1.1.1.41	RENDA DO CONTRATO Nº 20002319 (BPI) - LOTE 14 E	25.1.3.1.2.2.2.04	Renda do Contrato Nº 20002319 - Lote 14 e 15
		25.1.3.2	Habitáções
		25.1.3.2.1	De curto prazo
		25.1.3.2.2	De médio e longo prazo
		25.1.3.2.2.1	Exigível a curto prazo
		25.1.3.2.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.1.3.3	Edifícios
		25.1.3.3.1	De curto prazo
		25.1.3.3.2	De médio e longo prazo
		25.1.3.3.2.1	Exigível a curto prazo
		25.1.3.3.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.1.3.4	Construções diversas
		25.1.3.4.1	De curto prazo
		25.1.3.4.2	De médio e longo prazo
		25.1.3.4.2.1	Exigível a curto prazo
		25.1.3.4.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.1.3.5	Viaturas e outro material de transporte
		25.1.3.5.1	De curto prazo
		25.1.3.5.2	De médio e longo prazo
		25.1.3.5.2.1	Exigível a curto prazo
		25.1.3.5.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.1.3.6	Material de informática
		25.1.3.6.1	De curto prazo
		25.1.3.6.2	De médio e longo prazo
		25.1.3.6.2.1	Exigível a curto prazo
		25.1.3.6.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.1.3.7	Maquinaria e equipamento
		25.1.3.7.1	De curto prazo
		25.1.3.7.2.1	Caixa Leasing e Factoring
26.1.1.1.69	RENDAS LOCAÇÃO FINANCEIRA - CLF - CONTRATO 10	25.1.3.7.2.1.01	Rendas - Contrato 100078610 (Retroscavadoras)
		25.1.3.7.2	De médio e longo prazo
		25.1.3.7.2.1	Exigível a curto prazo
		25.1.3.7.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.1.3.8	Recursos militares
		25.1.3.8.1	De curto prazo
		25.1.3.8.2	De médio e longo prazo
		25.1.3.8.2.1	Exigível a curto prazo
		25.1.3.8.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.1.3.9	Outros investimentos
		25.1.3.9.1	De curto prazo
		25.1.3.9.2	De médio e longo prazo
		25.1.3.9.2.1	Exigível a curto prazo
		25.1.3.9.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.2	Empréstimos por obrigações
		25.2.1	De curto prazo
		25.2.2	De médio e longo prazo
		25.2.2.1	Exigível a curto prazo
		25.2.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.3	Participantes de capital
		25.3.1	Entidade que controla Suprimentos e outros mútuos
		25.3.1.1	De curto prazo
		25.3.1.2	De médio e longo prazo
		25.3.1.2.1	Exigível a curto prazo
		25.3.1.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.3.2	Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos
		25.3.2.1	De curto prazo
		25.3.2.2	De médio e longo prazo
		25.3.2.2.1	Exigível a curto prazo
		25.3.2.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.4	Entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos
		25.4.1	De curto prazo
		25.4.2	De médio e longo prazo
		25.4.2.1	Exigível a curto prazo
		25.4.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.5	Particulares
		25.5.1	Depósitos, certificados de depósitos e poupança
		25.5.1.1	De curto prazo
		25.5.1.2	De médio e longo prazo
		25.5.1.2.1	Exigível a curto prazo
		25.5.1.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.5.9	Outros

		25.5.9.1	De curto prazo
		25.5.9.2	De médio e longo prazo
		25.5.9.2.1	Exigível a curto prazo
		25.5.9.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.6	Acordos de concessão de serviços
		25.6.1	De curto prazo
		25.6.2	De médio e longo prazo
		25.6.2.1	Exigível a curto prazo
		25.6.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		25.9	Outros financiadores
		25.9.1	De curto prazo
		25.9.2	De médio e longo prazo
		25.9.2.1	Exigível a curto prazo
		25.9.2.2	Exigível a médio e longo prazo
		26	Acionistas/sócios/associados
		26.1	Acionistas c/subscrição
		26.2	Sócios/Associados quotas não liberadas
		26.3	Adiantamentos por conta de lucros
		26.4	Resultados atribuídos
		26.4.1	Natureza credora
		26.4.2	Natureza devedora
		26.5	Lucros disponíveis
		26.6	Empréstimos concedidos à entidade que controla
		26.6.1	De curto prazo
		26.6.2	De médio e longo prazo
		26.6.2.1	Realizável a curto prazo
		26.6.2.2	Realizável a médio e longo prazo
		26.8	Outras operações
		26.8.1	Natureza ativa
		26.8.1.1	De curto prazo
		26.8.1.2	De médio e longo prazo
		26.8.1.2.1	Realizável a curto prazo
		26.8.1.2.2	Realizável a médio e longo prazo
		26.8.2	Natureza Passiva
		26.9	Perdas por imparidade acumuladas
		26.9.1	Acionistas c/subscrição
		26.9.2	Sócios/Associados quotas não liberadas
		26.9.3	Adiantamentos por conta de lucros
		26.9.4	Empréstimos concedidos à entidade que controla
		26.9.4.1	De curto prazo
		26.9.4.2	De médio e longo prazo
		26.9.4.2.1	Realizável a curto prazo
		26.9.4.2.2	Realizável a médio e longo prazo
		26.9.5	Resultados atribuídos - Natureza devedora
		26.9.9	Outras operações
		26.9.9.1	De curto prazo
		26.9.9.2	De médio e longo prazo
		26.9.9.2.1	Realizável a curto prazo
		26.9.9.2.2	Realizável a médio e longo prazo
		27	Outras contas a receber e a pagar
		27.0	Devedores e credores por contratos de cedência
		27.0.1	Devedores por contratos de cedência
		27.0.1.1	Realizável até 12 meses
		27.0.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		27.0.2	Credores por contratos de cedência
		27.0.2.1	Exigível até 12 meses
		27.0.2.2	Exigível a mais de 12 meses
		27.1	Fornecedores de investimentos
		27.1.1	Fornecedores de investimentos c/c
		27.1.1.1	Exigível até 12 meses
26.1.1.2.01	CONTA INDIVIDUAL	27.1.1.1.1	Conta Individual
26.1.1.2.02	CONTA AGREGADA	27.1.1.1.2	Conta Agregada
		27.1.1.2	Exigível a mais de 12 meses
26.1.1.8	Facturas receção e conferência	27.1.2	Faturas em receção e conferência
26.1.9	Adiantamentos a Fornecedores de imobilizado	27.1.3	Adiantamentos a fornecedores de investimentos
		27.1.6	Sociedades de factoring
		27.1.6.1	Exigível até 12 meses
		27.1.6.2	Exigível a mais de 12 meses
		27.2	Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)
		27.2.0	Impostos e taxas imputados ao período
		27.2.0.1	Impostos e taxas imputados ao período - IRS
		27.2.0.2	Impostos e taxas imputados ao período - IRC
		27.2.0.3	Impostos e taxas imputados ao período - IVA
27.1.2	ACRESCIMO DE PROVEITOS - RECEITA A RECEBER - IV	27.2.0.4	Impostos e taxas imputados ao período - IMI
		27.2.0.9	Impostos e taxas imputados ao período - Outros
27.1.7	ACRESCIMO DE PROVEITOS - RECEITA A RECEBER - IV	27.2.0.9.1	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT)
		27.2.0.9.2	Derrama
		27.2.0.9.9	Outros
27.1.6	ACRESCIMO DE PROVEITOS - RECEITA A RECEBER - IU	27.2.0.9.9.1	IUC - Imposto Único Circulação
		27.2.1	Devedores por acréscimos de rendimentos
27.1.1	Juros a receber	27.2.1.1	Juros a receber e outros rendimentos financeiros
		27.2.1.9	Outros acréscimos de rendimentos
27.1.3	ACRESCIMO DE PROVEITOS - RECEITA A RECEBER - RE	27.2.1.9.1	Acréscimos de Rendimentos - Receita a Receber - Energia Eólica
27.1.5	ACRESCIMO DE PROVEITO - PROTOCOLO AGUAS DO	27.2.1.9.2	Acréscimos de Rendimentos - Protocolo Águas do Norte
27.1.8	REFEIÇÕES ESCOLARES/ PROLONG. HORÁRIO	27.2.1.9.3	Refeições Escolares/Prolong. Horário
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	27.2.1.9.9	Outros
		27.2.2	Credores por acréscimos de gastos
27.3.2	Remuneracoes a liquidar	27.2.2.1	Remunerações a Liquidar
27.3.3	Juros a liquidar	27.2.2.2	Juros a liquidar e outros gastos financeiros
		27.2.2.9	Outros acréscimos de gastos
27.3.1	Seguros a liquidar	27.2.2.9.1	Seguros a liquidar
		27.2.2.9.9	Outros
27.3.4	ACRESCIMO DE CUSTOS - ELETRICIDADE	27.2.2.9.9.1	Acréscimos de Gastos - Eletricidade
27.3.5	ACRESCIMO DE CUSTOS - COMUNICAÇÕES	27.2.2.9.9.2	Acréscimos de Gastos - Comunicações
27.3.6	ACRESCIMO DE CUSTOS - TRANSPORTES	27.2.2.9.9.3	Acréscimos de Gastos - Transportes
27.3.9	Outros acréscimos de custos	27.2.2.9.9.9	Outros Acréscimos de Gastos
		27.3	Benefícios pós-emprego
		27.4	Impostos diferidos
		27.4.1	Ativos por impostos diferidos
		27.4.2	Passivos por impostos diferidos

		27.5	Credores por subscrições não liberadas
26.8.1.2.06	FAM - Fundo de Apoio Municipal	27.5.1	FAM - Fundo de Apoio Municipal
		27.5.9	Outros
		27.6	Adiantamentos por conta de vendas
		27.6.1	Adiantamentos por conta da venda de água
		27.6.1.1	Contratos em execução
		27.6.1.2	Contratos em situação de incumprimento
		27.6.9	Adiantamentos por conta de vendas - Outros
		27.6.9.1	Contratos em execução
26.9.2.1	TERRENOS E RECURSOS NATUR.(SINAL DADO P/COM	27.6.9.1.1	Terrenos e Recursos Naturais
26.9.2.2	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	27.6.9.1.2	Edifícios e Outras Construções
		27.6.9.2	Contratos em situação de incumprimento
		27.7	Cauções
		27.7.1	Recebidas de terceiros
		27.7.1.1	Exigível até 12 meses
		27.7.1.1.1	Gestão Urbanística (Loteamentos e Obras)
21.7.2.01	CONTA INDIVIDUAL	27.7.1.1.1.1	Gestão Urbanística (Loteamentos e Obras) - Conta Individual
21.7.2.02	CONTA AGREGADA	27.7.1.1.1.2	Gestão Urbanística (Loteamentos e Obras) - Conta Agregada
		27.7.1.1.2	Ocupação do espaço de domínio público
21.7.3.01	CONTA INDIVIDUAL	27.7.1.1.2.1	Ocupação do espaço de domínio público - Conta Individual
21.7.3.02	CONTA AGREGADA	27.7.1.1.2.2	Ocupação do espaço de domínio público - Conta Agregada
		27.7.1.1.3	Higiene Pública e Canil
21.7.6.01	CONTA INDIVIDUAL	27.7.1.1.3.1	Higiene Pública e Canil - Conta Individual
21.7.6.02	CONTA AGREGADA	27.7.1.1.3.2	Higiene Pública e Canil - Conta Agregada
		27.7.1.1.9	Outras Cauções
21.7.9.01	CONTA INDIVIDUAL	27.7.1.1.9.1	Outras Cauções - Conta Individual
21.7.9.02	CONTA AGREGADA	27.7.1.1.9.2	Outras Cauções - Conta Agregada
		27.7.1.2	Exigível a mais de 12 meses
		27.7.1.2.1	Cauções de empreitadas e fornecimentos
26.8.1.1.03	CONTA INDIVIDUAL - CAUÇÕES DE EMPREITADAS - C	27.7.1.2.1.1	Fornecimentos e Empreitadas - CGD
26.8.1.1.01	CONTA INDIVIDUAL	27.7.1.2.1.9	Outras Cauções
26.8.1.1.02	CONTA AGREGADA	27.7.1.2.1.9	Outras Cauções
		27.7.2	Entregues a terceiros
		27.7.2.1	Estado
26.8.1.9.02	DEPOSITO DE CAUÇÃO - FINANÇAS (POR CONTA DE	27.7.2.1.1	Finanças - Caução (Por conta da verba a pagar às Finanças)
		27.8	Outros devedores e credores
		27.8.1	Devedores por alienação de ativos fixos
		27.8.1.1	Realizável até 12 meses
		27.8.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		27.8.2	Devedores por prestações sociais a repor
		27.8.2.1	Realizável até 12 meses
		27.8.2.2	Realizável a mais de 12 meses
		27.8.3	Credores por prestações sociais a pagar
		27.8.3.1	Exigível até 12 meses
		27.8.3.2	Exigível a mais de 12 meses
		27.8.4	Credores por prestações sociais em prescrição
		27.8.5	Sindicatos
26.3.1	STAL	27.8.5.1	STAL
26.3.2	S.T.F.P.N. - Sindicato Trab.Função Pública do Norte	27.8.5.2	S.T.F.P.N. - Sindicato Trab. Função Pública do Norte
26.3.3	STAE-SINDICATO TÉC.ADMINIST. E AUX. EDUCAÇÃO	27.8.5.9	Outros não especificados nas anteriores
		27.8.6	Devedores por empréstimos não bonificados
		27.8.6.1	De curto prazo
		27.8.6.2	De médio e longo prazo
		27.8.6.2.1	Realizável a curto prazo
		27.8.6.2.2	Realizável a médio e longo prazo
		27.8.9	Outros
		27.8.9.1	Outros devedores
		27.8.9.1.1	Outros devedores-entidade contabilística Estado
		27.8.9.1.1.1	Realizável até 12 meses
		27.8.9.1.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		27.8.9.1.9	Outros devedores-Outros
		27.8.9.1.9.1	Realizável até 12 meses
		27.8.9.1.9.1.1	Estado
		27.8.9.1.9.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		27.8.9.1.9.1.2.1	FAM - Fundo de Apoio Municipal
		27.8.9.1.9.1.2.9	Outros
		27.8.9.1.9.1.3	Administração Local
		27.8.9.1.9.1.3.1	Associações de Municípios
		27.8.9.1.9.1.3.2	Municípios
		27.8.9.1.9.1.3.3	Serviços Municipalizados
		27.8.9.1.9.1.3.4	Associações de Freguesias
		27.8.9.1.9.1.3.5	Freguesias
		27.8.9.1.9.1.3.6	Empresas Locais
		27.8.9.1.9.1.3.9	Outros
		27.8.9.1.9.1.4	Administração Regional
		27.8.9.1.9.1.4.1	RAA
		27.8.9.1.9.1.4.2	RAM
		27.8.9.1.9.1.5	Segurança Social
		27.8.9.1.9.1.9	Outras entidades
		27.8.9.1.9.1.9.1	Imóveis
26.8.6.1	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	27.8.9.1.9.1.9.1.1	Rendimentos de Propriedade
26.8.6.2	RENDAS E ALUGUERES- TERRENOS	27.8.9.1.9.1.9.1.2	Rendas e Alugueres - Terrenos
26.8.6.4.01	VENDA DE TERRENOS A PRONTO	27.8.9.1.9.1.9.1.3	Venda de Terrenos a Pronto
26.8.6.8.01	EXPROPRIAÇÕES-TRIBUNAL-PAGAMENTOS POR CON	27.8.9.1.9.1.9.1.4	Expropriações - Tribunal - Pagamentos por Conta
26.8.6.8.03	LOTES/TERRENOS QUALIDADE/B	27.8.9.1.9.1.9.1.5	Lotess/Terrenos Qualidade de Basto
26.8.6.8.02	EMPRÉSTIMOS CONC.-FUNDO FAME- FINICIA-APOIO	27.8.9.1.9.1.9.9	Outros Devedores Diversos
26.8.6.9	OUTROS DEVEDORES DIVERSOS	27.8.9.1.9.1.9.9	Outros Devedores Diversos
26.8.6.4.02	VENDA DE TERRENOS A PRAZO-ESCRITURA FEITA - D	27.8.9.1.9.1.9.9	Outros Devedores Diversos
26.8.6.8.05	RETENÇÕES - REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS	27.8.9.1.9.1.9.9	Outros Devedores Diversos
		27.8.9.1.9.2	Realizável a mais de 12 meses
		27.8.9.1.9.2.1	Estado
		27.8.9.1.9.2.2	Serviços e Fundos Autónomos
		27.8.9.1.9.2.2.1	FAM - Fundo de Apoio Municipal
		27.8.9.1.9.2.2.9	Outros
		27.8.9.1.9.2.3	Administração Local
		27.8.9.1.9.2.3.1	Associações de Municípios
		27.8.9.1.9.2.3.2	Municípios
		27.8.9.1.9.2.3.3	Serviços Municipalizados
		27.8.9.1.9.2.3.4	Associações de Freguesias
		27.8.9.1.9.2.3.5	Freguesias

		27.8.9.1.9.2.3.6	Empresas Locais
		27.8.9.1.9.2.3.9	Outros
		27.8.9.1.9.2.4	Administração Regional
		27.8.9.1.9.2.4.1	RAA
		27.8.9.1.9.2.4.2	RAM
		27.8.9.1.9.2.5	Segurança Social
		27.8.9.1.9.2.9	Outras entidades
		27.8.9.2	Outros credores
		27.8.9.2.1	Outros credores-entidade contabilística Estado
		27.8.9.2.1.1	Exigível até 12 meses
		27.8.9.2.1.2	Exigível a mais de 12 meses
		27.8.9.2.9	Outros credores-Outros
		27.8.9.2.9.1	Exigível até 12 meses
		27.8.9.2.9.1.1	Estado
26.8.5.9.35	SEF - Registo de cidadãos da União Europeia	27.8.9.2.9.1.1.1	SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
		27.8.9.2.9.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		27.8.9.2.9.1.2.1	ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
		27.8.9.2.9.1.2.1.1	Caça
26.8.5.1.01	EXAME DE CARTA DE CAÇADOR	27.8.9.2.9.1.2.1.1.1	Carta de Caçador
26.8.5.1.02	CONCESSÃO DE CARTA DE CAÇADOR	27.8.9.2.9.1.2.1.1.1	Carta de Caçador
26.8.5.1.03	RENOVAÇÃO DA CARTA DE CAÇADOR(DENTRO DO PI	27.8.9.2.9.1.2.1.1.1	Carta de Caçador
26.8.5.1.04	RENOVAÇÃO DA CARTA DE CAÇADOR (FORA DE PRA	27.8.9.2.9.1.2.1.1.1	Carta de Caçador
26.8.5.1.05	CARTAO DE CARTA DE CAÇADOR	27.8.9.2.9.1.2.1.1.1	Carta de Caçador
26.8.5.1.06	2ª VIA DE CARTA DE CAÇADOR	27.8.9.2.9.1.2.1.1.1	Carta de Caçador
26.8.5.1.09	OUTRAS RECEITAS DE CARTAS DE CAÇADOR	27.8.9.2.9.1.2.1.1.1	Carta de Caçador
26.8.5.1.10	LICENÇA NACIONAL DE CAÇA	27.8.9.2.9.1.2.1.1.2	Licença de Caça
26.8.5.1.11	LICENÇA REGIONAL DE CAÇA	27.8.9.2.9.1.2.1.1.2	Licença de Caça
26.8.5.1.13	CARTAO DE LICENÇAS DE CAÇA	27.8.9.2.9.1.2.1.1.2	Licença de Caça
26.8.5.1.19	OUTRAS RECEITAS DE LICENÇAS DE CAÇA	27.8.9.2.9.1.2.1.1.2	Licença de Caça
26.8.5.1.12	LICENÇA DE PATOS	27.8.9.2.9.1.2.1.1.2	Licença de Caça
26.8.5.3.01	LICENÇA NACIONAL DE CAÇA	27.8.9.2.9.1.2.1.1.2	Licença de Caça
26.8.5.3.02	LICENÇA REGIONAL DE CAÇA	27.8.9.2.9.1.2.1.1.2	Licença de Caça
26.8.5.3.03	LICENÇA DE CAÇA (PATOS)	27.8.9.2.9.1.2.1.1.2	Licença de Caça
26.8.5.3.09	OUTRAS RECEITAS DE LICENÇAS DE CAÇA	27.8.9.2.9.1.2.1.1.2	Licença de Caça
26.8.5.3.04	LICENÇA DA PESCA - ICNF	27.8.9.2.9.1.2.1.2	Licença de Pesca
26.8.5.4	INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE	27.8.9.2.9.1.2.2	Instituto Português da Qualidade
		27.8.9.2.9.1.3	Administração Local
26.4.1	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS	27.8.9.2.9.1.3.1	Associações de Municípios
26.4.2	MUNICIPIOS	27.8.9.2.9.1.3.2	Municípios
26.4.3	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	27.8.9.2.9.1.3.3	Serviços Municipalizados
		27.8.9.2.9.1.3.4	Associações de Freguesias
26.4.6	FREGUESIAS	27.8.9.2.9.1.3.5	Freguesias
26.4.7.1	EMPRESA MUNICIPAL "QUALIDADE DE BASTO"	27.8.9.2.9.1.3.6	Empresas Locais
26.4.7.9	OUTROS DIVIDENDOS E LUCROS DE EMPRESAS	27.8.9.2.9.1.3.6	Empresas Locais
		27.8.9.2.9.1.3.9	Outros
		27.8.9.2.9.1.4	Administração Regional
		27.8.9.2.9.1.4.1	RAA
		27.8.9.2.9.1.4.2	RAM
		27.8.9.2.9.1.5	Segurança Social
		27.8.9.2.9.1.9	Outras entidades
26.4.4	ATAM-ASSOC.TÉC.ADM.MUNICIPAIS	27.8.9.2.9.1.9.1	ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local
26.8.9	Credores Diversos - Outros	27.8.9.2.9.1.9.8	Outras entidades (Não inclui Operações de Tesouraria)
		27.8.9.2.9.1.9.9	Outras entidades - Operações de Tesouraria
		27.8.9.2.9.1.9.9.1	Retenções no vencimento do Pessoal
26.8.5.9.05	CENTO CULT.DESP. TRABALHADORES DA C.MUNICIP	27.8.9.2.9.1.9.9.1.1	Retenções - CCD - Centro Cultural e Desportivo
26.8.5.9.20	SEGURO SAÚDE-CÔNJUGUE	27.8.9.2.9.1.9.9.1.2	Retenções - Seguros
26.8.5.9.21	SEGURO SAÚDE - FILHOS	27.8.9.2.9.1.9.9.1.2	Retenções - Seguros
26.8.5.9.29	PETROGAL, S.A.	27.8.9.2.9.1.9.9.1.3	Retenções - Combustíveis
26.8.5.9.28	CHAMADAS TELEFONICAS	27.8.9.2.9.1.9.9.1.4	Retenções - Comunicações
26.8.5.9.13	ANULAÇÃO E CANCELAMENTO DE CHEQUES EM TRÂ	27.8.9.2.9.1.9.9.2	Cheques em Trânsito - Anulações e Cancelamentos
26.8.5.9.38	RECOLHA DONATIVOS/AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO/	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.43	CRISTINA PAULA DOS PRAZERES	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.47	DESPESAS/ RECEITAS PAGAS POR CONTA DE TERCEIR	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.48	DINHEIRO RECEBIDO EM DUPLICADO	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.08	EXECUÇÕES FISCAIS - TRIBUNAIS E OUTROS	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.31	VENDEDORES DE PR/DIOS-R/STICOS/ URBANOS-AO	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.02	SEGUROS (TRANQUILIDADE)	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.07	DESCONTOS NOS VENCIMENTOS - COMBUSTIVEIS-(R	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.16	COFRE DE PREVIDÊNCIA DO MINIST.FINANÇAS	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.23	VISTORIAS-ESPECTÁCULOS (DELEGADO)	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.24	VISTORIAS-ESPECTÁCULOS (COMAMANDANTE BOMBEI	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.30	Apoio às vítimas do maremoto (TSUNAMI)	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.33	RETENÇÃO-SOLICIT.DE EXECUÇÃO POR DÍVIDAS DE F	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.44	ENTRADA CONTA BANCÁRIA VERBA DEVOLVER- IND	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.45	REEMBOLSOS DE FUNCIONARIOS (SEGUROS)	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
26.8.5.9.46	COBRANÇA DE LIVROS - FEIRA LIVRO (VERBA DA EDI	27.8.9.2.9.1.9.9.9	Outros
		27.8.9.2.9.2	Exigível a mais de 12 meses
		27.8.9.2.9.2.1	Estado
		27.8.9.2.9.2.2	Serviços e Fundos Autónomos
		27.8.9.2.9.2.3	Administração Local
		27.8.9.2.9.2.3.1	Associações de Municípios
		27.8.9.2.9.2.3.2	Municípios
		27.8.9.2.9.2.3.3	Serviços Municipalizados
		27.8.9.2.9.2.3.4	Associações de Freguesias
		27.8.9.2.9.2.3.5	Freguesias
		27.8.9.2.9.2.3.6	Empresas Locais
		27.8.9.2.9.2.3.9	Outros
		27.8.9.2.9.2.4	Administração Regional
		27.8.9.2.9.2.4.1	RAA
		27.8.9.2.9.2.4.2	RAM
		27.8.9.2.9.2.5	Segurança Social
		27.8.9.2.9.2.9	Outras entidades
		27.9	Perdas por imparidade acumuladas
		27.9.1	Devedores por contratos de cedência
		27.9.1.1	Realizável até 12 meses
		27.9.1.2	Realizável a mais de 12 meses
		27.9.2	Fornecedores de investimentos
		27.9.3	Devedores por alienação de ativos fixos
		27.9.3.1	Realizável até 12 meses
		27.9.3.2	Realizável a mais de 12 meses

		27.9.4	Devedores por prestações sociais a repor
		27.9.4.1	Realizável até 12 meses
		27.9.4.2	Realizável a mais de 12 meses
		27.9.5	Devedores por empréstimos não bonificados
		27.9.5.1	De curto prazo
		27.9.5.2	De médio e longo prazo - Realizável a curto prazo
		27.9.5.3	De médio e longo prazo - Realizável a médio e longo prazo
		27.9.6	Cauções - Entregues a terceiros
		27.9.9	Outros devedores
		27.9.9.1	Realizável até 12 meses
		27.9.9.2	Realizável a mais de 12 meses
		28	Diferimentos
		28.1	Gastos a reconhecer
		28.1.1	Transferências e subsídios concedidos com condições
		28.1.1.01	A reconhecer até 12 meses
		28.1.1.02	A reconhecer a mais de 12 meses
		28.1.9	Outros
		28.1.9.01	A reconhecer até 12 meses
		28.1.9.01.1	Descontos de emissão de obrigações
		28.1.9.01.2	Diferenças de câmbio desfavoráveis
		28.1.9.01.9	Outros
27.2.1	CUSTOS DIFERIDOS - LEASING	28.1.9.01.9.1	Gastos a reconhecer - Leasing
27.2.3	Custos Diferidos - Seguros	28.1.9.01.9.2	Gastos a reconhecer - Seguros
27.2.7	CUSTOS DIFERIDOS - JUROS EMPRÉSTIMOS	28.1.9.01.9.3	Gastos a reconhecer - Juros Empréstimos
27.2.9	Outros custos diferidos	28.1.9.01.9.9	Outros gastos a reconhecer
		28.1.9.02	A reconhecer a mais de 12 meses
		28.1.9.02.1	Descontos de emissão de obrigações
		28.1.9.02.2	Diferenças de câmbio desfavoráveis
		28.1.9.02.9	Outros
		28.2	Rendimentos a reconhecer
		28.2.1	Transferências e subsídios correntes obtidos com condições
		28.2.2	Transferências e subsídios de capital obtidos com condições
		28.2.2.01	A reconhecer até 12 meses
		28.2.2.01.1	Administrações Públicas
		28.2.2.01.1.1	Estado
		28.2.2.01.1.1.1	Cooperação Técnica e Financeira
		28.2.2.01.1.1.1.1	Protocolos
		28.2.2.01.1.1.1.2	Contratos-Programa
		28.2.2.01.1.1.1.9	Outros
		28.2.2.01.1.1.9	Outros
27.4.1.1	PROVEITOS DIFERIDOS - RECEITA A RECEBER - IMI	28.2.2.01.1.1.9.1	Rendimentos Diferidos - Receita a Receber - IMI
		28.2.2.01.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		28.2.2.01.1.2.1	IHRU
		28.2.2.01.1.2.9	Outros
		28.2.2.01.1.3	Administração Local
		28.2.2.01.1.3.1	Associações Municípios
		28.2.2.01.1.3.2	Municípios
		28.2.2.01.1.3.3	Serviços Municipalizados
		28.2.2.01.1.3.4	Associações de Freguesias
		28.2.2.01.1.3.5	Freguesias
		28.2.2.01.1.3.6	Empresas Locais
		28.2.2.01.1.3.9	Outros
		28.2.2.01.1.4	Administração Regional
		28.2.2.01.1.4.1	RAA
		28.2.2.01.1.4.2	RAM
		28.2.2.01.1.5	Segurança Social
		28.2.2.01.1.9	Outras entidades
27.4.1.2	PROVEITOS DIFERIDOS - RECEITA A RECEBER - RENDA	28.2.2.01.1.9.1	Rendimentos Diferidos - Receita a Receber - Renda Edílica
27.4.1.3	PROVEITOS DIFERIDOS - RECEITA A RECEBER - RENDA	28.2.2.01.1.9.2	Rendimentos Diferidos - Receita a Receber - Renda EDP
		28.2.2.01.2	Instituições sem Fins Lucrativos
		28.2.2.01.3	Famílias
		28.2.2.01.4	Resto do Mundo
		28.2.2.01.5	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		28.2.2.01.9	Outras entidades
		28.2.2.02	A reconhecer a mais de 12 meses
		28.2.2.02.1	Administrações Públicas
		28.2.2.02.1.1	Estado
		28.2.2.02.1.1.1	Cooperação Técnica e Financeira
		28.2.2.02.1.1.1.1	Protocolos
		28.2.2.02.1.1.1.2	Contratos-Programa
		28.2.2.02.1.1.1.9	Outros
		28.2.2.02.1.1.9	Outros
		28.2.2.02.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		28.2.2.02.1.2.1	IHRU
		28.2.2.02.1.2.9	Outros
		28.2.2.02.1.3	Administração Local
		28.2.2.02.1.3.1	Associações Municípios
		28.2.2.02.1.3.2	Municípios
		28.2.2.02.1.3.3	Serviços Municipalizados
		28.2.2.02.1.3.4	Associações de Freguesias
		28.2.2.02.1.3.5	Freguesias
		28.2.2.02.1.3.6	Empresas Locais
		28.2.2.02.1.3.9	Outros
		28.2.2.02.1.4	Administração Regional
		28.2.2.02.1.4.1	RAA
		28.2.2.02.1.4.2	RAM
		28.2.2.02.1.5	Segurança Social
		28.2.2.02.1.9	Outras entidades
		28.2.2.02.2	Instituições sem Fins Lucrativos
		28.2.2.02.3	Famílias
		28.2.2.02.4	Resto do Mundo
		28.2.2.02.5	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		28.2.2.02.9	Outras entidades
		28.2.3	Rendimentos da área da educação
		28.2.3.01	Propinas
		28.2.3.02	Seguro escolar
		28.2.3.09	Outros
		28.2.3.09.1	A reconhecer até 12 meses
		28.2.3.09.2	A reconhecer a mais de 12 meses
		28.2.4	Acordos de concessão de serviços

Figura 4- Classe 2 Conta a Receber e a Pagar

		31	Compras
		31.0	Inventários estratégicos
		31.1	Mercadorias
		31.1.1	Restauração
31.2.1.02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA VENDA - MERCHAN	31.1.2	Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda
		31.1.3	Medicamentos e outros produtos de higiene e saúde para venda
31.2.1.01	Terrenos	31.1.4	Terrenos e propriedades
31.6.1.01	ÁGUA	31.1.7	Água
		31.1.9	Outras mercadorias
		31.1.9.1	Habitação Social
		31.1.9.2	Eletricidade
		31.1.9.9	Outras
		31.2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
		31.2.1	Matérias-primas
31.6.2	Materias subsidiarias	31.2.2	Matérias subsidiárias
31.6.4	Embalagens de consumo	31.2.3	Embalagens
31.6.5.13	Peças - outros bens	31.2.4	Peças e outros materiais de manutenção
31.6.5.12	MATERIAL AUTO - PEÇAS E OLEOS/ LUBRIFICANTES P	31.2.4	Peças e outros materiais de manutenção
		31.2.5	Alimentação - gêneros para confeccionar
		31.2.6	Matérias de consumo clínico
		31.2.9	Outros materiais diversos de consumo
		31.2.9.1	Combustíveis e Lubrificantes
31.6.5.01	Gasóleo	31.2.9.1.1	Gasóleo
31.6.5.02	Gasolina	31.2.9.1.2	Gasolina
31.6.5.05	Oleos e outros fluidos	31.2.9.1.3	Óleos e Lubrificantes
31.6.5.03	Gaz	31.2.9.1.4	Gás
31.6.5.04	Outros combustíveis	31.2.9.1.9	Outros
31.6.5.15	Ferramentas e utensílios	31.2.9.2	Ferramentas e Utensílios
31.6.5.18	Ferragens	31.2.9.2	Ferramentas e Utensílios
31.6.5.10	Limpeza, higiene e conforto	31.2.9.3	Artigos de Higiene e Limpeza
		31.2.9.4	Materiais de Construção
31.6.5.27	Material p/rep.inst. desp/recreativas(Descobertas)	31.2.9.4.1	Materiais para obras em edifícios camararios
31.6.5.20	Material para obras	31.2.9.4.2	Materiais para obras em vias
31.6.5.17	Material de serralharia	31.2.9.4.3	Material de serralharia
31.6.5.16	Material eletrico	31.2.9.4.4	Material eletrico
		31.2.9.4.5	Materiais para obras da Câmara Amiga
31.6.3	Materias diversos	31.2.9.4.9	Outros Materiais de Construção
		31.2.9.9	Outros
		31.2.9.9.1	Outros Materiais de consumo
31.6.5.14	Vestuário e artigos pessoais	31.2.9.9.1.01	Vestuário e artigos pessoais
31.6.5.07	Material de escritório	31.2.9.9.1.02	Material de escritório
31.6.5.09	Material informáico	31.2.9.9.1.03	Material informático
31.6.5.11	Sinalização e trânsito	31.2.9.9.1.04	Sinalização e Transito
		31.2.9.9.1.05	Materiais para Jardins
31.6.5.19	Material para aguas	31.2.9.9.1.98	Materiais para Setor de Aguas e saneamento
31.6.5.22	Artigos para a Biblioteca Municipal	31.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
31.6.5.21	Material para a Piscina Municipal	31.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo

31.6.5.19	Material para aguas	31.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
31.6.5.06	Livros e documentação técnica	31.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
31.6.5.08	Artigos para oferta	31.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
31.6.5.23	Material de topografia	31.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
31.6.5.30	Material para os jardins municipais	31.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
31.6.5.31	Aquisição de rações para animais	31.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
31.6.5.32	Aquisição de material para arranjos urbanísticos	31.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
31.6.5.99	Outros	31.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
		31.3	Ativos biológicos
		31.3.1	Animais consumíveis
		31.3.2	Plantas consumíveis
		31.3.3	Animais de produção
		31.3.4	Plantas de produção
		31.7	Devoluções de compras
		31.7.1	Mercadorias
		31.7.2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
		31.7.2.1	Materias Primas
		31.7.2.2	Materias Subsidiárias
		31.7.2.3	Materias de Consumo
		31.7.2.3.1	Embalagens
31.7.6.05.12	Material auto-peças	31.7.2.3.2	Peças e outros materiais de manutenção
31.7.6.05.13	Peças-outros bens	31.7.2.3.2	Peças e outros materiais de manutenção
31.7.6.05.01	Gasoleo	31.7.2.3.3	Combustíveis e Lubrificantes
31.7.6.05.02	Gasolina	31.7.2.3.3	Combustíveis e Lubrificantes
31.7.6.05.05	oleos e outros fluidos	31.7.2.3.3	Combustíveis e Lubrificantes
31.7.6.05.03	Gaz	31.7.2.3.3	Combustíveis e Lubrificantes
31.7.6.05.04	Outros combustiveis	31.7.2.3.3	Combustíveis e Lubrificantes
31.7.6.05.15	Ferramentas e utensilios	31.7.2.3.4	Ferramentas e Utensilios
31.7.6.05.18	Ferragens	31.7.2.3.4	Ferramentas e Utensilios
31.7.6.05.10	Limpeza, higiene e conforto	31.7.2.3.5	Artigos de Higiene e Limpeza
		31.7.2.3.6	Materiais de Construção
31.7.6.05.26	Material p/ rep.inst. desp/recreativas(Cobertas)	31.7.2.3.6.01	Materiais para obras em edificios camararios
31.7.6.05.20	Material para obras	31.7.2.3.6.02	Materiais para obras em vias
31.7.6.05.17	Material de serralharia	31.7.2.3.6.03	Material de serralharia
31.7.6.05.16	Material electrico	31.7.2.3.6.04	Material electrico
		31.7.2.3.6.05	Materiais para obras da Câmara Amiga
		31.7.2.3.6.99	Outros Materiais de Construção
		31.7.2.3.9	Outros Materiais de consumo
31.7.6.05.14	Vestuário e artigos pessoais	31.7.2.3.9.01	Vestuário e artigos pessoais
31.7.6.05.07	Material de escritorio	31.7.2.3.9.02	Material de escritorio
31.7.6.05.09	Material informático	31.7.2.3.9.03	Material informático
31.7.6.05.11	Sinalização e trânsito	31.7.2.3.9.04	Sinalização e Tránsito
		31.7.2.3.9.05	Materiais para Jardins
31.7.6.05.19	Materiais para aguas	31.7.2.3.9.98	Materiais para Setor de Aguas e saneamento
31.7.6.05.06	Livros e documentação técnica	31.7.2.3.9.99	Outros materias de consumo
31.7.6.05.08	Artigos para oferta	31.7.2.3.9.99	Outros materias de consumo
31.7.6.05.29	Material para Jardins de Infância	31.7.2.3.9.99	Outros materias de consumo
31.7.6.05.30	Aquisição de rações para animais	31.7.2.3.9.99	Outros materias de consumo
31.7.6.05.31	Aquisição de material para arranjos urbanísticos	31.7.2.3.9.99	Outros materias de consumo
31.7.6.05.99	Outros	31.7.2.3.9.99	Outros materias de consumo
31.7.6.05.21	Artigos para a Piscina Municipal	31.7.2.3.9.99	Outros materias de consumo
31.7.6.05.22	Artigos para a Biblioteca Municipal	31.7.2.3.9.99	Outros materias de consumo
31.7.6.05.23	Material de topografia	31.7.2.3.9.99	Outros materias de consumo
		31.8	Descontos e abatimentos em compras
		32	Mercadorias
		32.1	Restauração
		32.2	Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda
		32.3	Medicamentos e outros produtos de higiene e saúde para venda
		32.4	Terrenos e propriedades
		32.5	Mercadorias em trânsito
		32.6	Mercadorias em poder de terceiros
		32.7	Água
		32.8	Outras mercadorias
32.3	Habitação Social	32.8.1	Habitação Social
		32.8.2	Eletricidade
		32.8.9	Outras
39.2	Mercadorias	32.9	Perdas por imparidade acumuladas
		33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
36.1	Materias-primas	33.1	Matérias-primas
36.2	Materias subsidiarias	33.2	Matérias subsidiárias
36.4	Embalagens de consumo	33.3	Embalagens
36.5.12	Material auto-peças	33.4	Peças e outros materiais de manutenção
36.5.13	Peças-outros bens	33.4	Peças e outros materiais de manutenção
		33.5	Alimentação - géneros para confeccionar
		33.6	Matérias em trânsito
		33.7	Matérias de consumo clínico
		33.8	Outros materiais diversos de consumo
		33.8.1	Combustíveis e Lubrificantes
36.5.01	Gasóleo	33.8.1.1	Gasóleo
36.5.02	Gasolina	33.8.1.2	Gasolina
36.5.05	Oleos e outros fluidos	33.8.1.3	Óleos e Lubrificantes
36.5.03	Gaz	33.8.1.4	Gás
36.5.04	Outros combustiveis	33.8.1.9	Outros
36.5.18	Ferragens	33.8.2	Ferramentas e Utensilios
36.5.15	Ferramentas e utensilios	33.8.2	Ferramentas e Utensilios
36.5.10	Limpeza, higiene e conforto	33.8.3	Artigos de Higiene e Limpeza
		33.8.4	Materiais de Construção
36.5.26	Material para rep.inst.desp/recreativas(Cobertas)	33.8.4.1	Materiais para obras em edificios camararios
36.5.20	Material para obras	33.8.4.2	Materiais para obras em vias
36.5.17	Material de serralharia	33.8.4.3	Material de serralharia
36.5.16	Material electrico	33.8.4.4	Material electrico
		33.8.4.5	Materiais para obras da Câmara Amiga
36.5.28	Material para obras de saneamento	33.8.4.9	Outros Materiais de Construção
		33.8.9	Outros
		33.8.9.1	Outros Materiais de consumo
36.5.14	Vestuário e artigos pessoais	33.8.9.1.01	Vestuário e artigos pessoais
36.5.07	Material de escritorio	33.8.9.1.02	Material de escritorio
36.5.09	Material informatico	33.8.9.1.03	Material informático
36.5.11	Sinalização e trânsito	33.8.9.1.04	Sinalização e Tránsito
		33.8.9.1.05	Materiais para Jardins

36.5.19	Material para águas	33.8.9.1.98	Material para Setor de Águas e saneamento
36.5.06	Livros e documentação técnica	33.8.9.1.99	Outros materias de consumo
36.5.08	Artigos para oferta	33.8.9.1.99	Outros materias de consumo
36.5.30	Material para os jardins municipais	33.8.9.1.99	Outros materias de consumo
36.5.31	Aquisição de rações para animais	33.8.9.1.99	Outros materias de consumo
36.5.99	Outros	33.8.9.1.99	Outros materias de consumo
36.3	Material diversos	33.8.9.1.99	Outros materias de consumo
36.6.01	Armazem (A1)	33.8.9.1.99	Outros materias de consumo
36.6.02	Armazem de Economato (A2)	33.8.9.1.99	Outros materias de consumo
36.5.21	Artigos para a Piscina Municipal	33.8.9.1.99	Outros materias de consumo
36.5.22	Artigos para a Biblioteca Municipal	33.8.9.1.99	Outros materias de consumo
		33.9	Perdas por imparidade acumuladas
		33.9.1	Matérias-primas
		33.9.2	Matérias subsidiárias
		33.9.3	Embalagens
		33.9.4	Peças e outros materiais de manutenção
		33.9.5	Alimentação - géneros para confeccionar
		33.9.6	Matérias em trânsito
		33.9.7	Matérias de consumo clínico
		33.9.8	Outros materiais diversos de consumo
		34	Produtos acabados e intermédios
		34.0	Inventários estratégicos
		34.1	Produtos acabados
		34.2	Produtos intermédios
		34.3	Propriedades construídas para venda
		34.3.1	Loteamentos
		34.3.1.1	Loteamentos de Zonas Industriais
33.4.07	ZONA INDUSTRIAL DE CRESPOS	34.3.1.1.01	Zona Industrial de Crespos
33.4.01	Zona Industrial de Britelo	34.3.1.1.01	Zona Industrial de Crespos
33.4.06	Zona Industrial de Carvalho (2ª Fase)	34.3.1.1.02	Zona Industrial de Carvalho
33.4.02	Zona Industrial de Carvalho (1ª Fase)	34.3.1.1.02	Zona Industrial de Carvalho
33.4.04	ZONA INDUSTRIAL DO REGO	34.3.1.1.03	Zona Industrial do Rego
33.4.05	Zona Industrial de Veade	34.3.1.1.04	Zona Industrial de Veade
		34.3.1.2	Loteamentos urbanos
33.6.02	LOTEAMENTO S. SILVESTRE - Nº 1/2010	34.3.1.2.01	Loteamento S. Silvestre
33.6.01	Loteamento de S. Silvestre - nº01/2001	34.3.1.2.01	Loteamento S. Silvestre
33.6.03	LOTEAMENTO EM FERMIL	34.3.1.2.02	Loteamento Fermil
33.6.04	LOTEAMENTO DO MONTE ALTO EM GEMEOS	34.3.1.2.03	Loteamento do Monte Alto - Gemeos
33.6.05	LOTEAMENTO DA MOTA (FERVENÇA)	34.3.1.2.04	Loteamento da Mota - Fervença
		34.3.1.2.05	Loteamento Agra/Britel
33.6.06.01	LOTE Nº 8	34.3.1.2.05.01	Lote nº. 8
33.6.06.02	LOTE Nº 10	34.3.1.2.05.02	Lote nº. 10
33.6.06.03	LOTE Nº 12	34.3.1.2.05.03	Lote nº. 12
33.6.06.04	LOTE Nº 15	34.3.1.2.05.04	Lote nº. 15
33.6.06.05	LOTE Nº 17	34.3.1.2.05.05	Lote nº. 17
33.6.06.06	LOTE Nº 19	34.3.1.2.05.06	Lote nº. 19
33.6.06.07	LOTE Nº 21	34.3.1.2.05.07	Lote nº. 21
33.6.06.08	LOTE Nº 23	34.3.1.2.05.08	Lote nº. 23
33.6.06.09	LOTE Nº 25	34.3.1.2.05.09	Lote nº. 25
33.6.06.10	LOTE Nº 27	34.3.1.2.05.10	Lote nº. 27
33.6.06.11	LOTE Nº 29	34.3.1.2.05.11	Lote nº. 29
33.6.06.12	LOTE Nº 31	34.3.1.2.05.12	Lote nº. 31
33.6.06.13	LOTE Nº 33	34.3.1.2.05.13	Lote nº. 33
33.6.06.14	LOTE Nº 35	34.3.1.2.05.14	Lote nº. 35
33.6.06.15	LOTE Nº 37	34.3.1.2.05.15	Lote nº. 37
33.6.06.16	LOTE Nº 40	34.3.1.2.05.16	Lote nº. 40
		34.4	Publicações para venda
		34.6	Produtos em poder de terceiros
		34.8	Outros produtos acabados e intermédios
		34.8.1	Habitação Social
		34.8.9	Outros
		34.8.9.1	Terrenos
33.5.01	Terrenos em Fervença	34.8.9.1.01	Terrenos em Fervença
33.5.02	Terrenos em Britelo	34.8.9.1.02	Terrenos em Britelo
33.5.03	Terrenos em Gêmeos	34.8.9.1.03	Terrenos em Gemeos
33.5.04	PARCELAS EM FERMIL	34.8.9.1.04	Terrenos em Fermil
		34.8.9.9	Outros
		34.9	Perdas por imparidade acumuladas
		34.9.0	Inventários estratégicos
		34.9.1	Produtos acabados
		34.9.2	Produtos intermédios
		34.9.3	Propriedades construídas para venda
		34.9.4	Publicações para venda
		34.9.6	Produtos em poder de terceiros
		34.9.8	Outros produtos acabados e intermédios
		34.9.8.1	Habitação Social
		34.9.8.9	Outros
		35	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
34.1	Subprodutos	35.1	Subprodutos
34.8	Desperdícios, resíduos e refugos	35.2	Desperdícios, resíduos e refugos
		35.9	Perdas por imparidade acumuladas
		35.9.1	Subprodutos
39.4	Subprodutos, desperdícios, resíduos, e refugos	35.9.2	Desperdícios, resíduos e refugos
		36	Produtos e trabalhos em curso
		36.0	Inventários estratégicos
35.6.01	Polo de serviços e armazéns de Crespos (INFRAESTR)	36.3	Propriedades construídas para venda
35.4	Lotes de Zonas Industriais	36.3	Propriedades construídas para venda
35.3.01	Lojas	36.3	Propriedades construídas para venda
		36.4	Publicações para venda
		36.6	Produtos em poder de terceiros
		36.8	Outros produtos e trabalhos em curso
		36.8.1	Habitação Social
35.5.03	Para loteamento urbano em Fermil - Veade	36.8.9	Outros
35.5.02	Plano de pormenor da Ribeira	36.8.9	Outros
35.5.01	Polo de serviços e armazéns de Crespos (TERRENOS)	36.8.9	Outros
		36.9	Imparidades acumuladas
		37	Ativos biológicos
		37.1	Consumíveis
		37.1.1	Animais
		37.1.2	Plantas

		37.2	De produção
		37.2.1	Animais
		37.2.2	Plantas
		37.8	Depreciações acumuladas
		37.9	Perdas por imparidade acumuladas
		37.9.1	Consumíveis
		37.9.1.1	Animais
		37.9.1.2	Plantas
		37.9.2	De produção
		37.9.2.1	Animais
		37.9.2.2	Plantas
		38	Reclassificação e regularização de inventários e ativos biológicos
38.2	Mercadorias	38.2	Mercadorias
		38.3	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
		38.3.1	Materias Primas
		38.3.2	Materias Subsidiárias
		38.3.3	Materias de Consumo
		38.3.3.1	Embalagens
38.6.5.12	Material auto-peças	38.3.3.2	Peças e outros materiais de manutenção
38.6.5.13	Peças-Outros bens	38.3.3.2	Peças e outros materiais de manutenção
		38.3.3.3	Combustíveis e Lubrificantes
38.6.5.01	Gasóleo	38.3.3.3.01	Gasóleo
38.6.5.02	Gasolina	38.3.3.3.02	Gasolina
38.6.5.05	Oleos e outros fluidos	38.3.3.3.03	Oleos e Lubrificantes
38.6.5.03	Gaz	38.3.3.3.04	Gás
38.6.5.04	Outros combustíveis	38.3.3.3.99	Outros
38.6.5.18	Ferragens	38.3.3.4	Ferramentas e Utensílios
38.6.5.15	Ferramentas e utensílios	38.3.3.4	Ferramentas e Utensílios
38.6.5.10	Limpeza, higiene e conforto	38.3.3.5	Artigos de Higiene e Limpeza
		38.3.3.6	Materiais de Construção
38.6.5.25	Material para reparação de edifícios camararios	38.3.3.6.01	Materiais para obras em edifícios camararios
38.6.5.26	Material para rep.inst. desp/recreativas(Cobertas)	38.3.3.6.01	Materiais para obras em edifícios camararios
38.6.5.20	Material de obras	38.3.3.6.02	Materiais para obras em vias
38.6.5.17	Material de serralharia	38.3.3.6.03	Material de serralharia
38.6.5.16	Material electrico	38.3.3.6.04	Material electrico
38.6.5.28	Material para obras de saneamento	38.3.3.6.05	Materiais para obras da Câmara Amiga
		38.3.3.6.99	Outros Materiais de Construção
		38.3.3.9	Outros Materiais de consumo
38.6.5.14	Vestuário e artigos pessoais	38.3.3.9.01	Vestuário e artigos pessoais
38.6.5.07	Material de escritorio	38.3.3.9.02	Material de escritório
38.6.5.09	Material informatico	38.3.3.9.03	Material informático
38.6.5.11	Sinalização e trânsito	38.3.3.9.04	Sinalização e Trânsito
38.6.5.30	Material para os jardins municipais	38.3.3.9.05	Materiais para Jardins
38.6.5.19	Material de águas	38.3.3.9.98	Materiais para Setor de Aguas e saneamento
38.6.5.08	Artigos para oferta	38.3.3.9.99	Outros materias de consumo
38.6.5.06	Livros e documentação técnica	38.3.3.9.99	Outros materias de consumo
38.6.5.21	Artigos para a Piscina Municipal	38.3.3.9.99	Outros materias de consumo
38.6.5.22	Artigos para a Biblioteca Municipal	38.3.3.9.99	Outros materias de consumo
38.6.5.23	Material de topografia	38.3.3.9.99	Outros materias de consumo
38.6.5.29	Material para Jardins de Infancia	38.3.3.9.99	Outros materias de consumo
38.6.5.31	Aquisição de rações para animais	38.3.3.9.99	Outros materias de consumo
38.6.5.99	Outros	38.3.3.9.99	Outros materias de consumo
38.3	Produtos acabados e intermedios	38.4	Produtos acabados e intermédios
38.4	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	38.5	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
		38.6	Produtos e trabalhos em curso
		38.7	Ativos biológicos
		39	Adiantamentos por conta de compras
		39.1	Inventários
		39.1.1	Mercadorias
		39.1.2	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
		39.2	Ativos biológicos
		39.2.1	Consumíveis
		39.2.2	De produção
		39.9	Imparidades acumuladas
		39.9.1	Inventários
		39.9.2	Ativos biológicos
		39.9.2.1	Consumíveis
		39.9.2.2	De produção

Figura 5- Classe 3 Inventários e Ativos Biológicos

		41	Investimentos financeiros
		41.1	Investimentos em entidades controladas
		41.1.1	Participações de capital - método da equivalência patrimonial
		41.1.1.1	Justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis
		41.1.1.1.1	Associações de Municípios
		41.1.1.1.2	Serviços Municipalizados
		41.1.1.1.3	Empresas Locais
		41.1.1.1.4	Cooperativas e Fundações
		41.1.1.1.9	Outros
		41.1.1.2	Goodwill
		41.1.1.2.1	Associações de Municípios
		41.1.1.2.2	Serviços Municipalizados
		41.1.1.2.3	Empresas Locais
		41.1.1.2.4	Cooperativas e Fundações
		41.1.1.2.9	Outros
		41.1.2	Participações de capital - outros métodos
		41.1.2.1	Associações de Municípios
		41.1.2.2	Empresas Locais
41.1.2.1	QUALIDADE DE BASTO E.M.	41.1.2.2.1	Qualidade de Basto, E.M.
		41.1.2.3	Cooperativas e Fundações
		41.1.2.4	Outros
		41.1.3	Empréstimos concedidos
		41.2	Investimentos em associadas
		41.2.1	Participações de capital - método da equivalência patrimonial
		41.2.1.1	Justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis
		41.2.1.1.1	Associações de Municípios
		41.2.1.1.2	Cooperativas e Fundações
		41.2.1.1.3	Participações Locais
		41.2.1.1.9	Outros
		41.2.1.2	Goodwill
		41.2.1.2.1	Associações de Municípios
		41.2.1.2.2	Cooperativas e Fundações

		41.2.1.2.3	Participações Locais
		41.2.1.2.9	Outros
		41.2.2	Participações de capital - outros métodos
		41.2.2.1	Associações de Municípios
		41.2.2.2	Cooperativas e Fundações
		41.2.2.3	Participações Locais
		41.2.2.9	Outros
41.1.3.1	A.D.R.E.D.T.	41.2.2.9.1	ADREDT
		41.2.3	Empréstimos concedidos
		41.3	Investimentos em empreendimentos conjuntos
		41.3.1	Participações de capital - método da equivalência patrimonial
		41.3.1.1	Justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis
		41.3.1.2	Goodwill
		41.3.2	Participações de capital - outros métodos
		41.3.3	Empréstimos concedidos
		41.4	Investimentos noutras entidades
		41.4.1	Participações de capital
41.2.2	Fundo de Apoio Municipal	41.4.1.1	FAM - Fundo de Apoio Municipal
		41.4.1.2	Participações Locais
		41.4.1.9	Outras participações de capital
41.1.3.4	QUOTA NA RESINORTE	41.4.1.9.1	Resinorte
41.1.2.2	QUOTA NA EMPRESA ÁGUAS DO NOROESTE	41.4.1.9.2	Águas do Norte
		41.4.2	Empréstimos concedidos
		41.5	Outros investimentos financeiros
		41.5.1	Detidos até à maturidade
		41.5.1.1	Títulos da dívida pública a médio e longo prazo
		41.5.1.2	Fundos
		41.5.1.9	Outros títulos a médio e longo prazo
		41.5.9	Outros investimentos financeiros
		41.5.9.1	Artigos e objetos de valor
		41.5.9.2	Depósitos a prazo
		41.5.9.9	Outros
		41.8	Amortizações acumuladas
		41.8.1	Investimentos em entidades controladas ao método da equivalência patrimonial (Goodwill)
		41.8.1.1	Associações de Municípios
		41.8.1.2	Serviços Municipalizados
		41.8.1.3	Empresas Locais
		41.8.1.4	Cooperativas e Fundações
		41.8.1.9	Outros
		41.8.2	Investimentos em associadas ao método da equivalência patrimonial (Goodwill)
		41.8.2.1	Associações de Municípios
		41.8.2.2	Cooperativas e Fundações
		41.8.2.3	Participações Locais
		41.8.2.9	Outros
		41.8.3	Investimentos em empreendimentos conjuntos ao método da equivalência patrimonial (Goodwill)
		41.9	Perdas por imparidade acumuladas
		41.9.1	Participações de capital
		41.9.1.1	Em entidades controladas
		41.9.1.1.1	Ao método da equivalência patrimonial (Goodwill)
		41.9.1.1.2	Outros métodos
49.1.1	ADREDT	41.9.1.1.2.1	ADREDT
		41.9.1.2	Em entidades associadas
		41.9.1.2.1	Ao método da equivalência patrimonial (Goodwill)
		41.9.1.2.2	Outros métodos
		41.9.1.3	Em empreendimentos conjuntos
		41.9.1.3.1	Ao método da equivalência patrimonial (Goodwill)
		41.9.1.3.2	Outros métodos
		41.9.1.4	Outras entidades
		41.9.2	Empréstimos concedidos
		41.9.2.1	Em entidades controladas
		41.9.2.2	Em entidades associadas
		41.9.2.3	Em empreendimentos conjuntos
		41.9.2.4	Outras entidades
		41.9.3	Outros investimentos financeiros
		42	Propriedades de investimento
		42.0	Bens de domínio público
		42.0.1	Terrenos e recursos naturais
		42.0.1.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		42.0.1.2	Terrenos não incluídos em planos de urbanização solo rural
		42.0.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		42.0.1.4	Recursos naturais
		42.0.1.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		42.0.2	Edifícios e outras construções
		42.0.2.1	Habitções e edificações para serviços
		42.0.2.2	Edificações para fins industriais
		42.0.2.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		42.0.2.4	Parques de estacionamento
		42.0.2.5	Piscinas e complexos desportivos
		42.0.2.9	Outros
		42.0.9	Outros
		42.1	Terrenos e recursos naturais
		42.1.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		42.1.2	Terrenos não incluídos em planos de urbanização solo rural
		42.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		42.1.4	Recursos naturais
		42.1.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		42.2	Edifícios e outras construções
		42.2.1	Habitções e edificações para serviços
		42.2.2	Edificações para fins industriais
		42.2.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		42.2.4	Parques de estacionamento
		42.2.5	Piscinas e complexos desportivos
		42.2.9	Outros
		42.6	Outras propriedades de investimento
		42.8	Depreciações acumuladas
		42.8.1	Bens de domínio público
		42.8.1.1	Terrenos e recursos naturais
		42.8.1.1.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		42.8.1.1.2	Terrenos não incluídos em planos de urbanização solo rural
		42.8.1.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano

		42.8.1.1.4	Recursos naturais
		42.8.1.1.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		42.8.1.2	Edifícios e outras construções
		42.8.1.2.1	Habitções e edificações para serviços
		42.8.1.2.2	Edificações para fins industriais
		42.8.1.2.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		42.8.1.2.4	Parques de estacionamento
		42.8.1.2.5	Piscinas e complexos desportivos
		42.8.1.2.9	Outros
		42.8.1.9	Outros
		42.8.2	Terrenos e recursos naturais
		42.8.2.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		42.8.2.2	Terrenos não incluídos em planos de urbanização solo rural
		42.8.2.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		42.8.2.4	Recursos naturais
		42.8.2.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		42.8.3	Edifícios e outras construções
		42.8.3.1	Habitções e edificações para serviços
		42.8.3.2	Edificações para fins industriais
		42.8.3.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		42.8.3.4	Parques de estacionamento
		42.8.3.5	Piscinas e complexos desportivos
		42.8.3.9	Outros
		42.8.4	Outras propriedades de investimento
		42.9	Perdas por imparidade acumuladas
		42.9.1	Bens de domínio público
		42.9.2	Terrenos e recursos naturais
		42.9.3	Edifícios e outras construções
		42.9.4	Outras propriedades de investimento
		43	Ativos fixos tangíveis
		43.0	Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural
		43.0.1	Terrenos e recursos naturais
45.1	Terrenos e recursos naturais	43.0.1.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		43.0.1.2	Terrenos não incluídos em plano de urbanização solo rural
		43.0.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		43.0.1.4	Recursos naturais
		43.0.1.8	Terrenos militares
		43.0.1.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		43.0.2	Edifícios e outras construções
		43.0.2.1	Habitções e edificações para serviços
		43.0.2.1.1	Instalação de serviços de natureza administrativa
		43.0.2.1.2	Instalação de serviços de natureza social
		43.0.2.1.3	Instalação de serviços de natureza escolar
		43.0.2.1.9	Outros edifícios para o setor dos serviços
		43.0.2.2	Edifícios para fins industriais
		43.0.2.2.1	Instalação de serviços do setor de indústria
		43.0.2.2.2	Instalação de serviços do setor da agricultura
		43.0.2.2.9	Outros edifícios para fins de natureza industrial
		43.0.2.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		43.0.2.3.1	Monumentos, museus e teatros
		43.0.2.3.2	Bibliotecas e arquivos
		43.0.2.3.9	Outros imóveis de relevância histórica e cultural
		43.0.2.4	Parques de estacionamento
		43.0.2.5	Piscinas e complexos desportivos
		43.0.2.5.1	Piscinas e complexos desportivos por freguesia
		43.0.2.5.1.01	Freguesia de Agilde
		43.0.2.5.1.02	Freguesia de Arnoia
		43.0.2.5.1.03	Freguesia de Basto S. Clemente
45.3.05	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	43.0.2.5.1.04	União de freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe
		43.0.2.5.1.05	Freguesia de Borba da Montanha
		43.0.2.5.1.06	União de freguesias de Canedo e Corgo
		43.0.2.5.1.07	União de freguesias de Carvalho e Stª Tecla
		43.0.2.5.1.08	União de freguesias de Caçarilhe e Infesta
		43.0.2.5.1.09	Freguesia de Codessoso
		43.0.2.5.1.10	Freguesia de Ferwença
		43.0.2.5.1.11	União de freguesias de Veade, Molares e Gagos
		43.0.2.5.1.12	Freguesia de Moreira do Castelo
		43.0.2.5.1.13	Freguesia de Rego
		43.0.2.5.1.14	Freguesia de Ribas
		43.0.2.5.1.15	Freguesia de Vale de Bouro
		43.0.2.6	Cemitérios
45.3.11	CEMITÉRIOS	43.0.2.6.1	Cemitérios em Britelo
		43.0.2.7	Barragens
		43.0.2.8	Edifícios e outras construções militares
		43.0.2.9	Outros
		43.0.3	Infraestruturas
45.3.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	43.0.3.1	Rodoviárias
45.3.07	VIAÇÃO RURAL	43.0.3.1	Rodoviárias
45.3.08	SINALIZAÇÃO E TRÁNSITO	43.0.3.1	Rodoviárias
		43.0.3.2	Ferrovias
		43.0.3.3	Portuárias
		43.0.3.4	Aeroportuárias
45.3.02	ESGOTOS	43.0.3.5	Sistemas de esgotos
45.3.06	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	43.0.3.6	Sistemas de abastecimento de água
		43.0.3.7	Redes de comunicações
		43.0.3.8	Infraestruturas militares
		43.0.3.9	Outras infraestruturas
45.3.09	INFRA-ESTRUTURAS/ DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉTRICA	43.0.3.9.1	Iluminação Pública
45.3.03	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	43.0.3.9.1	Iluminação Pública
45.3.19	OUTROS	43.0.3.9.9	Outras
45.3.13	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS-OUTRAS	43.0.3.9.9	Outras
		43.0.4	Património histórico, artístico e cultural
45.5	Bens do patrimonio historico, artistico e cultural	43.0.4.1	Espaços arqueológicos
		43.0.4.2	Obras de arte, coleções e antiguidades
		43.0.4.3	Livros, arquivos e outras publicações de bibliotecas
		43.0.4.4	Mobiliário e tapeçarias
		43.0.4.5	Joalharia e artigos religiosos
		43.0.4.9	Outros
		43.0.5	Equipamento militar, de segurança e defesa
		43.0.9	Outros bens de domínio público

45.3.04	PARQUES E JARDINS	43.0.9.1	Parques e Jardins
45.3.10	INFRAESTRUTURAS/TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	43.0.9.2	Bens afetos aos Resíduos Sólidos
45.3.12	RECINTOS ABERTOS DE MERCADOS E FEIRAS	43.0.9.3	Mercados e Feiras
45.9	Outros bens de domínio público	43.0.9.9	Outros
42.1	Terrenos e recursos naturais	43.1	Terrenos e recursos naturais
		43.1.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		43.1.2	Terrenos não incluídos em planos de urbanização - solo rural
		43.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		43.1.4	Recursos naturais
		43.1.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		43.2	Edifícios e outras construções
		43.2.1	Habitções e edificações para serviços
42.2.1.09.1	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	43.2.1.1	Instalação de serviços de natureza administrativa
42.2.1.09.6	LARES DE 3ª IDADE	43.2.1.2	Instalação de serviços de natureza social
42.2.1.09.5	ESCOLAS	43.2.1.3	Instalação de serviços de natureza escolar
42.2.1.09.4	CRECHES	43.2.1.3	Instalação de serviços de natureza escolar
		43.2.1.9	Outros edifícios para o setor dos serviços
		43.2.2	Edificações para fins industriais
		43.2.2.1	Instalação de serviços do setor de indústria
		43.2.2.2	Instalação de serviços do setor da agricultura
		43.2.2.9	Outros edifícios para fins de natureza industrial
		43.2.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		43.2.3.1	Monumentos, museus e teatros
42.2.1.09.7	INSTALAÇÕES CULTURAIS	43.2.3.2	Bibliotecas e arquivos
		43.2.3.9	Outros imóveis de relevância histórica e cultural
		43.2.4	Parques de estacionamento
		43.2.5	Piscinas e complexos desportivos
		43.2.5.1	Piscinas e complexos desportivos por freguesia
		43.2.5.1.1	Freguesias de Celorico de Basto
		43.2.5.1.1.01	Freguesia de Agilde
		43.2.5.1.1.02	Freguesia de Arnoia
		43.2.5.1.1.03	Freguesia de Basto S. Clemente
42.2.1.09.2	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	43.2.5.1.1.04	União de freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe
		43.2.5.1.1.05	Freguesia de Borba da Montanha
		43.2.5.1.1.06	União de freguesias de Canedo e Corgo
		43.2.5.1.1.07	União de freguesias de Carvalho e Stª Tecla
		43.2.5.1.1.08	União de freguesias de Caçarilhe e Infesta
		43.2.5.1.1.09	Freguesia de Codessoso
		43.2.5.1.1.10	Freguesia de Fervença
		43.2.5.1.1.11	União de freguesias de Veade, Molares e Gagos
		43.2.5.1.1.12	Freguesia de Moreira do Castelo
		43.2.5.1.1.13	Freguesia de Rego
		43.2.5.1.1.14	Freguesia de Ribas
		43.2.5.1.1.15	Freguesia de Vale de Bouro
42.2.1.09.9	OUTROS	43.2.9	Outros
42.2.2.01	INFRA-ESTRUTURAS/ARRANJOS EXTERIORES	43.2.9	Outros
		43.3	Equipamento básico
		43.3.1	Equipamento informático e de telecomunicações
		43.3.2	Equipamento para investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial
		43.3.3	Equipamento e material específico dos serviços de saúde
42.3	Equipamento básico	43.3.4	Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura
		43.3.5	Equipamento e material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria
		43.3.6	Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem
		43.3.7	Equipamento e material de apoio à produção
		43.3.8	Equipamento militar, de segurança e defesa
		43.3.9	Outro equipamento básico
		43.4	Equipamento de transporte
		43.4.1	Transportes ferroviários
42.4	Equipamento de transporte	43.4.2	Transportes rodoviários
		43.4.3	Transportes marítimos e fluviais
		43.4.4	Transportes aéreos
		43.4.8	Viaturas militares
		43.4.9	Outros
		43.5	Equipamento administrativo
		43.5.1	Equipamento informático e de telecomunicações
		43.5.2	Equipamento de escritório e de reprografia
42.6	Equipamento administrativo	43.5.3	Mobiliário de escritório e de arquivo
		43.5.9	Outros
		43.6	Equipamentos biológicos
		43.6.1	Animais de trabalho
		43.6.2	Animais de atividades desportivas
		43.6.3	Plantas
		43.6.9	Outros equipamentos biológicos
		43.7	Outros ativos fixos tangíveis
42.5	Ferramentas e utensílios	43.7.1	Equipamento de oficina e reparações
		43.7.2	Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum
		43.7.3	Equipamento individual para fins especiais
		43.7.4	Equipamento para acondicionamento de embalagens
42.7	Taras e vasilhame	43.7.9	Outros
42.8	LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAFIA/TRICOS E TOPO	43.7.9	Outros
42.9	Outas imobilizações corpóreas	43.7.9	Outros
		43.8	Depreciações acumuladas
		43.8.0	Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	43.8.0.1	Terrenos e recursos naturais
		43.8.0.1.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		43.8.0.1.2	Terrenos não incluídos em plano de urbanização solo rural
		43.8.0.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		43.8.0.1.4	Recursos naturais
		43.8.0.1.8	Terrenos militares
		43.8.0.1.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		43.8.0.2	Edifícios e outras construções
		43.8.0.2.1	Habitções e edificações para serviços
48.5.2	Edifícios	43.8.0.2.1.01	Instalação de serviços de natureza administrativa
		43.8.0.2.1.02	Instalação de serviços de natureza social
		43.8.0.2.1.03	Instalação de serviços de natureza escolar
		43.8.0.2.1.99	Outros edifícios para o setor dos serviços
		43.8.0.2.2	Edifícios para fins industriais
		43.8.0.2.2.01	Instalação de serviços do setor de indústria
		43.8.0.2.2.02	Instalação de serviços do setor da agricultura
		43.8.0.2.2.99	Outros edifícios para fins de natureza industrial

		43.8.0.2.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		43.8.0.2.3.01	Monumentos, museus e teatros
		43.8.0.2.3.02	Bibliotecas e arquivos
		43.8.0.2.3.99	Outros imóveis de relevância histórica e cultural
		43.8.0.2.4	Parques de estacionamento
		43.8.0.2.5	Piscinas e complexos desportivos
		43.8.0.2.6	Cemitérios
		43.8.0.2.7	Barragens
		43.8.0.2.8	Edifícios e outras construções militares
		43.8.0.2.9	Outros
		43.8.0.3	Infraestruturas
		43.8.0.3.1	Rodoviárias
		43.8.0.3.2	Ferrovias
		43.8.0.3.3	Portuárias
		43.8.0.3.4	Aeroportuárias
		43.8.0.3.5	Sistemas de esgotos
		43.8.0.3.6	Sistemas de abastecimento de água
		43.8.0.3.7	Redes de comunicações
		43.8.0.3.8	Infraestruturas militares
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	43.8.0.3.9	Outras infraestruturas
		43.8.0.4	Património histórico, artístico e cultural
48.5.5	Bens de patrimonio historic, artistico e cultural	43.8.0.4.1	Espaços arqueológicos
		43.8.0.4.2	Obras de arte, coleções e antiguidades
		43.8.0.4.3	Livros, arquivos e outras publicações de bibliotecas
		43.8.0.4.4	Mobiliário e tapeçarias
		43.8.0.4.5	Joalheria e artigos religiosos
		43.8.0.4.9	Outros
		43.8.0.5	Equipamento militar, de segurança e defesa
		43.8.0.9	Outros bens de domínio público
48.5.4	Parques e Jardins	43.8.0.9.1	Parques e Jardins
		43.8.0.9.2	Bens afetos aos Resíduos Sólidos
		43.8.0.9.3	Mercados e Feiras
48.5.9	Outros bens de domínio publico	43.8.0.9.9	Outros
		43.8.1	Terrenos e recursos naturais
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	43.8.1.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		43.8.1.2	Terrenos não incluídos em planos de urbanização solo rural
		43.8.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		43.8.1.4	Recursos naturais
		43.8.1.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		43.8.2	Edifícios e outras construções
		43.8.2.1	Habitções e edificações para serviços
		43.8.2.1.1	Instalação de serviços de natureza administrativa
		43.8.2.1.2	Instalação de serviços de natureza social
48.2.2.1	Edifícios	43.8.2.1.3	Instalação de serviços de natureza escolar
		43.8.2.1.9	Outros edifícios para o setor dos serviços
		43.8.2.2	Edificações para fins industriais
		43.8.2.2.1	Instalação de serviços do setor de indústria
		43.8.2.2.2	Instalação de serviços do setor da agricultura
		43.8.2.2.9	Outros edifícios para fins de natureza industrial
		43.8.2.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		43.8.2.3.1	Monumentos, museus e teatros
		43.8.2.3.2	Bibliotecas e arquivos
		43.8.2.3.9	Outros imóveis de relevância histórica e cultural
		43.8.2.4	Parques de estacionamento
		43.8.2.5	Piscinas e complexos desportivos
48.2.2.2	Outras construções	43.8.2.9	Outros
		43.8.3	Equipamento básico
		43.8.3.1	Equipamento informático e de telecomunicações
		43.8.3.2	Equipamento para investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial
		43.8.3.3	Equipamento e material específico dos serviços de saúde
48.2.3	Equipamento basico	43.8.3.4	Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura
		43.8.3.5	Equipamento e material para serviços de alimentação, roupa e lavanderia
		43.8.3.6	Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem
		43.8.3.7	Equipamento e material de apoio à produção
		43.8.3.8	Equipamento militar, de segurança e defesa
		43.8.3.9	Outro equipamento básico
		43.8.4	Equipamento de transporte
		43.8.4.1	Transportes ferroviários
48.2.4	Equipamento de transporte	43.8.4.2	Transportes rodoviários
		43.8.4.3	Transportes marítimos e fluviais
		43.8.4.4	Transportes aéreos
		43.8.4.8	Viaturas militares
		43.8.4.9	Outros
		43.8.5	Equipamento administrativo
		43.8.5.1	Equipamento informático e de telecomunicações
		43.8.5.2	Equipamento de escritório e de reprografia
48.2.6	Equipamento administrativo	43.8.5.3	Mobiliário de escritório e de arquivo
		43.8.5.9	Outros
		43.8.6	Equipamentos biológicos
		43.8.6.1	Animais de trabalho
		43.8.6.2	Animais de atividades desportivas
		43.8.6.3	Plantas
		43.8.6.9	Outros equipamentos biológicos
		43.8.7	Outros ativos fixos tangíveis
48.2.5	Ferramentas e utensilios	43.8.7.1	Equipamento de oficina e reparações
		43.8.7.2	Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum
		43.8.7.3	Equipamento individual para fins especiais
		43.8.7.4	Equipamento para acondicionamento de embalagens
48.2.7	Taras e vasilhame	43.8.7.9	Outros
48.2.9	Outras imobilizacoes corporeas	43.8.7.9	Outros
		43.9	Perdas por imparidade acumuladas
		43.9.0	Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural
		43.9.1	Terrenos e recursos naturais
		43.9.2	Edifícios e outras construções
		43.9.3	Equipamento básico
		43.9.4	Equipamento de transporte
		43.9.5	Equipamento administrativo
		43.9.6	Equipamentos biológicos
		43.9.7	Outros ativos fixos tangíveis
		44	Ativos intangíveis

		44.0	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural
		44.1	Goodwill
43.2.1.02	Elab. planos orientadores intervenção (florestais)	44.2	Projetos de desenvolvimento
43.2.1.01	Elaboração de candidaturas	44.2	Projetos de desenvolvimento
43.3.1	SOFTWARE	44.3	Programas de computador e sistemas de informação
43.3.2	MAPAS DIGITAIS E EM PAPEL	44.4	Propriedade industrial e intelectual
43.3.9	OUTROS	44.6	Outros ativos intangíveis
		44.8	Amortizações acumuladas
		44.8.0	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural
		44.8.1	Goodwill
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	44.8.2	Projetos de desenvolvimento
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	44.8.3	Programas de computador e sistemas de informação
		44.8.4	Propriedade industrial e intelectual
		44.8.6	Outros ativos intangíveis
		44.9	Perdas por imparidade acumuladas
		44.9.0	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural
		44.9.1	Goodwill
		44.9.2	Projetos de desenvolvimento
		44.9.3	Programas de computador e sistemas de informação
		44.9.4	Propriedade industrial e intelectual
		44.9.6	Outros ativos intangíveis
		45	Investimentos em curso
		45.1	Investimentos financeiros em curso
		45.1.1	Participações financeiras
		45.1.2	Outros ativos financeiros
		45.2	Propriedades de investimento em curso
		45.3	Ativos fixos tangíveis em curso
		45.3.0	Ativos fixos tangíveis em curso de bens de domínio público
		45.3.0.1	Edifícios e outras construções
		45.3.0.1.1	Habitções e edificações para serviços
		45.3.0.1.1.1	Instalação de serviços de natureza administrativa
		45.3.0.1.1.2	Instalação de serviços de natureza social
		45.3.0.1.1.3	Instalação de serviços de natureza escolar
		45.3.0.1.1.9	Outros edifícios para o setor dos serviços
		45.3.0.1.2	Edifícios para fins industriais
		45.3.0.1.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		45.3.0.1.4	Parques de estacionamento
44.5.3.0.05	Instalações desportivas e recreativas	45.3.0.1.5	Piscinas e complexos desportivos
44.5.3.0.11	Cemiterios	45.3.0.1.6	Cemitérios
		45.3.0.1.7	Barragens
		45.3.0.1.8	Edifícios e outras construções militares
		45.3.0.1.9	Outros
		45.3.0.2	Infraestruturas
44.5.3.0.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	45.3.0.2.1	Rodoviárias
44.5.3.0.07	Viação Rural	45.3.0.2.1	Rodoviárias
44.5.3.0.08	Sinalização e trânsito	45.3.0.2.1	Rodoviárias
		45.3.0.2.2	Ferrovíárias
		45.3.0.2.3	Portuárias
		45.3.0.2.4	Aeroportuárias
44.5.3.0.02	Esgotos	45.3.0.2.5	Sistemas de esgotos
44.5.3.0.06	Captação, tratamento e distribuição de água	45.3.0.2.6	Sistemas de abastecimento de água
		45.3.0.2.7	Redes de comunicações
		45.3.0.2.8	Infraestruturas militares
44.5.3.0.09	Infra-estruturas/distribuição energia elétrica	45.3.0.2.9	Outras infraestruturas
44.5.3.0.10	Infra-estruturas/tratamento resíduos sólidos	45.3.0.2.9	Outras infraestruturas
44.5.3.0.03	Iluminação Pública	45.3.0.2.9	Outras infraestruturas
44.5.3.0.14	Construção da E.T.A.R.(S)	45.3.0.2.9	Outras infraestruturas
44.5.3.0.13	Construção de infra-estruturas/Outras	45.3.0.2.9	Outras infraestruturas
44.5.5	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	45.3.0.3	Património histórico, artístico e cultural
		45.3.0.4	Equipamento militar, de segurança e defesa
44.5.3.0.04	Parques e Jardins	45.3.0.9	Outros bens de domínio público
44.5.3.0.12	Recintos abertos de mercados e feiras	45.3.0.9	Outros bens de domínio público
44.5.3.0.19	Outros	45.3.0.9	Outros bens de domínio público
		45.3.1	Ativos fixos tangíveis em curso de bens de domínio privado
		45.3.1.1	Edifícios e outras construções
		45.3.1.1.1	Habitções e edificações para serviços
44.2.2.1.09.1	Instalações de Serviços	45.3.1.1.1.1	Instalação de serviços de natureza administrativa
		45.3.1.1.1.2	Instalação de serviços de natureza social
44.2.2.1.09.5	Escolas	45.3.1.1.1.3	Instalação de serviços de natureza escolar
44.2.2.1.09.4	Creches	45.3.1.1.1.3	Instalação de serviços de natureza escolar
		45.3.1.1.1.9	Outros edifícios para o setor dos serviços
		45.3.1.1.2	Edifícios para fins industriais
44.2.2.1.09.7	Instalações culturais	45.3.1.1.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		45.3.1.1.4	Parques de estacionamento
44.2.2.1.09.2	Instalações desportivas e recreativas	45.3.1.1.5	Piscinas e complexos desportivos
44.2.2.1.09.6	Lares de 3ª Idade	45.3.1.1.9	Outros
44.2.2.1.09.9	Outros	45.3.1.1.9	Outros
44.2.2.2.01	Infra-estruturas/Arranjos Exteriores	45.3.1.1.9	Outros
44.2.2.1.09.3	Mercados e instalações de fisc.sanitária	45.3.1.1.9	Outros
		45.4	Ativos intangíveis em curso
		45.5	Adiantamentos por conta de investimentos
		45.5.1	Investimentos financeiros
		45.5.1.1	Participações financeiras
		45.5.1.2	Outros ativos financeiros
		45.5.2	Propriedades de investimento
44.8.1	Aquisição de terreno (adiantamento)	45.5.3	Ativos fixos tangíveis
		45.5.4	Ativos intangíveis
		45.9	Perdas por imparidade acumuladas
		45.9.1	Investimentos financeiros em curso
		45.9.1.1	Participações financeiras
		45.9.1.2	Outros ativos financeiros
		45.9.2	Propriedades de investimento em curso
		45.9.3	Ativos fixos tangíveis em curso
		45.9.4	Ativos intangíveis em curso
		45.9.5	Adiantamentos por conta de investimentos
		45.9.5.1	Investimentos financeiros
		45.9.5.1.1	Participações financeiras
		45.9.5.1.2	Outros ativos financeiros
		45.9.5.2	Propriedades de investimento
		45.9.5.3	Ativos fixos tangíveis

	45.9.5.4	Ativos intangíveis
	46	Ativos não correntes detidos para venda
	46.1	Ativos Fixos Tangíveis
	46.8	Outros
	46.9	Perdas por imparidade acumuladas
	46.9.1	Ativos Fixos Tangíveis
	46.9.8	Outros

Figura 6- Classe 4 Investimentos

		51	Património/capital
51.	PATRIMONIO	51.1	Balanco inicial
		51.2	Retificações ao balanço inicial
		51.3	Capital subscrito
		51.4	Reforços de capital
		52	Ações (quotas) próprias
		52.1	Valor nominal
		52.2	Descontos e prémios
		53	Outros instrumentos de capital próprio
		53.1	Subsídios para cobertura de prejuízos
		53.2	Subsídios para reforço de liquidez
		53.3	Subsídios para amortização de dívida
		53.9	Outros
		54	Prémios de emissão
		54.1	Emissão de ações
		54.2	Emissão de quotas
		54.9	Outras
		55	Reservas
57.1	Reservas legais	55.1	Reservas legais
		55.2	Outras reservas
57.4	Reservas livres	55.2.1	Reservas Livres
57.2	Reservas estatutárias	55.2.2	Reservas Estatutárias
57.3	Reservas contratuais	55.2.3	Reservas Contratuais
		55.2.9	Outras
		56	Resultados transitados
59.01	RESULTADOS TRANSITADOS - 2002	56.1	De períodos anteriores
59.02	RESULTADOS TRANSITADOS - 2003	56.1	De períodos anteriores
59.03	RESULTADOS TRANSITADOS - 2004	56.1	De períodos anteriores
59.04	RESULTADOS TRANSITADOS - 2007	56.1	De períodos anteriores
59.05	RESULTADOS TRANSITADOS - 2008	56.1	De períodos anteriores
59.06	RESULTADOS TRANSITADOS - 2009	56.1	De períodos anteriores
59.07	RESULTADOS TRANSITADOS - 2010	56.1	De períodos anteriores
59.08	RESULTADOS TRANSITADOS - 2011	56.1	De períodos anteriores
59.09	RESULTADOS TRANSITADOS - 2012	56.1	De períodos anteriores
59.10	RESULTADOS TRANSITADOS - 2013	56.1	De períodos anteriores
59.11	RESULTADOS TRANSITADOS - 2014	56.1	De períodos anteriores
59.12	RESULTADOS TRANSITADOS - 2015	56.1	De períodos anteriores
59.13	RESULTADOS TRANSITADOS - 2016	56.1	De períodos anteriores
59.14	RESULTADOS TRANSITADOS - 2017	56.1	De períodos anteriores
59.99	RESULTADOS TRANSITADOS - RETIFICAÇÕES	56.2	Regularizações
		56.3	Resultados atribuídos
		56.4	Ajustamentos de transição para o SNC-AP
		56.5	Ajustamentos de reorganização de operações
		57	Ajustamentos em ativos financeiros
		57.1	Relacionados com o método da equivalência patrimonial
		57.1.1	Ajustamentos de transição
		57.1.2	Lucros não atribuídos
55.	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS	57.1.3	Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas
		57.9	Outros
		58	Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis
		58.1	Revalorizações decorrentes de diplomas legais
		58.1.1	Antes de imposto sobre o rendimento
		58.1.2	Impostos diferidos
		58.9	Outros excedentes
56.	RESERVAS DE REAVALIACAO	58.9.1	Antes de imposto sobre o rendimento
		58.9.2	Impostos diferidos
		59	Outras variações no património líquido
		59.1	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras
		59.2	Ajustamentos por impostos diferidos
		59.3	Transferências e subsídios de capital
		59.3.1	Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis
		59.3.1.1	Administrações Públicas
		59.3.1.1.1	Estado
		59.3.1.1.1.1	Cooperação Técnica e Financeira
		59.3.1.1.1.1.1	Protocolos
27.4.5.1.1.1.1	POSTO GNR - PROTOCOLO DIREÇÃO GERAL INFRAES	59.3.1.1.1.1.1.01	Posto do GNR - Protocolo -Dire. Geral Infr. e Equip.
		59.3.1.1.1.1.2	Contratos-Programa
27.4.5.1.1.1.6	Contrato-Programa-DGAL-Centro Bibl. Marcelo R. S.	59.3.1.1.1.1.2.01	Centro Bibl. Marcelo R. Sousa - Contrato-Programa DGAL
27.4.5.1.1.1.7	Contrato-Programa-DGAL-Estradas 615;615-1;616;61	59.3.1.1.1.1.2.02	Estradas 615; 615-1; 616; 617 - Contrato-Programa DGAL
27.4.5.2.5.1.1	Jardim Inf. Amóia, Canedo, Fervença (PONORTE QII)	59.3.1.1.1.1.2.03	Jardim Inf. Arnoia, Canedo, Fervença
27.4.5.2.5.8.1	PRODED - GRANDE CAMPO DE JOGOS	59.3.1.1.1.1.2.04	Grande Campo de Jogos de Celorico de Basto
27.4.5.2.5.5.5	Contrato Progr.INAG-Reserv.Vale Bouro/Outilhe/M	59.3.1.1.1.1.2.05	Contrato Progr.INAG-Reserv.Vale Bouro/Outilhe/Mola
		59.3.1.1.1.1.9	Outros
		59.3.1.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		59.3.1.1.2.1	IHRU
		59.3.1.1.2.9	Outros
		59.3.1.1.3	Administração Local
		59.3.1.1.3.1	Associações Municipais
		59.3.1.1.3.2	Municípios
		59.3.1.1.3.3	Serviços Municipalizados
		59.3.1.1.3.4	Associações de Freguesias
		59.3.1.1.3.5	Freguesias
		59.3.1.1.3.6	Empresas Locais
		59.3.1.1.3.9	Outros
		59.3.1.1.4	Administração Regional
		59.3.1.1.4.1	RAA
		59.3.1.1.4.2	RAM
		59.3.1.1.5	Segurança Social
		59.3.1.1.9	Outras entidades
		59.3.1.2	Instituições sem Fins Lucrativos
		59.3.1.3	Famílias
		59.3.1.4	Resto do Mundo

		59.3.1.4.1	FEDER
		59.3.1.4.1.1	Projetos de Investimento Aprovados
		59.3.1.4.1.1.1	QCA - Quadro Comunitário de Apoio
27.4.5.2.5.1.2	Jardim Inf. Caçarilhe (PONORTE QIII)	59.3.1.4.1.1.1.01	Jardim Inf. Caçarilhe
27.4.5.2.5.1.3	Jardim Inf. Borba da Montanha (PONORTE QIII)	59.3.1.4.1.1.1.02	Jardim Inf. Borba da Montanha
27.4.5.2.5.1.4	Jardim Inf. Rego - Pedroso	59.3.1.4.1.1.1.03	Jardim Inf. Rego - Pedroso
27.4.5.2.5.4.2	CCDRN - Abastec. Água Concelho - 3ª Fase	59.3.1.4.1.1.1.04	CCDRN - Abastec. Água Concelho - 3ª Fase
27.4.5.2.5.4.3	CCDRN - Abastec. Água Concelho - Sistema Agilde	59.3.1.4.1.1.1.05	CCDRN - Abastec. Água Concelho - Sistema Agilde
27.4.5.2.5.4.7	Abastecimento Água Concelho - Sistema Borba	59.3.1.4.1.1.1.06	Abastecimento Água Concelho - Sistema Borba
27.4.5.2.5.5.1	Abastec. Água Concelho - 4ª Fase	59.3.1.4.1.1.1.07	Abastec. Água Concelho - 4ª Fase
27.4.5.2.5.5.2	Abastec. Água Concelho - Sistema Ribas	59.3.1.4.1.1.1.08	Abastec. Água Concelho - Sistema Ribas
27.4.5.2.5.5.3	Abastec. Água Concelho - Sistema Fervençal - 2ª Fase	59.3.1.4.1.1.1.09	Abastec. Água Concelho - Sistema Fervençal - 2ª Fase
27.4.5.2.5.5.4	Abastec. Água Concelho - Sistema S. Clemente	59.3.1.4.1.1.1.10	Abastec. Água Concelho - Sistema S. Clemente
27.4.5.2.5.5.6	Abastec. Água Concelho - Rede Reservatórios, Aduarte	59.3.1.4.1.1.1.11	Abastec. Água Concelho - Rede Reservatórios, Ad
27.4.5.2.5.5.7	ABASTECIMENTO AGUA AO CONCELHO FERVENÇA - I	59.3.1.4.1.1.1.12	Abastec. Água Concelho - Ao Concelho Fervençal - I Fase
27.4.5.2.5.5.8	ABASTECIMENTO AGUA - SISTEMA GEMEOS, TECLA E	59.3.1.4.1.1.1.13	Abastec. Água Concelho - Sistema Gêmeos, Tecla e Infe
27.4.5.2.5.4.1	Subs. Inv. - Rect. e Pav. E.M. - Sede Conc. Lameir	59.3.1.4.1.1.1.14	Subs. Inv. - Rect. e Pav. E.M. - Sede Conc. Lameir
27.4.5.2.5.4.8	criação Espaços Acolhi. Industrial Rego e Carvalho	59.3.1.4.1.1.1.15	Criação Espaços Acolhi. Industrial Rego e Carvalho
27.4.5.2.5.6.1	Arranjo Urbanístico Envolv. Paços Concelho/Bibliot	59.3.1.4.1.1.1.16	Arranjo Urbanístico Envolv. Paços Concelho/Bibliot
27.4.5.2.5.6.6	P.O.R. NORTE-INT. R. URB. ZONA POENTE SEDE-II FA	59.3.1.4.1.1.1.17	Int. R. Urb. Zona Poente Sede - II Fase
27.4.5.2.5.2.3	AGRIS-Ac.7.1-Pr.2003.1000.36742-(Núcleo Museológ	59.3.1.4.1.1.1.18	AGRIS-Ac.7.1-Pr.2003.1000.36742-(Núcleo Museológ)
27.4.5.2.5.2.4	AGRIS-Ac.7.1-Pr.2003.1000.36734-(Circuito Argouti)	59.3.1.4.1.1.1.19	AGRIS-Ac.7.1-Pr.2003.1000.36734-(Circuito Argouti)
27.4.5.2.5.2.5	AGRIS-Ac.7.1-Pr.2003.1000.36726-(Campo Feira Lame	59.3.1.4.1.1.1.20	AGRIS-Ac.7.1-Pr.2003.1000.36726-(Campo Feira Lame)
27.4.5.2.5.3.1	AGRIS-Ação nº3.4-projecto nº2004.1000.12949(VISO	59.3.1.4.1.1.1.21	AGRIS-Ação nº3.4-projecto nº2004.1000.12949(VISO)
27.4.5.2.5.2.6	AÇÃO 6.1. - CAMINHO RURAL MOSQUEIROS-CRUZ BA	59.3.1.4.1.1.1.22	Ação 6.1. - Caminho Rural Mosqueiros-Cruz Baixo
27.4.5.2.5.2.7	AÇÃO 6.1. - CAMINHO RURAL DE POMBAL A TOUTAIM	59.3.1.4.1.1.1.23	Ação 6.1. - Caminho Rural de Pombal a Toutaim
27.4.5.2.5.7.1	Instal. Colector Geral e ETAR Mota/Retorta/Borba	59.3.1.4.1.1.1.24	Instal. Colector Geral e ETAR Mota/Retorta/Borba
27.4.5.2.5.7.2	Rede Dren.Agra-Mosqueiros 2ª Fase e R.San. B. Ba	59.3.1.4.1.1.1.25	Rede Dren.Agra-Mosqueiros 2ª Fase e R.San. Barre
27.4.5.2.5.7.3	FEDER/QCAIII-PROLONG. REDE DRENAGEM SIST.VILA	59.3.1.4.1.1.1.26	FEDER/QCAIII - Prolong. Rede Drenagem Sist.Vila Cel.
27.4.5.2.5.8.2	CONSTRUÇÃO. REDE POLIDESPORTIVOS CELORICO B	59.3.1.4.1.1.1.27	Const. Rede Polidesportivos Celorico Basto
27.4.5.2.5.8.3	FEDER - GRANDE CAMPO DE JOGOS	59.3.1.4.1.1.1.28	Grande Campo de Jogos
27.4.5.2.5.8.4	FEDER - CONSTRUÇÃO PARQUE DE CAMPISMO	59.3.1.4.1.1.1.29	Construção do Parque de Campismo
27.4.5.2.5.9.1	BEN. R. VIÁRIA MUN.-PAV. ESTR. MUNIC (06/BT-011)	59.3.1.4.1.1.1.30	Benef. R. Viária Muni - Pav. Estr. Municipal
27.4.5.2.5.4.5	PRAUD/URBCOM-ARRANJO URB. AREA CENTRAL CO	59.3.1.4.1.1.1.31	PRAUD/URBCOM-Arranjo Urb. Área Central Concelho
27.4.5.2.5.4.6	URBCOM- Arranjo Urbanístico Area Central do Conce	59.3.1.4.1.1.1.32	URBCOM- Arranjo Urbanístico Area Central do Concel
		59.3.1.4.1.1.2	QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional
27.4.5.2.5.8.5	ON.2 - CENTRO ESCOLAR VILA CELORICO E PAVILHÃO	59.3.1.4.1.1.2.01	Centro Escolar da Vila
27.4.5.2.5.8.7	ON.2 - CENTRO ESCOLAR DE FERMIL	59.3.1.4.1.1.2.02	Centro Escolar de Fermil
27.4.5.2.5.8.8	ON.2 - CENTRO ESCOLAR DA MOTA	59.3.1.4.1.1.2.03	Centro Escolar da Mota
27.4.5.2.5.8.9	ON.2 - CENTRO ESCOLAR DA GANDARELA	59.3.1.4.1.1.2.04	Centro Escolar da Gandarela
27.4.5.2.5.9.3	QUALIFI. ESPAÇO PÚBLICO V. CELORICO 4-7-17-10-16	59.3.1.4.1.1.2.05	Qualificação do Espaço Público
27.4.5.2.5.9.4	POLO S. ARMAZ. CRESPOS - NORTE-01-0563-FEDER-0	59.3.1.4.1.1.2.06	Pólo e Armazéns de Crespos
27.4.5.2.5.9.7	POLIDESPORTIVOS 2ª FASE (CANDID. APROV. 2010)	59.3.1.4.1.1.2.07	Polidesportivos 2.ª fase
27.4.5.2.5.9.8	PAVILHÃO DO CENTRO ESCOLAR DA VILA	59.3.1.4.1.1.2.08	Pavilhão do Centro Escolar da Vila
27.4.5.2.6.1.2	PAVILHÃO DESPORTIVO DA MOTA	59.3.1.4.1.1.2.09	Pavilhão Desportivo da Mota
27.4.5.2.6.1.3	INSTALAÇÃO DE REGULADOR FLUXO LUMINOSO	59.3.1.4.1.1.2.10	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso
27.4.5.2.6.2.1	ON.2 - LOJA DE TURISMO	59.3.1.4.1.1.2.11	Loja de Turismo
27.4.5.2.6.2.2	ON.2 - ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICO-AMBIENT	59.3.1.4.1.1.2.12	Energia e Eficiência Energético-Ambient - Piscina Coberta
27.4.5.2.6.2.3	ON.2 - ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICO-AMBIENT	59.3.1.4.1.1.2.13	Energia e Eficiência Energético-Ambient - Estádio Municipal
27.4.5.2.6.2.4	AMPLIAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CELORIC	59.3.1.4.1.1.2.14	Ampliação da Biblioteca Municipal de Celorico de Basto Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
27.4.5.2.6.2.6	PISCINA DESCOBERTA DE CELORICO DE BASTO	59.3.1.4.1.1.2.15	Piscina Descoberta de Celorico de Basto
27.4.5.2.6.2.7	SAMA - SISTEMAS DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADM	59.3.1.4.1.1.2.16	SAMA - Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa
27.4.5.2.6.2.8	PROMOÇÃO DA MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	59.3.1.4.1.1.2.17	Promoção da Mobilidade Urbana Sustentável da Vila da Gandarela
27.4.5.2.6.2.9	REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE CENTROS URBANOS	59.3.1.4.1.1.2.18	Requalificação da Rede de Centros Urbanos de Celorico de Basto - Quadrante Nordeste
27.4.5.2.6.3.1	CENTRO DE ANIMAÇÃO DESPORTIVA DA VILA DE FER	59.3.1.4.1.1.2.19	Centro de Animação Desportiva da Vila de Fermil
27.4.5.2.5.8.6	CANDIDATURA ECOPISTA - NORTE-02-0469-FEDER-0	59.3.1.4.1.1.2.20	Ecopista
		59.3.1.4.1.1.3	Portugal2020
27.4.5.2.6.3.2	REQUALIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA	59.3.1.4.1.1.3.01	Requalificação e Conservação da Escola Básica e Secundária de Celorico de Basto
27.4.5.2.6.3.3	PROMOÇÃO DA MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	59.3.1.4.1.1.3.02	Promoção da Mobilidade Urbana Sustentável da Vila de Celorico de Basto
27.4.5.2.6.3.4	REQUALIFICAÇÃO DA RUA SENADOR MAGALHÃES DE	59.3.1.4.1.1.3.03	Requalificação da Rua Senador Magalhães de Basto
		59.3.1.4.2	Fundo de Coesão
		59.3.1.4.2.1	Projetos de Investimento Aprovados
		59.3.1.4.2.1.1	QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional
27.4.5.2.6.1.6	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO OPERACIONAL PROT	59.3.1.4.2.1.1.01	Aquisição Equipamento Operacional Proteção Civil
		59.3.1.4.3	Fundo Social Europeu
		59.3.1.4.4	LEADER
		59.3.1.4.4.1	Projetos de Investimento Aprovados
		59.3.1.4.4.1.1	QCA - Quadro Comunitário de Apoio
27.4.5.2.5.6.2	LEADER-Arranjo Espaços Marginantes Freixieiro-200	59.3.1.4.4.1.1.01	LEADER-Arranjo Espaços Marginantes Freixieiro-2002
27.4.5.2.5.6.3	LEADER-Arranjo Urbanístico de Fermil-2003	59.3.1.4.4.1.1.02	LEADER-Arranjo Urbanístico de Fermil-2003
27.4.5.2.5.6.4	LEADER-Arranjo Urb. Z. Envolv. Mosteiro Arnoia-200	59.3.1.4.4.1.1.03	LEADER-Arranjo Urb. Z. Envolv. Mosteiro Arnoia-2003
27.4.5.2.5.6.5	LEADER+/PROBASTO-ARRANJO URBANO PAIS. LEIRA	59.3.1.4.4.1.1.04	LEADER+/PROBASTO-Arranjo Urbano Pais. Leiras Moinho
27.4.5.2.5.6.7	LEADER+/PROBASTO-ARRANJO URBANO PAIS. CERR	59.3.1.4.4.1.1.05	LEADER+/PROBASTO-Arranjo Urbano Pais. Cerrado Rio
27.4.5.2.5.6.8	LEADER+/PROB. -ARRANJO URBANO PAIS. SORTE CA	59.3.1.4.4.1.1.06	LEADER+/PROB.-Arranjo Urbano Pais. Sorte Carvalhal
		59.3.1.4.4.1.2	QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional
27.4.5.2.5.9.5	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DE PEREIRA	59.3.1.4.4.1.2.01	Requalificação da Escola de Pereira
27.4.5.2.5.9.6	ADAPTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SOLAR DA CASA D	59.3.1.4.4.1.2.02	Adaptação e Recuperação do Solar da Casa do Prado
		59.3.1.4.9	Outros
		59.3.1.4.9.1	FEOGA
		59.3.1.4.9.1.1	QCA - Quadro Comunitário de Apoio
27.4.5.2.5.6.9	FEOGA - CRIAÇÃO POSTO VENDA CASTELO ARNOIA/	59.3.1.4.9.1.1.01	Criação Posto Venda Castelo Arnoia/Centro
27.4.5.2.5.9.2	FEOGA-PROJ.1.1.1.09-CIRCUITO MOINHOS RIO FREIX	59.3.1.4.9.1.1.02	Proj.1.1.1.09-Circuito Moinhos Rio Freixie
		59.3.1.5	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		59.3.1.9	Outras entidades
		59.3.1.9.1	EDP
		59.3.1.9.1.1	Contratos-Programa
		59.3.1.9.1.1.1	Barragem de Fridão
27.4.5.3.1.1	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- ECOPISTA	59.3.1.9.1.1.1.01	EDP - Ecopista
27.4.5.3.1.2	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- Q. ESP. P.ÚB. V	59.3.1.9.1.1.1.02	EDP - Q. Esp. Púb. Vila Celorico
27.4.5.3.1.3	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- CENTRO ESCO	59.3.1.9.1.1.1.03	EDP - Centro Escolar Gandarela
27.4.5.3.1.4	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- CENTRO ESCO	59.3.1.9.1.1.1.04	EDP - Centro Escolar Mota
27.4.5.3.1.5	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- CENTRO ESCO	59.3.1.9.1.1.1.05	EDP - Centro Escolar Fermil
27.4.5.3.1.6	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- PAV. DESP. E	59.3.1.9.1.1.1.06	EDP - Pav. Desp. Esc. EB2.3 Mota
27.4.5.3.1.7	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- CENTRO ESCO	59.3.1.9.1.1.1.07	EDP - Centro Escolar Cel. Basto
27.4.5.3.1.8	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- PÉLO SERV. A	59.3.1.9.1.1.1.08	EDP - Pólo Serv. Arm. Crespos
27.4.5.3.1.9.1	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- PAV. DESP. C.	59.3.1.9.1.1.1.09	EDP - Pav. Desp. C. Esc. Vila Cel. Basto
27.4.5.3.1.9.2	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- POLIDESPORT	59.3.1.9.1.1.1.10	EDP - Polidesportivo Agilde
27.4.5.3.1.9.3	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- POLIDESPORT	59.3.1.9.1.1.1.11	EDP - Polidesportivo Caçarilhe
27.4.5.3.1.9.4	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- POLIDESPORT	59.3.1.9.1.1.1.12	EDP - Polidesportivo Moreira Castelo
27.4.5.3.1.9.5	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- POLIDESPORT	59.3.1.9.1.1.1.13	EDP - Polidesportivo Vale Bour

27.4.5.3.1.9.6	EDP - CONTRATO BARRAGEM FRIDÃO- PLANO ACESS	59.3.1.9.1.1.1.14	EDP - Plano Acess. Programa Rampa
		59.3.2	Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciáveis
		59.3.2.1	Administrações Públicas
		59.3.2.1.1	Estado
		59.3.2.1.1.1	Cooperação Técnica e Financeira
		59.3.2.1.1.1.1	Protocolos
		59.3.2.1.1.1.2	Contratos-Programa
57.5.01.01	ESTADO	59.3.2.1.1.1.9	Outros
		59.3.2.1.1.2	Outros
57.5.01.02	SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS	59.3.2.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		59.3.2.1.2.1	IHRU
		59.3.2.1.2.9	Outros
		59.3.2.1.3	Administração Local
		59.3.2.1.3.1	Associações Municípios
		59.3.2.1.3.2	Municípios
		59.3.2.1.3.3	Serviços Municipalizados
		59.3.2.1.3.4	Associações de Freguesias
		59.3.2.1.3.5	Freguesias
		59.3.2.1.3.6	Empresas Locais
		59.3.2.1.3.9	Outros
		59.3.2.1.4	Administração Regional
		59.3.2.1.4.1	RAA
		59.3.2.1.4.2	RAM
		59.3.2.1.5	Segurança Social
		59.3.2.1.9	Outras entidades
		59.3.2.2	Instituições sem Fins Lucrativos
		59.3.2.3	Famílias
		59.3.2.4	Resto do Mundo
57.5.01.03.01	FEDER	59.3.2.4.1	FEDER
		59.3.2.4.2	Fundo de Coesão
		59.3.2.4.3	Fundo Social Europeu
		59.3.2.4.4	LEADER
		59.3.2.4.9	Outros
		59.3.2.5	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		59.3.2.9	Outras entidades
		59.3.9	Outras transferências e subsídios de capital
		59.3.9.1	Administrações Públicas
		59.3.9.1.1	Estado
74.2.1.1.2.1	Fundo de Equilíbrio Financeiro	59.3.9.1.1.1	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)
74.2.1.1.2.4	Administração Central - Estado - art. 35.º, n.º 3 da L	59.3.9.1.1.2	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013
74.2.1.1.2.2	Cooperação Técnica e Financeira	59.3.9.1.1.3	Cooperação Técnica e Financeira
		59.3.9.1.1.3.1	Protocolos
74.2.1.1.2.5	CONTRATOS PROGRAMA	59.3.9.1.1.3.2	Contratos-Programa
		59.3.9.1.1.3.9	Outros
		59.3.9.1.1.9	Outros
74.2.1.1.2.9.1	FLORESTAIS	59.3.9.1.1.9.9	Outros não especificados nas anteriores
74.2.1.1.2.9.9	OUTRAS	59.3.9.1.1.9.9	Outros não especificados nas anteriores
74.2.1.1.2.6	DIREÇÃO - GERAL DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS	59.3.9.1.1.9.9	Outros não especificados nas anteriores
74.2.1.1.2.7	URBCOM	59.3.9.1.1.9.9	Outros não especificados nas anteriores
74.2.1.1.2.3	FUNDO DE BASE MUNICIPAL	59.3.9.1.1.9.9	Outros não especificados nas anteriores
		59.3.9.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		59.3.9.1.2.1	IHRU
		59.3.9.1.2.9	Outros
74.2.1.2.1.1.1	PROTOCOLO PR/ -ESCOLAR	59.3.9.1.2.9.9	Outros não especificados nas anteriores
74.2.1.2.2.9	OUTRAS	59.3.9.1.2.9.9	Outros não especificados nas anteriores
		59.3.9.1.3	Administração Local
		59.3.9.1.3.1	Associações Municípios
74.2.1.3.2.1	DGAL	59.3.9.1.3.1.1	DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais
74.2.1.3.2.9	OUTRAS	59.3.9.1.3.1.9	Outras
		59.3.9.1.3.2	Municípios
		59.3.9.1.3.3	Serviços Municipalizados
		59.3.9.1.3.4	Associações de Freguesias
		59.3.9.1.3.5	Freguesias
		59.3.9.1.3.6	Empresas Locais
		59.3.9.1.3.9	Outros
		59.3.9.1.4	Administração Regional
		59.3.9.1.4.1	RAA
		59.3.9.1.4.2	RAM
		59.3.9.1.5	Segurança Social
		59.3.9.1.9	Outras entidades
		59.3.9.2	Instituições sem Fins Lucrativos
		59.3.9.3	Famílias
		59.3.9.4	Resto do Mundo
		59.3.9.4.1	FEDER
		59.3.9.4.2	Fundo de Coesão
		59.3.9.4.3	Fundo Social Europeu
74.2.1.1.2.8	LEADER	59.3.9.4.4	LEADER
		59.3.9.4.9	Outras
		59.3.9.5	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		59.3.9.9	Outras entidades
		59.4	Doações obtidas
		59.4.1	Em numerário
		59.4.2	Em outros ativos
57.6.01	Doações Obrigatórias - Loteamentos	59.4.2.1	Doações Obrigatórias - Loteamentos
57.6.01.01	Terrenos - Dominio Privado	59.4.2.1.1	Terrenos - Dominio Privado
57.6.01.02	Terrenos - Dominio Público	59.4.2.1.2	Terrenos - Dominio Público
57.6.01.03	Lotes	59.4.2.1.3	Lotes
		59.5	Cauções e depósitos de garantias executadas
		59.5.1	Em numerário
		59.5.2	Em outros ativos
		59.6	Valores apreendidos a favor do Estado
		59.6.1	Em numerário
		59.6.2	Em outros ativos
		59.7	Transferências de ativos
		59.7.1	Obtidas
57.7	Reservas decorrentes da transferencia de ativos	59.7.2	Concedidas
		59.8	Saldos de gerência
		59.9	Outras variações do património líquido

Figura 7- Classe 5 Capital, Reservas e Resultados Transitados

		60	Transferências e subsídios concedidos
		60.1	Transferências correntes concedidas
		60.1.1	Estado
		60.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		60.1.3	Administração Local
		60.1.3.1	Associações de Municípios
63.1.1.3.1	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS	60.1.3.1.1	Associação Nacional de Municípios Portugueses
63.1.1.3.4	CIM-TS- COMUNIDADE INTERMUNICIPAL TAMEGA E SOUSA	60.1.3.1.2	CIM - TS - Comunidade Intermunicipal Tamega e Sousa
63.1.1.3.8	AMBT - Assoc. Municípios Baixo Tamega	60.1.3.1.3	AMBT - Assoc. Municípios Baixo Tamega
63.1.1.3.5		60.1.3.1.4	Associação Municípios Vale do Sousa
		60.1.3.2	Município
		60.1.3.3	Serviços Municipalizados
		60.1.3.4	Associações de Freguesias
		60.1.3.5	Freguesias
		60.1.3.5.1	Freguesias do Município de Celorico de Basto
		60.1.3.5.1.01	Freguesia de Agilde
		60.1.3.5.1.02	Freguesia de Arnoia
		60.1.3.5.1.03	Freguesia de Basto (s. Clemente)
		60.1.3.5.1.04	Freguesia de Borba da montanha
		60.1.3.5.1.05	Freguesia de Codessos
		60.1.3.5.1.06	Freguesia de Ferveiça
		60.1.3.5.1.07	Freguesia de Moreira do castelo
		60.1.3.5.1.08	Freguesia de Ribas
		60.1.3.5.1.09	Freguesia de Vale de Bouro
		60.1.3.5.1.10	Freguesia do Rego
63.1.1.3.2	FREGUESIAS	60.1.3.5.1.11	União de freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe
		60.1.3.5.1.12	União de freguesias de Caçarilhe e Infesta
		60.1.3.5.1.13	União de freguesias de Canedo de Basto e Corgo
		60.1.3.5.1.14	União de freguesias de Carvalho e Basto Sta. Tecla
		60.1.3.5.1.15	União de freguesias de Veade, Gagos e Molares
		60.1.3.6	Empresas Locais
		60.1.3.6.1	Empresa Municipal Qualidade de Basto
63.1.1.3.9	OUTRAS	60.1.3.9	Outros
		60.1.4	Administração Regional
		60.1.4.1	RAA
		60.1.4.2	RAM
		60.1.5	Segurança Social
		60.1.6	Outros setores institucionais
		60.1.6.1	Instituições sem Fins Lucrativos
		60.1.6.1.1	Instituições Desportivas
63.1.2.1.3	ASSOCIAÇÕES - PROLONGAMENTO DE HORÁRIO - PR	60.1.6.1.2	Instituições de Ação Social
63.1.2.1.4	CONTRATO PROGRAMA - CACBAA-CASA AGRICULTO	60.1.6.1.3	Instituições de Desenvolvimento Rural
63.1.2.1.8	PROTOCOLO - VESPA VELUTINA	60.1.6.1.3	Instituições de Desenvolvimento Rural
		60.1.6.1.4	Instituições Culturais
		60.1.6.1.5	Apoio aos Bombeiros
63.1.2.1.9	Instituições Particulares - Diversos	60.1.6.1.9	Outras instituições sem fins lucrativos
		60.1.6.2	Famílias
		60.1.6.2.1	Ação Social
63.1.3.5	APOIO CRIANÇAS - CPCJ	60.1.6.2.1.01	Apoio crianças CPCJ
		60.1.6.2.2	Bolsas
63.1.3.2	CONTRATO EMPREGO - INSERÇÃO - SUBSIDIO MENS	60.1.6.2.2.01	Contrato de Emprego de Inserção
63.1.6.2.2		60.1.6.2.2.02	Estagios
		60.1.6.2.9	Outros
63.1.3.6	CONTRATO EMPREGO - INSERÇÃO - SUBSIDIO DE TR	60.1.6.2.9.01	Subsidio de transporte - Contrato de Emprego de Inserção
63.1.3.4	CONTRATO EMPREGO - INSERÇÃO - SUBSIDIO ALIM	60.1.6.2.9.02	Subsidio de refeição - Contrato de Emprego de Inserção
		60.1.6.3	Resto do Mundo
		60.1.6.4	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		60.1.6.9	Outros
63.1.1.3.9	OUTRAS	60.1.9	Outros
		60.2	Subsídios correntes concedidos
63.1.1.1.9		60.2.1	Estado
		60.2.2	Serviços e Fundos Autónomos
		60.2.3	Administração Local
		60.2.3.1	Associações de Municípios
		60.2.3.2	Município
		60.2.3.3	Serviços Municipalizados
		60.2.3.4	Associações de Freguesias
		60.2.3.5	Freguesias
		60.2.3.6	Empresas Locais
63.2.1.1.1	QUALIDADE DE BASTO E.M.	60.2.3.6.1	Empresa Municipal Qualidade de Basto
		60.2.3.9	Outros
		60.2.4	Administração Regional
		60.2.4.1	RAA
		60.2.4.2	RAM
		60.2.5	Segurança Social
		60.2.6	Outros setores institucionais
		60.2.6.1	Instituições sem Fins Lucrativos
		60.2.6.2	Famílias
		60.2.6.3	Resto do Mundo
		60.2.6.4	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		60.2.6.9	Outros
63.1.6.2.3	SUBSIDIOS - MÉDICOS	60.2.6.9.1	Subsidio Medicos
		60.2.9	Outros
		60.3	Prestações sociais concedidas
		60.3.1	PER Famílias
		60.3.2	Apoio Alimentar
		60.3.2.1	Social
		60.3.2.2	Escolar
63.1.3.1	SUBSIDIO DE TRANSPORTE AOS ALUNOS	60.3.2.2.1	Subsidio de transporte para alunos
63.1.3.3	SUBSIDIOS LIVROS ESCOLARES	60.3.2.2.2	Subsidio Livros Escolares
		60.3.2.9	Outros
		60.3.9	Outros
		60.4	Transferências de capital concedidas
		60.4.1	Estado
		60.4.2	Serviços e Fundos Autónomos
		60.4.3	Administração Local
		60.4.3.1	Associações de Municípios
		60.4.3.1.1	Associação Nacional de Municípios Portugueses
69.1.1.3.4	TRANS. CAPITAL - CIM-TS- COMUNIDADE INTERMUN	60.4.3.1.2	CIM - TS - Comunidade Intermunicipal Tamega e Sousa
69.1.7.1	Associação Municípios Baixo Tamega	60.4.3.1.3	AMBT - Assoc. Municípios Baixo Tamega
		60.4.3.2	Município
		60.4.3.3	Serviços Municipalizados

		60.4.3.4	Associações de Freguesias
		60.4.3.5	Freguesias
		60.4.3.5.1	Freguesias do Município de Celorico de Basto
		60.1.3.5.1.01	Freguesia de Agilde
		60.1.3.5.1.02	Freguesia de Arnoia
		60.1.3.5.1.03	Freguesia de Basto (s. Clemente)
		60.1.3.5.1.04	Freguesia de Borba da montanha
		60.1.3.5.1.05	Freguesia de Codessoso
		60.1.3.5.1.06	Freguesia de Ferwença
		60.1.3.5.1.07	Freguesia de Moreira do Castelo
		60.1.3.5.1.08	Freguesia de Ribas
		60.1.3.5.1.09	Freguesia de Vale de Bouro
		60.1.3.5.1.10	Freguesia do Rego
69.1.1.3.1	FREGUESIAS	60.1.3.5.1.11	União de freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe
		60.1.3.5.1.12	União de freguesias de Caçarilhe e infesta
		60.1.3.5.1.13	União de freguesias de Canedo de Basto e Corgo
		60.1.3.5.1.14	União de freguesias de Carvalho e Basto Sta. Tecla
		60.1.3.5.1.15	União de freguesias de Veade, Gagos e Molares
		60.4.3.6	Empresas Locais
		60.4.3.9	Outros
		60.4.4	Administração Regional
		60.4.4.1	RAA
		60.4.4.2	RAM
		60.4.5	Segurança Social
		60.4.6	Outros setores institucionais
		60.4.6.1	Instituições sem Fins Lucrativos
69.1.6.1	ASSOCIAÇÕES DEPORTIVAS	60.4.6.1.1	Instituições Desportivas
69.1.6.2	Associações de Ação Social	60.4.6.1.2	Instituições de Ação Social
		60.4.6.1.3	Instituições de Desenvolvimento Rural
		60.4.6.1.4	Instituições Culturais
69.1.1.3.2	PROTEÇÃO CIVIL	60.4.6.1.5	Apoio aos Bombeiros
		60.4.6.1.9	Outras instituições sem fins lucrativos
		60.4.6.2	Famílias
		60.4.6.3	Resto do Mundo
		60.4.6.4	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		60.4.6.9	Outros
		60.4.9	Outros
		60.5	Subsídios de capital concedidos
		60.6	Transferências para cobertura de prejuízos
		60.7	Transferências e subsídios para reforço de liquidez
		60.8	Transferências e subsídios para amortização de dívida
		60.9	Outros subsídios e transferências de capital
		61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
		61.1	Mercadorias
		61.1.1	Restauração
61.2.4	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA VENDA - MERCHANT	61.1.2	Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda
		61.1.3	Medicamentos e outros produtos de higiene e saúde para venda
		61.1.4	Terrenos e propriedades
61.6.1.01	ÁGUA	61.1.7	Água
		61.1.9	Outras mercadorias
		61.1.9.1	Habitação Social
		61.1.9.2	Eletricidade
		61.1.9.9	Outras
		61.2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
		61.2.1	Matérias-primas
		61.2.2	Matérias subsidiárias
		61.2.3	Embalagens
		61.2.4	Matérias de consumo clínico
61.6.5.13	Peças-outros bens	61.2.5	Peças e outros materiais de manutenção
61.6.5.12	Material auto-peças	61.2.5	Peças e outros materiais de manutenção
		61.2.6	Alimentação - géneros para confeccionar
		61.2.9	Outros materiais diversos de consumo
		61.2.9.1	Combustíveis e Lubrificantes
61.6.5.01	Gasóleo	61.2.9.1.1	Gasóleo
61.6.5.02	Gasolina	61.2.9.1.2	Gasolina
61.6.5.05	Óleos e outros flubrificantes	61.2.9.1.3	Óleos e Lubrificantes
61.6.5.03	Gaz	61.2.9.1.4	Gás
61.6.5.04	Outros combustiveis	61.2.9.1.9	Outros
61.6.5.15	Ferramentas e utensilios	61.2.9.2	Ferramentas e Utensilios
61.6.5.18	Ferragens	61.2.9.2	Ferramentas e Utensilios
61.6.5.10	Limpeza, higiene e conforto	61.2.9.3	Artigos de Higiene e Limpeza
		61.2.9.4	Materiais de Construção
61.6.5.26	Material para rep.inst. desp/recreativas(Cobertas)	61.2.9.4.1	Materiais para obras em edificios camararios
61.6.5.25	Material para reparação de edificios camarários	61.2.9.4.1	Materiais para obras em edificios camararios
61.6.5.24	Material para reparação de escolas	61.2.9.4.1	Materiais para obras em edificios camararios
61.6.5.20	Material para obras	61.2.9.4.2	Materiais para obras em vias
61.6.5.16	Material de serralharia	61.2.9.4.3	Material de serralharia
61.6.5.17	MATERIAL elétrico	61.2.9.4.4	Material elétrico
61.6.5.32	MATERIAIS CAMARA AMIGA	61.2.9.4.5	Materiais para obras da Câmara Amiga
		61.2.9.4.9	Outros Materiais de Construção
		61.2.9.9	Outros
		61.2.9.9.1	Outros Materiais de consumo
61.6.5.14	Vestuário e artigos pessoais	61.2.9.9.1.01	Vestuário e artigos pessoais
61.6.5.07	Material de escritório	61.2.9.9.1.02	Material de escritório
61.6.5.09	Material informático	61.2.9.9.1.03	Material informático
61.6.5.11	Sinalização e transito	61.2.9.9.1.04	Sinalização e Transito
61.6.5.30	Material para os jardins municipais	61.2.9.9.1.05	Materiais para Jardins
61.6.5.19	Materiais para Aguas	61.2.9.9.1.98	Materiais para Setor de Aguas e saneamento
61.6.5.28	Material para obras de saneamento	61.2.9.9.1.98	Materiais para Setor de Aguas e saneamento
61.6.5.06	Livros e documentação técnica	61.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
61.6.5.08	Artigos para oferta	61.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
61.6.5.21	Artigos para a Piscina Municipal	61.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
61.6.5.22	Artigos para a Biblioteca Municipal	61.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
61.6.5.31	Aquisição de rações para animais	61.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
61.6.5.99	Outros	61.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
61.6.5.29	Material para Jardins de Infância	61.2.9.9.1.99	Outros materias de consumo
		61.3	Ativos biológicos
		61.3.1	Animais consumíveis
		61.3.2	Plantas consumíveis
		61.3.3	Animais de produção

		61.3.4	Plantas de produção
		62	Fornecimentos e serviços externos
		62.1	Subcontratos e parcerias
		62.1.1	Serviços de saúde
		62.1.2	Infraestruturas de transportes e parques de estacionamento
		62.1.3	Serviços de transporte
		62.1.3.1	Transportes Escolares
		62.1.3.9	Outros
		62.1.4	Serviços de alojamento e de restauração
		62.1.4.1	Cantinas escolares - refeições confeccionadas
		62.1.4.2	Cantinas escolares - refeições para confeccionar
		62.1.4.9	Outras
		62.1.5	Espaços de desporto, cultura e lazer
		62.1.5.1	Colónias de férias
		62.1.5.2	Ocupação de tempos livres
		62.1.5.9	Outros
		62.1.6	Serviços de fornecimento de água
62.2.90.02	Tratamento de Águas residuais	62.1.6.1	Saneamento Básico
62.2.48	Análises de água	62.1.6.2	Água - Abastecimento Público
62.2.65	Despesas com a Cobrança de Água	62.1.6.2	Água - Abastecimento Público
		62.1.6.9	Outros
		62.1.7	Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos
		62.1.7.1	Tratamento de RSU's
		62.1.7.2	Recolha e limpeza urbana
		62.1.8	Tecnologias de informação e comunicação
		62.1.9	Outros subcontratos ou concessões
62.2.56	Artigos para Sinalização	62.1.9.1	Sinalização e trânsito
62.3.03	Sinalização e Trânsito	62.1.9.1	Sinalização e trânsito
		62.1.9.2	Iluminação Pública
		62.1.9.9	Outros
62.1.03	Aluguer de máquinas / mão de obra/transporte mat	62.1.9.9.1	Aluguer de máquinas
62.1.04	Serviços de conserv. e repar. - obras (Empreiteir	62.1.9.9.2	Serviços de Conservação e Reparação (obras)
62.1.02	CONSERVAÇÃO DE BENS	62.1.9.9.2	Serviços de Conservação e Reparação (obras)
62.1.09	Outros	62.1.9.9.9	Outros
		62.2	Serviços especializados
		62.2.1	Trabalhos especializados
		62.2.1.1	Estudos, pareceres e consultoria jurídica
		62.2.1.2	Projetos e serviços de informática
		62.2.1.3	Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras
		62.2.1.4	Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria
		62.2.1.5	Qualidade e segurança no trabalho
		62.2.1.6	Organização de eventos
62.2.38	Animação cultural	62.2.1.6.1	Animação Cultural
62.2.64	Iluminação - Festas	62.2.1.6.2	Iluminação - festas
62.2.66	Fogo de Artifício	62.2.1.6.3	Fogo de artifício
62.2.62	Refeições - Restaurantes	62.2.1.6.4	Refeições em restaurantes
		62.2.1.6.5	Alojamento
62.2.63	Aluguer de Equipamento	62.2.1.6.9	Outros
62.2.52	Ações de Formação	62.2.1.7	Formação ao pessoal
62.2.51	Cursos de formação profissional	62.2.1.7	Formação ao pessoal
		62.2.1.9	Outros trabalhos especializados
62.2.39	Edifícios Municipais (Revistas)	62.2.1.9.1	Trabalhos de impressão
		62.2.1.9.2	Ensaio e Análises Técnicas
62.2.36	Trabalhos especializados	62.2.1.9.9	Outros
62.2.33	Publicidade e propaganda	62.2.2	Publicidade, comunicação e imagem
62.2.35	Vigilância e segurança	62.2.3	Vigilância e segurança
		62.2.4	Honorários
		62.2.4.1	Contratos individuais de tarefa
		62.2.4.2	Contratos individuais por avença
		62.2.4.3	Apoio judiciário
62.2.29	Honorarios	62.2.4.9	Outros honorários
		62.2.5	Comissões
		62.2.5.1	De cobrança de impostos e taxas
62.2.90.06	IMI - ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	62.2.5.1.1	Encargos com cobrança IMI
62.2.90.07	IMT - ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	62.2.5.1.2	Encargos com cobrança IMT
62.2.90.10	I. UNICO DE CIRCULAÇÃO - ENCARGOS COBRANÇA D	62.2.5.1.3	Encargos com cobrança IUC
		62.2.5.1.9	Outras comissões de cobrança de impostos e taxas
		62.2.5.2	De outras cobranças
		62.2.5.3	De serviços financeiros
		62.2.5.9	Outras comissões
		62.2.6	Conservação e reparação
		62.2.6.1	Conservação e reparação de ativos fixos
		62.2.6.1.1	Edifícios
62.2.44	Contratos de assistência Técnica	62.2.6.1.2	Equipamentos
		62.2.6.1.3	Viaturas
		62.2.6.1.9	Outros
		62.2.6.2	Assistência técnica
62.2.32.01	EDIFICIOS	62.2.6.2.1	Edifícios
62.2.32.02	EQUIPAMENTOS	62.2.6.2.2	Equipamentos
62.2.32.03	VIATURAS	62.2.6.2.3	Viaturas
		62.2.6.2.9	Outros
		62.2.6.9	Outros gastos de conservação e reparação
62.2.32.04	ESPAÇOS VERDES	62.2.6.9.1	Espaços Verdes
62.2.32.09	OUTROS	62.2.6.9.9	Outros
		62.2.9	Outros serviços especializados
		62.3	Materiais de consumo
		62.3.1	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido
62.2.45	Peças para viaturas	62.3.1.1	Peças para viaturas
62.2.46	Peças - outros bens	62.3.1.2	Peças de desgaste rápido
62.2.15	Ferramentas e utensílios de desgaste rapido	62.3.1.3	Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido
		62.3.1.9	Outras Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido
62.2.16	Livros e documentacao tecnica	62.3.2	Livros e documentação técnica
62.2.17	Material de escritorio	62.3.3	Material de escritório
62.2.43	Consumos de secretaria	62.3.3	Material de escritório
62.2.18	Artigos para oferta	62.3.4	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação
		62.3.5	Material de educação, cultura e recreio
62.2.37	Animação Desportiva	62.3.5.1	Materiais de Desporto
62.2.57	Artigos para Desporto	62.3.5.1	Materiais de Desporto
62.2.59	Artigos para a Piscina Municipal	62.3.5.1	Materiais de Desporto
62.2.42	Material escolar	62.3.5.2	Materiais de Educação

62.2.54	Material didático	62.3.5.2	Materiais de Educação
62.2.60	Artigos para a Biblioteca Municipal	62.3.5.9	Outros Materiais
62.2.98.07		62.3.5.9	Outros Materiais
62.2.58	Artigos para Animação Cultural	62.3.5.9	Outros Materiais
		62.3.6	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais
		62.3.6.1	Artigos de Higiene e Limpeza
		62.3.6.2	Vestuário e artigos pessoais
62.2.49	Serviços de Saúde	62.3.7	Medicamentos e artigos para a saúde
62.3.02	Produtos químicos e farmacêuticos	62.3.8	Produtos químicos e de laboratórios
62.2.40	Diversos	62.3.9	Outros materiais diversos de consumo
62.2.91.01	Aquisição de bens alimentares para o Bar da Câmara	62.3.9.1	Aquisições de bens alimentícios para o BAR da câmara
62.2.20	Refeições confeccionadas	62.3.9.2	Aquisições de bens para confeccionar refeições
62.2.61	Aquisição de Bens Alimentícios	62.3.9.2	Aquisições de bens para confeccionar refeições
62.2.50	Aquisição de Jornais e Revistas	62.3.9.3	Aquisições de jornais e revistas
62.2.69	Aquisição de material para os Jardins Municipais	62.3.9.4	Materias para jardins municipais
62.2.55	Bens de Consumo imediato	62.3.9.9	Outros
62.3.01	Matérias primas	62.3.9.9	Outros
62.2.40	Diversos	62.3.9.9	Outros
		62.4	Energia e fluidos
		62.4.1	Electricidade
62.2.11.1	Baixa Tensão	62.4.1.1	Baixa Tensão
62.2.11.2	Iluminação Pública	62.4.1.2	Iluminação Pública
		62.4.2	Combustíveis e lubrificantes
62.2.12.01	Gasoleo	62.4.2.1	Gasóleo
62.2.12.02	Gasolina	62.4.2.2	Gasolina
		62.4.2.9	Outros Combustíveis e lubrificantes
62.2.12.03.01	Gás	62.4.2.9.1	Gás
		62.4.2.9.9	Outros
62.2.14.01	Lubrificantes	62.4.2.9.9.1	Lubrificantes
62.2.14.02	Óleos	62.4.2.9.9.2	Óleos
62.2.12.03.99	Outros	62.4.2.9.9.9	Outros
62.2.14.99	Outros Fluidos	62.4.2.9.9.9	Outros
		62.4.3	Água
		62.4.9	Outros
		62.5	Deslocações, estadas e transportes
62.2.27	Deslocações e estadas	62.5.1	Deslocações e estadas
62.2.67	Alojamento	62.5.1	Deslocações e estadas
62.2.26	Transportes de pessoal	62.5.2	Transportes de pessoal
62.2.25	Transportes de mercadorias	62.5.3	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos
62.2.41	Transportes escolares	62.5.4	Transporte escolar
		62.5.5	Transporte de doentes
		62.5.9	Outros
62.2.53	Deslocações - portagens	62.5.9.1	Portagens
		62.5.9.9	Outros
		62.6	Serviços diversos
		62.6.1	Rendas e alugueres
		62.6.1.1	Terrenos
62.2.19	Rendas e alugueres	62.6.1.2	Edifícios
		62.6.1.3	Habitação
		62.6.1.4	Material de Transporte
		62.6.1.5	Equipamento
		62.6.1.9	Outros
		62.6.2	Comunicação
62.2.22.01	COMUNICAÇÕES FIXAS	62.6.2.1	Comunicações Fixas
62.2.22.02	COMUNICAÇÕES MOVEIS	62.6.2.2	Comunicações Móveis
62.2.22.03	INTERNET	62.6.2.3	Internet
62.2.22.04	SERVIÇOS POSTAIS	62.6.2.4	Serviços Postais
62.2.22.09	OUTRAS	62.6.2.9	Outros
62.2.23	Seguros	62.6.3	Seguros
62.2.24.03	DIREITOS DE AUTOR	62.6.4	Royalties
62.2.24.02	Licença para instalação o de serviços municipais	62.6.4	Royalties
62.2.31	Contencioso e notariado	62.6.5	Contencioso e notariado
62.2.21	Despesas de representacao	62.6.6	Despesas de representação dos serviços
62.2.34	Limpeza, higiene e conforto	62.6.7	Limpeza, higiene e conforto
		62.6.9	Outros serviços
		62.6.9.1	Serviços desportivos
62.2.71	Prolongamento de Horário - Ensino Pr • Escolar/Escol	62.6.9.2	Serviços de Educação
		62.6.9.9	Outros
62.2.68	Aquisição Animais p/povoamento Zona Caça Munic	62.6.9.9.1	Repopoamento da Zona de Caça Municipal
62.2.98.03	RAÇÕES PARA ANIMAIS	62.6.9.9.1	Repopoamento da Zona de Caça Municipal
62.2.98.04	Animais para povoamento da floresta	62.6.9.9.1	Repopoamento da Zona de Caça Municipal
62.2.99	CUSTOS - FACTURAS EM RECEÇÃO E CONFERENCIA	62.6.9.9.2	Faturas em recepção e conferência
62.2.47	Estágios profissionais- Bolsa do Orientadores	62.6.9.9.9	Outros
62.2.98.99	OUTROS	62.6.9.9.9	Outros
		63	Gastos com o pessoal
		63.0	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos
		63.0.1	Remunerações certas e permanentes
64.1.1	REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGOS AUTA	63.0.1.1	Remuneração base
64.1.3	SUBSIDIO DE FERIAS DOS MEMBROS DOS ORGAOS AL	63.0.1.2	Subsídio de férias
64.1.4	SUBSIDIO DE NATAL DOS MEMBROS DOS ORGAOS AL	63.0.1.3	Subsídio de Natal
64.2.2.8.01	REPRESENTAÇÃO- MEMBROS ORGAOS AUTARQUICO	63.0.1.4	Despesas de representação
64.1.2	SUBSIDIO DE ALIMENTAÇÃO DOS MEMBROS DOS OR	63.0.1.5	Subsídio de refeição
		63.0.1.6	Gratificações e senhas de presença
		63.0.1.9	Outras
		63.0.2	Abonos variáveis ou eventuais
		63.0.2.1	Subsídio e abono de fixação, residência e alojamento
		63.0.2.2	Alimentação e alojamento
		63.0.2.3	Ajudas de custo
		63.0.2.8	Formação
		63.0.2.9	Outros
		63.1	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão
		63.1.1	Remunerações certas e permanentes
		63.1.1.1	Remuneração base
		63.1.1.2	Subsídio de férias
		63.1.1.3	Subsídio de Natal
		63.1.1.4	Despesas de representação
		63.1.1.5	Subsídio de refeição
		63.1.1.6	Gratificações
		63.1.1.7	Suplementos e prémios
		63.1.1.9	Outras

		63.1.2	Abonos variáveis ou eventuais
		63.1.2.1	Subsídio e abono de fixação, residência e alojamento
		63.1.2.2	Alimentação e alojamento
		63.1.2.3	Ajudas de custo
		63.1.2.4	Trabalho extraordinário ao fim de semana e feriados
		63.1.2.8	Formação
		63.1.2.9	Outros
		63.2	Remunerações do pessoal
		63.2.1	Remunerações certas e permanentes
		63.2.1.01	Remuneração base
64.2.1.1.01	REMUNERAÇÃO - RCTFP POR TEMPO INDETERMINADA	63.2.1.01.1	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
64.2.1.2.01.01	REMUNERAÇÃO - PESSOAL CONTRATO TERMO CERTO	63.2.1.01.2	Pessoal em regime de nomeação transitória e contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo
64.2.1.2.02.01	REMUNERAÇÃO - PESSOAL CONTRATO TERMO INCERTO	63.2.1.01.3	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo incerto
		63.2.1.01.4	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo
		63.2.1.01.5	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho sem termo
64.2.1.3.01	REMUNERAÇÃO GABINETE APOIO PESSOAL (COMISSÃO)	63.2.1.01.6	Pessoal em cedência de interesse público e em comissão de serviço
		63.2.1.01.7	Pessoal em comissão de Serviço – Dirigentes
		63.2.1.01.8	Pessoal em mobilidade especial
		63.2.1.01.9	Pessoal em qualquer outra situação
64.2.1.4.01	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	63.2.1.1.09.1	Estagiários
64.2.1.4.02	OUTRAS	63.2.1.1.09.9	Outros
		63.2.1.02	Subsídio de férias
64.2.1.1.02	SUBSÍDIO DE FERIAS - RCTFP POR TEMPO INDETERMINADO	63.2.1.02.1	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
64.2.1.2.01.02	SUBSÍDIO DE FERIAS - PESSOAL CONTRATO TERMO CERTO	63.2.1.02.2	Pessoal em regime de nomeação transitória e contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo
64.2.1.2.02.02	SUBSÍDIO DE FERIAS - PESSOAL CONTRATO TERMO INCERTO	63.2.1.02.3	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo incerto
		63.2.1.02.4	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo
		63.2.1.02.5	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho sem termo
64.2.1.3.02	SUBSÍDIO DE FERIAS - GABINETE APOIO PESSOAL (COMISSÃO)	63.2.1.02.6	Pessoal em cedência de interesse público e em comissão de serviço
		63.2.1.02.7	Pessoal em comissão de Serviço – Dirigentes
		63.2.1.02.8	Pessoal em mobilidade especial
		63.2.1.02.9	Pessoal em qualquer outra situação
		63.2.1.03	Subsídio de Natal
64.2.1.1.03	SUBSÍDIO DE NATAL - RCTFP POR TEMPO INDETERMINADO	63.2.1.03.1	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
64.2.1.2.01.03	SUBSÍDIO DE NATAL - PESSOAL CONTRATO TERMO CERTO	63.2.1.03.2	Pessoal em regime de nomeação transitória e contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo
64.2.1.2.02.03	SUBSÍDIO DE NATAL - PESSOAL CONTRATO TERMO INCERTO	63.2.1.03.3	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo incerto
		63.2.1.03.4	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo
		63.2.1.03.5	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho sem termo
64.2.1.3.03	SUBSÍDIO DE NATAL - GABINETE APOIO PESSOAL (COMISSÃO)	63.2.1.03.6	Pessoal em cedência de interesse público e em comissão de serviço
		63.2.1.03.7	Pessoal em comissão de Serviço – Dirigentes
		63.2.1.03.8	Pessoal em mobilidade especial
		63.2.1.03.9	Pessoal em qualquer outra situação
64.2.2.8.02	REPRESENTAÇÃO - PESSOAL DIRIGENTE (PESSOAL DO PESSOAL)	63.2.1.04	Despesas de Representação
		63.2.1.05	Subsídio de refeição
64.2.2.4.01	SUBSÍDIO ALIMENTAÇÃO - RCTFP POR TEMPO INDETERMINADO	63.2.1.05.1	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
64.2.2.4.02	SUBSÍDIO ALIMENTAÇÃO - CONTRATO A TERMO CERTO	63.2.1.05.2	Pessoal em regime de nomeação transitória e contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo
64.2.2.4.03	SUBSÍDIO ALIMENTAÇÃO - CONTRATO A TERMO INCERTO	63.2.1.05.3	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo incerto
		63.2.1.05.4	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo
		63.2.1.05.5	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho sem termo
64.2.2.4.04	SUBSÍDIO ALIMENTAÇÃO - GABINETE APOIO PESSOAL (COMISSÃO)	63.2.1.05.6	Pessoal em cedência de interesse público e em comissão de serviço
		63.2.1.05.7	Pessoal em comissão de Serviço – Dirigentes
		63.2.1.05.8	Pessoal em mobilidade especial
64.2.2.4.05	SUBSÍDIO ALIMENTAÇÃO - PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	63.2.1.05.9	Pessoal em qualquer outra situação
64.2.2.8.04	GRATIFICAÇÕES	63.2.1.06	Gratificações
		63.2.1.07	Suplementos e prémios
64.2.2.8.07	SENHAS PRESENÇA - ÓRGÃO DELIBERATIVO	63.2.1.07.1	Senhas de Presença do órgão deliberativo
64.2.2.8.06	SENHAS PRESENÇA - ÓRGÃO EXECUTIVO	63.2.1.07.2	Senhas de Presença do órgão executivo
64.2.2.8.09	OUTROS SUPLEMENTOS	63.2.1.07.9	Outros suplementos e prémios
		63.2.1.09	Outras
		63.2.2	Abonos variáveis ou eventuais
		63.2.2.01	Subsídio e abono de fixação, residência e alojamento
64.2.2.7	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	63.2.2.02	Alimentação e alojamento
64.2.2.5	AJUDAS DE CUSTO	63.2.2.03	Ajudas de custo
64.2.2.1	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	63.2.2.04	Trabalho extraordinário
		63.2.2.05	Gratificações variáveis ou eventuais
64.2.2.3	ABONO PARA FALHAS	63.2.2.06	Abono para falhas
64.2.2.2	TRABALHO EM REGIME DE TURNOS	63.2.2.07	Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno
64.2.2.8.03	SUBSÍDIO TRABALHO NOCTURNO	63.2.2.08	Formação
		63.2.2.09	Colaboração técnica e especializada
64.2.2.8.05	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA	63.2.2.99	Outros abonos variáveis
		63.3	Benefícios pós-emprego
		63.3.1	Prémios para pensões
		63.3.9	Outros benefícios
		63.4	Indemnizações
		63.4.0	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos
		63.4.1	Órgãos sociais e de gestão
		63.4.2	Pessoal
		63.4.2.01	Abonos devidos pela cessação da relação jurídica
		63.4.2.02	Rescisões por mútuo acordo
		63.4.2.09	Outras indemnizações
		63.5	Encargos sobre remunerações
		63.5.1	Sistemas de proteção social
64.5.2	Segurança social dos funcionários públicos	63.5.1.01	Caixa Geral de Aposentações
64.5.3	Segurança social - regime geral	63.5.1.02	Segurança Social - Regime Geral
		63.5.2	Subsistemas de saúde
		63.5.2.01	ADSE
		63.5.2.02	SAD/GNR
		63.5.2.99	Outros Subsistemas de Saúde
		63.5.9	Outros
		63.6	Acidentes no trabalho e doenças profissionais
64.8.3	Indemnização por acidente de trabalho	63.6.1	Acidentes no trabalho
		63.6.2	Doenças profissionais
64.6	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	63.6.3	Seguro de acidentes no trabalho
		63.6.9	Outros
		63.7	Gastos de ação social
		63.7.1	Serviços sociais da administração pública
		63.7.2	Encargos sociais voluntários
		63.7.9	Outros
		63.8	Outros gastos com o pessoal
64.2.2.6	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	63.8.1	Vestuário e artigos pessoais
		63.8.2	Transporte de pessoal

		63.8.3	Serviço médico, de enfermagem e assistência social
		63.8.4	Subsídio por doença
64.9.1	ACRESCIMO DE CUSTOS COM PESSOAL	63.8.9	Outros
		63.8.9.01	Despesas de Saúde
64.8.1	DESPESAS DE SAUDE	63.8.9.01.1	Reembolsos ADSE
		63.8.9.01.2	Serviço Nacional de Saúde (SNS)
		63.8.9.09	Outros
		63.9	Outros encargos sociais
		63.9.1	Remunerações por doença
64.2.1.1.04	1/6 Venc. e vencimento-maternidade/paternidade	63.9.2	Subsídios de parentalidade
		63.9.3	Pessoal em reserva ou a aguardar aposentação
64.3	Pessoal aguardando a aposentação (PENSOES)	63.9.3.01	Pessoal a aguardar aposentação
		63.9.3.02	Pensões de reserva
		63.9.4	Outras pensões
64.2.3.5	PENSOES DE INVALIDEZ	63.9.4.01	Pensões de Invalidez
		63.9.4.99	Outras pensões
		63.9.5	Encargos com a saúde
64.2.3.1	Subsidio familiar a crianças e jovens	63.9.6	Subsídio familiar a crianças e jovens
		63.9.7	Outras prestações familiares
64.2.3.2	Outras prestacoes familiares	63.9.7.01	Outras prestações familiares
64.2.3.4	Subsidio Pr Natal	63.9.7.02	Outras prestações de ação social
64.2.3.3	Outras prestacoes de acao social	63.9.7.02	Outras prestações de ação social
64.8.2	Seguros de saude	63.9.8	Seguros com o pessoal
		63.9.9	Outras despesas de segurança social
		64	Gastos de depreciação e de amortização
		64.1	Propriedades de investimento
		64.1.1	Bens de domínio público
		64.1.1.1	Terrenos e recursos naturais
68.3.1	Terrenos e recursos naturais	64.1.1.1.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		64.1.1.1.2	Terrenos não incluídos em planos de urbanização solo rural
		64.1.1.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		64.1.1.1.4	Recursos naturais
		64.1.1.1.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		64.1.1.2	Edifícios e Outras Construções
68.3.2.1	Edifícios	64.1.1.2.1	Habitções e edificações para serviços
		64.1.1.2.2	Edificações para fins industriais
		64.1.1.2.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		64.1.1.2.4	Parques de estacionamento
		64.1.1.2.5	Piscinas e complexos desportivos
		64.1.1.2.9	Outros
		64.1.1.9	Outras propriedades de investimento
		64.1.2	Terrenos e recursos naturais
		64.1.2.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		64.1.2.2	Terrenos não incluídos em planos de urbanização solo rural
		64.1.2.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		64.1.2.4	Recursos naturais
		64.1.2.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		64.1.3	Edifícios e outras construções
		64.1.3.1	Habitções e edificações para serviços
		64.1.3.2	Edificações para fins industriais
		64.1.3.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		64.1.3.4	Parques de estacionamento
		64.1.3.5	Piscinas e complexos desportivos
		64.1.3.9	Outros
		64.1.4	Outras propriedades de investimento
		64.2	Ativos fixos tangíveis
		64.2.0	Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural
		64.2.0.1	Terrenos e recursos naturais
66.5.1	Terrenos e recursos naturais	64.2.0.1.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		64.2.0.1.2	Terrenos não incluídos em plano de urbanização solo rural
		64.2.0.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		64.2.0.1.4	Recursos naturais
		64.2.0.1.8	Terrenos militares
		64.2.0.1.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		64.2.0.2	Edifícios e outras construções
		64.2.0.2.1	Habitções e edificações para serviços
		64.2.0.2.1.1	Instalação de serviços de natureza administrativa
		64.2.0.2.1.2	Instalação de serviços de natureza social
66.5.2	Edifícios	64.2.0.2.1.3	Instalação de serviços de natureza escolar
		64.2.0.2.1.9	Outros edifícios para o setor dos serviços
		64.2.0.2.2	Edifícios para fins industriais
		64.2.0.2.2.1	Instalação de serviços do setor de indústria
		64.2.0.2.2.2	Instalação de serviços do setor da agricultura
		64.2.0.2.2.9	Outros edifícios para fins de natureza industrial
		64.2.0.2.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		64.2.0.2.3.1	Monumentos, museus e teatros
		64.2.0.2.3.2	Bibliotecas e arquivos
		64.2.0.2.3.9	Outros imóveis de relevância histórica e cultural
		64.2.0.2.4	Parques de estacionamento
		64.2.0.2.5	Piscinas e complexos desportivos
		64.2.0.2.6	Cemitérios
		64.2.0.2.7	Barragens
		64.2.0.2.8	Edifícios e outras construções militares
		64.2.0.2.9	Outros
		64.2.0.3	Infraestruturas
		64.2.0.3.1	Rodoviárias
		64.2.0.3.2	Ferrovias
		64.2.0.3.3	Portuárias
		64.2.0.3.4	Aeroportuárias
		64.2.0.3.5	Sistemas de esgotos
		64.2.0.3.6	Sistemas de abastecimento de água
		64.2.0.3.7	Redes de comunicações
		64.2.0.3.8	Infraestruturas militares
66.5.3	Outras construocoes e infraestruturas	64.2.0.3.9	Outras infraestruturas
		64.2.0.4	Património histórico, artístico e cultural
66.5.5	Bens de patrimonio historico, artistico e cultural	64.2.0.4.1	Espaços arqueológicos
		64.2.0.4.2	Obras de arte, coleções e antiguidades
		64.2.0.4.3	Livros, arquivos e outras publicações de bibliotecas
		64.2.0.4.4	Mobiliário e tapeçarias
		64.2.0.4.5	Joalharia e artigos religiosos

		64.2.0.4.9	Outros
		64.2.0.4.9.1	Parques e Jardins
		64.2.0.4.9.2	Bens afetos aos Resíduos Sólidos
		64.2.0.4.9.3	Mercados e Feiras
		64.2.0.4.9.9	Outros
		64.2.0.5	Equipamento militar, de segurança e defesa
66.5.9	Outros bens de dominio publico	64.2.0.9	Outros bens de domínio público
		64.2.1	Terrenos e recursos naturais
66.2.1	Terrenos e recursos naturais	64.2.1.1	Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva
		64.2.1.2	Terrenos não incluídos em planos de urbanização solo rural
		64.2.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano
		64.2.1.4	Recursos naturais
		64.2.1.9	Outros terrenos e outros recursos naturais
		64.2.2	Edifícios e outras construções
		64.2.2.1	Habitções e edificações para serviços
		64.2.2.1.1	Instalação de serviços de natureza administrativa
		64.2.2.1.2	Instalação de serviços de natureza social
66.2.2	Edifícios e outras construccoes	64.2.2.1.3	Instalação de serviços de natureza escolar
		64.2.2.1.9	Outros edifícios para o setor dos serviços
		64.2.2.2	Edificações para fins industriais
		64.2.2.2.1	Instalação de serviços do setor de indústria
		64.2.2.2.2	Instalação de serviços do setor da agricultura
		64.2.2.2.9	Outros edifícios para fins de natureza industrial
		64.2.2.3	Edifícios e construções com finalidade sociocultural
		64.2.2.3.1	Monumentos, museus e teatros
		64.2.2.3.2	Bibliotecas e arquivos
		64.2.2.3.9	Outros imóveis de relevância histórica e cultural
		64.2.2.4	Parques de estacionamento
		64.2.2.5	Piscinas e complexos desportivos
		64.2.2.9	Outros
		64.2.3	Equipamento básico
		64.2.3.1	Equipamento informático e de telecomunicações
		64.2.3.2	Equipamento para investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial
		64.2.3.3	Equipamento e material específico dos serviços de saúde
66.2.3	Equipamento basico	64.2.3.4	Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura
		64.2.3.5	Equipamento e material para serviços de alimentação, rouparia e lavanderia
		64.2.3.6	Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem
		64.2.3.7	Equipamento e material de apoio à produção
		64.2.3.8	Equipamento militar, de segurança e defesa
		64.2.3.9	Outros
		64.2.4	Equipamento de transporte
66.2.4	Equipamento de transporte	64.2.4.1	Transportes ferroviários
		64.2.4.2	Transportes rodoviários
		64.2.4.3	Transportes marítimos e fluviais
		64.2.4.4	Transportes aéreos
		64.2.4.5	Viaturas militares
		64.2.4.9	Outros
		64.2.5	Equipamento administrativo
		64.2.5.1	Equipamento informático e de telecomunicações
		64.2.5.2	Equipamento de escritório e de reprografia
66.2.6	Equipamento administrativo	64.2.5.3	Mobiliário de escritório e de arquivo
		64.2.5.9	Outros
		64.2.6	Equipamentos biológicos
		64.2.6.1	Animais de trabalho
		64.2.6.2	Animais de atividades desportivas
		64.2.6.3	Plantas
		64.2.6.9	Outros equipamentos biológicos
		64.2.7	Outros ativos fixos tangíveis
66.2.5	Ferramentas e utensilios	64.2.7.1	Equipamento de oficina e reparações
		64.2.7.2	Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum
		64.2.7.3	Equipamento individual para fins especiais
66.2.7	Taras e vasilhame	64.2.7.4	Equipamento para acondicionamento de embalagens
66.2.8	Outras imobilizacoes corporeas	64.2.7.9	Outros
		64.3	Ativos intangíveis
		64.3.0	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural
		64.3.1	Goodwill
66.3.2	Despesas de investigacao e desenvolvimento	64.3.2	Projetos de desenvolvimento
		64.3.3	Programas de computador e sistemas de informação
66.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	64.3.4	Propriedade industrial e intelectual
		64.3.6	Outros ativos intangíveis
		64.4	Ativos biológicos
		64.9	Outros ativos
		65	Perdas por imparidade
		65.1	Em contas a receber
67.1.1	PROVISÕES COBRANÇA DUVIDOSA	65.1.0	Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados
		65.1.1	Clientes, contribuintes e utentes
		65.1.9	Outros devedores
67.3.2	Mercadorias	65.2	Em inventários
67.3.3	Produtos acabados e intermedios	65.2	Em inventários
67.3.4	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugio	65.2	Em inventários
67.3.5	Produtos e trabalho em curso	65.2	Em inventários
67.3.6	Materias primas e subsidiarias	65.2	Em inventários
67.3.9	...	65.2	Em inventários
		65.3	Em investimentos financeiros
		65.3.1	Goodwill
68.4.1	Titulos negociaveis	65.3.2	Outros
68.4.2	Outras aplicacoes de tesouraria	65.3.2	Outros
68.4.3	Partes de capital	65.3.2	Outros
68.4.4	Obrigacoes e titulos de participacao	65.3.2	Outros
68.4.8	Outras aplicacoes financeiras	65.3.2	Outros
		65.4	Em propriedades de investimento
69.6.1	Amortizacoes	65.5	Em ativos fixos tangíveis
		65.6	Em ativos intangíveis
		65.7	Em investimentos em curso
		65.8	Em ativos não correntes detidos para venda
		65.9	Em outros ativos
		65.9.1	Outros ativos financeiros
		65.9.2	Ativos biológicos
		65.9.9	Outros
		66	Perdas por reduções de justo valor

		66.1	Em instrumentos financeiros
		66.2	Em investimentos financeiros
		66.3	Em propriedades de investimento
		66.4	Em ativos biológicos
		67	Provisões do período
		67.1	Impostos, contribuições e juros de mora
		67.1.1	Impostos
		67.1.2	Contribuições
		67.1.3	Juros de mora
		67.2	Garantias a clientes
67.2.3	Processos judiciais em curso	67.3	Processos judiciais em curso
67.2.4	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	67.4	Acidentes de trabalho e doenças profissionais
		67.5	Matérias ambientais
		67.6	Contratos onerosos
		67.7	Reestruturação
67.2.1	Pensoes	67.9	Outras provisões
		68	Outros gastos
		68.1	Impostos e taxas
		68.1.1	Impostos diretos
65.1.1	Impostos sobre o rendimento	68.1.1.1	Imposto sobre o rendimento
		68.1.1.9	Outros
		68.1.2	Impostos indiretos
65.1.2.02	IVA	68.1.2.1	IVA Suportado não dedutível
		68.1.2.2	IVA Liquidações officiosas
		68.1.2.9	Outros
65.1.2.03	Imposto Municipal Sobre Imóveis	68.1.2.9.1	Imposto sobre imóveis
65.1.2.04	IMPOSTOS DIVERSOS - IMT E IMPOSTO DE SELO	68.1.2.9.9	Outros
		68.1.3	Taxas
65.1.3.01	Taxas de justiça	68.1.3.1	Taxas de Justiça
65.1.3.03	TAXA DE GESTAO DE RESIDUOS	68.1.3.2	Taxa de Gestão de Resíduos
65.1.3.04	TAXA - IMTT, CONSERVATÉRIA E OUTRAS ENTIDADES	68.1.3.3	Taxas - IMTT, conservatória e outras entidades
		68.1.3.9	Outras Taxas
		68.2	Descontos de pronto pagamento concedidos
69.2	Dívidas incobráveis	68.3	Dívidas incobráveis
		68.4	Perdas em inventários
69.3.1	Sinistros	68.4.1	Sinistros
69.3.2	Quebras	68.4.2	Quebras
69.3.8	Outras	68.4.9	Outras
		68.5	Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos
		68.5.1	Cobertura de prejuízos
68.2	Perdas em entidades participadas	68.5.2	Aplicação do método da equivalência patrimonial
		68.5.3	Alienações
		68.5.9	Outros gastos
		68.6	Gastos nos restantes investimentos financeiros
		68.6.1	Cobertura de prejuízos
		68.6.2	Alienações
		68.6.3	Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de investimento
		68.6.9	Outros gastos
		68.7	Gastos em investimentos não financeiros
		68.7.1	Alienações
69.4.1	Alienacao de investimentos financeiros	68.7.1.1	Propriedades de investimento
69.4.2	Alienacao de imobilizacoes corporeas	68.7.1.2	Ativos fixos tangíveis
69.4.3	Alienacao de imobilizacoes incorporeas	68.7.1.3	Ativos intangíveis
69.4.4	Sinistros	68.7.2	Sinistros
69.4.5	Abates	68.7.3	Abates
		68.7.4	Gastos em propriedades de investimento
65.3	Despesas com propriedade industrial	68.7.9	Outros gastos
69.4.8	Outras	68.7.9	Outros gastos
		68.8	Outros
		68.8.1	Correções relativas a períodos anteriores
		68.8.1.1	Correções de impostos diretos
69.7.1	Restituicoes	68.8.1.1.1	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
		68.8.1.1.2	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas
		68.8.1.1.3	Derrama
		68.8.1.1.4	Imposto do selo sobre sucessões e doações
		68.8.1.1.5	Imposto municipal sobre imóveis
		68.8.1.1.6	Imposto único de circulação
		68.8.1.1.7	Imposto do uso, porte e detenção de armas
		68.8.1.1.8	Impostos abolidos
		68.8.1.1.9	Outros
		68.8.1.2	Correções de impostos indiretos
		68.8.1.2.1	Imposto sobre produtos petrolíferos
		68.8.1.2.2	Imposto sobre valor acrescentado
		68.8.1.2.3	Imposto sobre veículos
		68.8.1.2.4	Imposto de consumo sobre o tabaco
		68.8.1.2.5	Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas
		68.8.1.2.6	Lotarias, apostas mútuas e imposto de jogo
		68.8.1.2.7	Imposto do selo
		68.8.1.2.9	Outros
		68.8.1.3	Outras correções
		68.8.1.3.1	Taxas
		68.8.1.3.9	Outras
69.7.2	Outros Custos	68.8.1.4	Devolução de transferências e subsídios obtidos
		68.8.1.5	Regularizações a contribuições declaradas
		68.8.1.6	Regularizações a prestações sociais
		68.8.1.9	Outras
		68.8.1.9.1	Correções de estimativas de impostos
		68.8.1.9.1.1	Imposto sobre imóveis (IMI)
		68.8.1.9.1.2	Imposto Único de Circulação (IUC)
		68.8.1.9.1.3	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT)
		68.8.1.9.1.4	Derrama
		68.8.1.9.1.5	Outros impostos
		68.8.1.9.2	Correções de outras estimativas
		68.8.1.9.9	Outras correções
		68.8.2	Donativos
		68.8.2.1	Em numerário
		68.8.2.9	Em outros ativos
65.2	Quotizacoes	68.8.3	Quotizações
		68.8.4	Ofertas e amostras de inventários
		68.8.5	Insuficiência da estimativa para impostos

68.7	Perdas na alienacao de aplicacoes de tesouraria	68.8.6	Perdas em instrumentos financeiros
		68.8.7	Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade operacional
		68.8.9	Outros não especificados
		68.8.9.1	Correntes
69.5.1	Multas fiscais	68.8.9.1.1	Multas Fiscais
69.5.2	Multas nao fiscais	68.8.9.1.2	Multas não Fiscais
		68.8.9.1.9	Outros
69.8.8.2	Indemnizações	68.8.9.1.9.1	Indemnizações
69.5.8	Outras penalidades	68.8.9.1.9.9	Outros Gastos
69.8.8.1	Diversos	68.8.9.1.9.9	Outros Gastos
65.8	Outros custos e perdas operacionais	68.8.9.1.9.9	Outros Gastos
		68.8.9.2	De capital
		69	Gastos por juros e outros encargos
		69.1	Juros e encargos suportados
		69.1.0	Juros e encargos correntes de dívida pública
		69.1.0.1	Juros
		69.1.0.2	Encargos correntes da dívida pública
		69.1.1	Juros de financiamentos obtidos
		69.1.1.1	Curto Prazo
		69.1.1.2	Médio e Longo Prazo (MLP)
		69.1.1.2.1	CGD - Caixa Geral de Depósitos
68.1.1.2.1.19	EMP. C.G.D. Nº 051	69.1.1.2.1.01	Empréstimo CGD nº 051 (0240 001212 1 91)
68.1.1.2.1.58	JUROS - EMPRÉSTIMO DA CGD - MLP - N. 9015/00843	69.1.1.2.1.02	Empréstimo CGD - Saneamento Financeiro- MLP - n.º 9015/00843/991
68.1.1.2.1.13	EMP. C.G.D. Nº 043	69.1.1.2.1.03	Empréstimo CGD n.º 043 (0240 001159 1 91)
68.1.1.2.1.56	JUROS-EMPRÉSTIMO CGD P/ CENTRO ESCOLAR VILA	69.1.1.2.1.04	Empréstimo CGD p/ Centro Escolar Vila - Excepcion. 9015.006671.591
68.1.1.2.1.61		69.1.1.2.1.99	Outras não especificadas nas anteriores
		69.1.1.2.2	Novo Banco
68.1.1.2.1.51	EMP. Nº 6590.3371.210.5 - B.E.S.	69.1.1.2.2.01	Empréstimo Novo Banco nº 6590.3371.210.5
68.1.1.2.1.54	JUROS - EMP. NOVO BANCO -III Q.C.A-GRANDE CAM	69.1.1.2.2.02	Emp. Novo Banco III Q.C.A-Grande Campo Jogos (J.Bonif.)
		69.1.1.2.3	Caixa de Crédito Agrícola
68.1.1.2.1.59	JUROS CAIXA AGRICOLA DE EMPRESTIMO 2017- AT/	69.1.1.2.3.01	Empréstimo Caixa Agrícola n.º 56063141452
68.1.1.2.1.60	JUROS CAIXA AGRICOLA DE EMPRESTIMO 2018- AT/	69.1.1.2.3.02	Empréstimo Caixa Agrícola n.º de 2018
		69.1.1.2.4	BPI
68.1.1.2.1.53	JUROS-EMPRÉSTIMO M.L.P. (61 317,00 EUROS)-B.P.I.	69.1.1.2.4.01	Empréstimo BPI - Polidesp. Nº 3572936830027 - Excepcionados
68.1.1.2.2	Emprestimo por obrigacoes	69.1.1.3	Empréstimos por obrigações
68.1.1.2.3	Outros emprestimos obtidos	69.1.1.9	Outros
		69.1.2	Juros de locação financeira e concessões
		69.1.2.1	Terrenos
		69.1.2.1.1	Caixa Leasing e Factoring
68.1.2.2.13	JUROS CONTRATO Nº 310978 (CX LEAS FACT)-LOTE 7/	69.1.2.1.1.01	Contrato Nº. 310978 Lote 7/8
68.1.2.2.14	JUROS CONTRATO Nº 314769 (CX LEAS FACT)-LOTE 9/	69.1.2.1.1.02	Contrato Nº. 314769 - Lote 9 e 10
68.1.2.2.15	JUROS CONT. N. 315514 (CX LEAS FACT)-LOTE 11/12/1	69.1.2.1.1.03	Contrato Nº. 315514 - Lote 11, 12, 13
		69.1.2.1.2	BPI
68.1.2.2.16	JUROS DO CONTRATO Nº 20002073 (BPI) - LOTE 22/2/	69.1.2.1.2.01	Contrato Nº 20002073 - Lote 22 e 23
68.1.2.2.17	JUROS DO CONTRATO Nº 20002218 (BPI) - LOTE 5/6	69.1.2.1.2.02	Contrato Nº 20002218 - Lote 5 e 6
68.1.2.2.18	JUROS DO DONTRATO Nº 20002315 (BPI) - LOTE 4/16	69.1.2.1.2.03	Contrato Nº 20002315 - Lote 4 e 16
68.1.2.2.19	JUROS DO CONTRATO Nº 20002319 (BPI) - LOTE 14/1	69.1.2.1.2.04	Contrato Nº 20002319 - Lote 14 e 15
		69.1.2.2	Habitações
		69.1.2.3	Edifícios
		69.1.2.4	Construções diversas
		69.1.2.5	Viaturas e outro material de transporte
		69.1.2.6	Material de informática
		69.1.2.7	Maquinaria e equipamento
		69.1.2.7.1	Caixa Leasing e Factoring
68.1.2.2.01	JUROS CLF - CONTRATO LOCAÇÃO Nº 100078610 (RE	69.1.2.7.1.01	Contrato 100078610 - Retroscavadoras
		69.1.2.8	Recursos militares
		69.1.2.9	Outros investimentos
		69.1.3	Juros tributários
68.8.4	Juros indemnizatórios	69.1.3.1	Indemnizatórios
68.8.3	Juros de mora	69.1.3.2	Juros de mora
		69.1.3.9	Outros
		69.1.8	Outros juros
		69.1.8.1	Remuneração de depósitos no Tesouro
		69.1.8.2	Valor temporal do dinheiro
		69.1.8.9	Outros
		69.1.8.9.1	Juros debitados por empresas de Factoring
		69.2	Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento
68.5	Diferencas de cambio desfavoraveis	69.2.1	Relativas a financiamentos obtidos
		69.2.9	Outras
		69.8	Outros gastos de financiamento
68.8.1	Servicos bancarios	69.8.1	Relativos a financiamentos obtidos
68.8.6	COMISSÕES DE GESTÃO BANCÁRIA	69.8.9	Outros
68.8.8	Outros nao expecificados	69.8.9	Outros

Figura 8- Classe 6 Gastos

		70	Impostos, contribuições e taxas
		70.1	Impostos diretos
		70.1.01	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
		70.1.02	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas
72.1.2.4	DERRAMA	70.1.03	Derrama
		70.1.04	Imposto do selo sobre sucessões e doações
72.1.2.1	Imposto Municipal sobre IMOVEIS - IMI	70.1.05	Imposto municipal sobre imóveis
72.5.6.1	IMI - Imposto Municipal Imóveis	70.1.05	Imposto municipal sobre imóveis
		70.1.06	Imposto único de circulação
		70.1.06.01	Empresas
72.1.2.2	Imposto único de circulação	70.1.06.02	Famílias
72.5.6.3	IUC - REEMBOLSO IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	70.1.06.02	Famílias
		70.1.07	Imposto do uso, porte e detenção de armas
		70.1.99	Outros
		70.1.99.01	Impostos Abolidos
72.1.2.7.01	Contribuição autarquica	70.1.99.01.01	Contribuição Autárquica (CA)
72.5.6.4	REEMBOLSO CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA	70.1.99.01.01	Contribuição Autárquica (CA)
72.1.2.7.03	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEICULOS	70.1.99.01.02	Impostos Municipal sobre Veiculos (IMV)
72.1.2.7.09	OUTROS	70.1.99.01.09	Outros
		70.1.99.09	Outros
72.6.2	Anulações de impostos diretos	70.1.99.09.99	Outros impostos diretos não especificos anteriormente
		70.2	Impostos indiretos
		70.2.01	Imposto sobre produtos petrolíferos
		70.2.02	Imposto sobre valor acrescentado
		70.2.03	Imposto sobre veiculos
		70.2.04	Imposto de consumo sobre o tabaco
		70.2.05	Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas

		70.2.06	Lotarias, apostas mútuas e imposto do jogo
		70.2.07	Imposto do selo
		70.2.08	Impostos indiretos específicos das autarquias locais
72.2.2.6.01	MERCADOS E FEIRAS	70.2.08.01	Mercados e Feiras
72.5.1.2	mercados e feiras	70.2.08.01	Mercados e Feiras
		70.2.08.02	Loteamentos e Obras
72.2.2.6.02.02	VISTORIAS	70.2.08.02.01	Vistorias
72.2.2.6.02.03	LICENÇA DE CONSTRUÇÃO	70.2.08.02.02	Licença de construção
		70.2.08.02.03	Taxa de Urbanização - Loteamentos
72.2.2.6.02.01	TAXA DE URBANIZAÇÃO	70.2.08.02.04	Taxa de Urbanização - Obras
		70.2.08.02.05	Taxa apreciação emissão certidões/outros pedidos(obras/lot.)
72.2.2.6.02.04	LICENÇA DE UTILIZAÇÃO	70.2.08.02.06	Taxa de Utilização - Estabelecimentos Diversos
72.2.9.1	Licença de utilização p/estab.diversos	70.2.08.02.06	Taxa de Utilização - Estabelecimentos Diversos
72.2.2.6.02.06	TAXA DE COMPENSAÇÃO	70.2.08.02.07	Taxa de compensação
72.2.2.6.02.99	OUTRAS	70.2.08.02.99	Outras
		70.2.08.03	Ocupação da Via Pública
72.2.2.6.03.01	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA (OBRAS)	70.2.08.03.01	Ocupação da Via Pública (Obras)
72.2.2.6.03.02	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA (VENDEDORES AMBULANTES)	70.2.08.03.02	Ocupação da Via Pública (Vendedores Ambulantes)
72.2.2.6.03.03	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA (TOLDES E SIMILARES)	70.2.08.03.03	Ocupação da Via Pública (Toldes e Similares)
72.2.2.6.03.99	OCUPAÇÃO O DA VIA PÚBLICA (OUTROS)	70.2.08.03.99	Ocupação da Via Pública (Outros)
72.2.2.6.04	CANÍDEOS E GATÍDEOS	70.2.08.04	Canídeos
72.2.2.6.05	PUBLICIDADE	70.2.08.05	Publicidade
72.2.2.6.06	SANEAMENTO	70.2.08.06	Saneamento
72.2.5	LIGAÇÃO DE ESGOTOS	70.2.08.06	Saneamento
72.2.2.6.07	UTILIZAÇÃO REDE VIÁRIA MUNICIPAL	70.2.08.07	Utilização da Rede Viária Municipal
72.2.2.6.08	ARRENDAMENTO URBANO	70.2.08.08	Arrendamento Urbano
72.2.2.6.09.01	TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)	70.2.08.09	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)
72.2.2.6.09.02	TAXA DE DEPÓSITO DE FICHA TÉCNICA DE HABITAÇÃO (TDFTH)	70.2.08.10	Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação (TDFTH)
72.2.2.6.09.03	IMPOSTO SOBRE RUÍDO	70.2.08.11	Imposto sobre o Ruído
		70.2.08.12	Taxa Turística
		70.2.08.13	Taxa de Gestão de Resíduos
		70.2.08.99	Outros
		70.2.08.99	Outros
		70.2.08.99	Outros
72.2.8	AFERIÇÃO	70.2.08.99.01	Controlo Metroológico
71.2.9.2		70.2.08.99.01	Controlo Metroológico
72.2.9.2	VISTORIAS P/ESTABELECIMENTOS DIVERSOS	70.2.08.99.02	Vistorias para estabelecimentos Diversos
72.2.9.3	Vistorias em recintos para espetáculos	70.2.08.99.02	Vistorias para estabelecimentos Diversos
72.2.9.5	Exploração de máquinas de diversos	70.2.08.99.03	Exploração de Máquinas de Diversão
72.2.9.9.05	Licenças acidentais de recintos p/espectáculos-Emp	70.2.08.99.04	Licenças acidentais de recintos p/espectáculos-Emp
72.2.9.9.09	Licenças acidentais de recintos p/espectáculos	70.2.08.99.04	Licenças acidentais de recintos p/espectáculos-Emp
		70.2.08.99.05	Renovação e 2.ª Via Carta de Condução
		70.2.08.99.06	Taxa de Secretaria
72.2.9.9.10	Certidões e Fotocópias	70.2.08.99.07	Certidões e Fotocópias
		70.2.08.99.08	Averbamento de Documentos
		70.2.08.99.09	Atribuição do Número de Polícia
		70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.2.6.09.99	OUTROS	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.6	LIGAÇÃO DE ÁGUA	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.7	REAFERIÇÃO DE CONTADOR DE ÁGUA	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.4	Vistorias veículos feirantes/vendedores ambulantes	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.6	Licenciamento de viaturas p/transporte animais	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.7	Licenças de Táxis	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.8	IVA-actividades turísticas	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.9.01	Colocação, reafério e Trespasse de contadores de	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.9.02	Contratos de empreitada	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.9.04	Renovação de licenças-Empresas	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.9.06	Taxa de ligação de Rua - Empresas	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.9.07	Concessão de horários p/estabelecimentos	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.9.08	Licenças para efectuar queimadas-Empresas	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
		70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.9.11	Emolumentos Notariais	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.2.9.9.99	Outros impostos indirectos - Empresas	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.5.1.1	iva/actividades turísticas	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
72.5.1.3	Iva - reembolso	70.2.08.99.99	Outros Impostos indiretos não especificadas nas anteriores
		70.2.09	Impostos indiretos específicos das regiões autónomas
72.1.2.3	Imp. municipal s/transações onerosas imóveis-IMT	70.2.10	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis
72.5.6.2	IMT - Imposto Municipal S/ Transmissões Onerosas	70.2.10	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis
		70.2.11	Contribuição do serviço rodoviário
		70.2.12	Contribuição do audiovisual
		70.2.13	Contribuição sobre o setor bancário
		70.2.14	Contribuição sobre o setor energético
		70.2.99	Outros
		70.2.99.01	Impostos Abolidos
72.1.2.7.02	Imposto municipal de sisa	70.2.99.01.01	Impostos Municipal de SISA
		70.2.99.09	Outros
		70.3	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde
		70.3.01	Sistemas de proteção social
		70.3.01.01	Quotizações dos trabalhadores
		70.3.01.02	Contribuições do empregador
		70.3.01.03	Contribuições de trabalhadores independentes
		70.3.01.04	Contribuições de inscrição facultativa
		70.3.01.09	Outras
		70.3.02	Subsistemas de saúde
		70.3.02.01	Quotizações dos trabalhadores
		70.3.02.02	Contribuições da entidade empregadora pública
		70.3.09	Outras contribuições
		70.4	Taxas, multas e outras penalidades
		70.4.01	Taxas
72.6.9.3	Taxa de Justiça	70.4.01.01	Taxas de justiça
		70.4.01.02	Taxas de registo de notariado
		70.4.01.03	Taxas de registo predial
		70.4.01.04	Taxas de registo civil
		70.4.01.05	Taxas de registo comercial
		70.4.01.06	Taxas florestais e ambientais
		70.4.01.07	Taxas vinícolas
		70.4.01.08	Taxas moderadoras
		70.4.01.09	Taxas sobre espetáculos e divertimentos
		70.4.01.10	Taxas sobre energia
		70.4.01.11	Taxas sobre geologia e minas

		70.4.01.12	Taxas sobre comercialização e abate de gado
		70.4.01.13	Taxas de portos
		70.4.01.14	Taxas sobre operações de bolsa
		70.4.01.15	Taxas sobre controlo metrológico e de qualidade
		70.4.01.16	Taxas sobre fiscalização de atividades comerciais e industriais
		70.4.01.17	Taxas sobre licenciamentos diversos concedidos a empresas
		70.4.01.18	Taxas sobre o valor de adjudicação de obras públicas
		70.4.01.19	Adicionais
		70.4.01.20	Emolumentos
		70.4.01.21	Portagens
		70.4.01.22	Propinas
		70.4.01.23	Taxas de supervisão e regulação
		70.4.01.99	Outras
		70.4.02	Taxas específicas das regiões autónomas
		70.4.03	Taxas específicas das autarquias locais
72.4.1	MERCADOS E FEIRAS	70.4.03.01	Mercados e feiras
		70.4.03.02	Loteamentos e obras
72.4.2.1.3	VISTORIAS	70.4.03.02.01	Vistorias
72.4.2.2.4	VISTORIAS	70.4.03.02.01	Vistorias
72.4.2.2.2	TAXA DE CONSTRUÇÃO	70.4.03.02.02	Taxa de construção
72.4.2.1.1	TAXA DE URBANIZAÇÃO	70.4.03.02.03	Taxa de Urbanização - Loteamentos
72.5.2.2	RESTITUIÇÕES TAXAS DE LICENCIAMENTO DE URBAN	70.4.03.02.03	Taxa de Urbanização - Loteamentos
72.4.2.2.1	TAXA DE URBANIZAÇÃO	70.4.03.02.04	Taxa de Urbanização - Obras
72.4.2.2.06	Taxa apreciação emissão certidos/outros pedidos(o	70.4.03.02.05	Taxa apreciação emissão certidos/outros pedidos(obras/lot.)
72.4.2.2.3	TAXA DE UTILIZAÇÃO	70.4.03.02.06	Taxa de Utilização - Estabelecimentos Diversos
72.4.9.1	LICENÇAS DE UTILIZAÇÃO P/ESTABEL. DIVERSOS	70.4.03.02.06	Taxa de Utilização - Estabelecimentos Diversos
72.4.2.1.2	TAXA DE COMPENSAÇÃO	70.4.03.02.07	Taxa de compensação
72.4.2.2.5	Taxa de Compensação	70.4.03.02.07	Taxa de compensação
72.4.2.2.6	Obras no cemitério municipal	70.4.03.02.08	Obras no Cemitério Municipal
72.4.2.1.9	OUTRAS	70.4.03.02.99	Outras
72.4.2.2.9	Outras	70.4.03.02.99	Outras
		70.4.03.03	Ocupação da via pública
72.4.3.1	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA (OBRAS)	70.4.03.03.01	Ocupação da Via Pública (Obras)
72.4.3.2	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA (VENDEDORES AMBULA	70.4.03.03.02	Ocupação da Via Pública (Vendedores Ambulantes)
72.4.3.3	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA (TOLDOS E SIMILARES)	70.4.03.03.03	Ocupação da Via Pública (Toldes e Similares)
72.4.3.4	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA (QUIOSQUES)	70.4.03.03.99	Ocupação da Via Pública (Outros)
72.4.3.9	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA (OUTROS)	70.4.03.03.99	Ocupação da Via Pública (Outros)
		70.4.03.04	Animais
		70.4.03.04.01	Recolha e abate de animais
		70.4.03.05	Caça e pesca
		70.4.03.05.01	Caça
		70.4.03.05.01.01	Carta de Caçador
72.4.5.1.1	TAXA DE EXAME	70.4.03.05.01.01.01	Taxa de Exame - Carta Caçador
72.4.5.1.2	TAXA DE CONCESSAO	70.4.03.05.01.01.02	Taxa de Concessão - Carta Caçador
72.4.5.1.3	RENOVAÇÃO DENTRO DO PRAZO	70.4.03.05.01.01.03	Renovação da Carta Caçador - Dentro do Prazo
72.4.5.1.4	RENOVAÇÃO FORA DO PRAZO	70.4.03.05.01.01.04	Renovação da Carta Caçador - Fora do Prazo
72.4.5.1.06	2ª VIA DE CARTAS DE CAÇADOR	70.4.03.05.01.01.05	2.ª Via Carta de Caçador
		70.4.03.05.01.02	Licença de Caça
72.4.5.2.01.01	LICENÇA DE CAÇA - CLASSE A - RESID./PROPRIETAR./	70.4.03.05.01.02.01	Licença de Caça - Classe A - Resid./Proprietários/Arr.
72.4.5.2.01.02	LICENÇA DE CAÇA - CLASSE C - RESID. FORA CONCEL	70.4.03.05.01.02.02	Licença de Caça - Classe C - Resid. Fora Concelho
72.4.5.2.01.03	LICENÇA DE CAÇA - MONTARIAS E BATIDAS	70.4.03.05.01.02.03	Licença de Caça - Montarias e Batidas
		70.4.03.05.02	Pesca
72.4.9.9.16	LICENÇA DA PESCA	70.4.03.05.02.01	Licença de Pesca
		70.4.03.06	Saneamento
		70.4.03.07	Arrendamento urbano
72.4.9.9.06	Taxa Municipal dos Direitos de Passagem	70.4.03.08	Taxa municipal de direitos de passagem
72.4.9.9.04	Taxa sobre o ruído	70.4.03.09	Taxa sobre o ruído
		70.4.03.10	Licença sobre o ruído
		70.4.03.99	Outras
		70.4.03.99.01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação (TDFTH)
		70.4.03.99.02	Taxa pela Emissão do Certificado de Registo
72.4.2.3.90.04	TAXA DE GESTÃO DE RESIDUOS	70.4.03.99.03	Taxa de Gestão de Resíduos
72.4.2.3.90.05	TAXA DE PROTEÇÃO CIVIL	70.4.03.99.04	Taxa de Proteção Civil
72.4.2.3.90.06	TAXA TURISTICA	70.4.03.99.05	Taxa Turística
		70.4.03.99.99	Outras
		70.4.03.99.99.01	Taxa Controlo Metrológico
72.4.9.2	VISTORIAS P/ESTABELECIMENTOS DIVERSOS	70.4.03.99.99.02	Vistorias para estabelecimentos Diversos
72.4.9.3	VISTORIAS EM RECINTOS PARA ESPECTACULOS	70.4.03.99.99.02	Vistorias para estabelecimentos Diversos
		70.4.03.99.99.03	Exploração de Máquinas de Diversão
72.4.9.9.08	Licenças acidentais de recintos para espetáculos	70.4.03.99.99.04	Licenças acidentais de recintos p/espetáculos
		70.4.03.99.99.05	Licença - Publicidade
72.4.4.3	2ª VIAS(LIVRETE, CHAPAS E CARTA DE CONDUÇÃO)	70.4.03.99.99.06	Renovação e 2.ª Via Carta de Condução
72.4.4.4	RENOVAÇÃO DA CARTA DE CONDUÇÃO DE VELOCID	70.4.03.99.99.06	Renovação e 2.ª Via Carta de Condução
72.4.8	TAXAS DE SECRETARIA	70.4.03.99.99.07	Taxa de Secretaria
72.4.9.9.11	Certidos e Fotocópias	70.4.03.99.99.08	Certidos e Fotocópias
71.2.9.7	REPRODUÇÃO DE ELEMENTOS DE EXCLUSIVA POSSE	70.4.03.99.99.08	Certidos e Fotocópias
72.4.9.9.12	2ª via e averbamento de documentos	70.4.03.99.99.09	Averbamento de Documentos
72.4.9.9.14	Registo de Cidadãos da União Europeia	70.4.03.99.99.10	Registo de Cidadãos da União Europeia
72.4.9.9.15	ATRIBUIÇÃO DE N.º DE POLICIA	70.4.03.99.99.11	Atribuição do Número de Polícia
72.4.4.1	REGISTO DE VELOCIPEDES	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.4.2	TRANSFERENCIA DE VELOCIPEDES	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.4.5	LICENÇA DE CONDUÇÃO DE VELOCIPEDES	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.4.9	OUTRAS RECEITAS DE VELOCIPEDES	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.5.1.5	Armas - Taxas do Dec.Lei N.º 37313	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.5.1.9	OUTRAS	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.5.2.1	LICENÇA NACIONAL DE CAÇA	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.5.2.2	LICENÇA REGIONAL DE CAÇA	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.5.2.3	LICENÇA/PATOS	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.5.2.9	OUTRAS	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.5.3.1	LICENÇA DE USO E PORTE DE ARMA	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.5.3.2	TROCA/VENDA/CEDANÇIA DE ARMAS	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.5.3.3	CARTÃO	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.5.3.9	OUTRAS	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.6	TAXA DE LIGAÇÃO DE ESGOTOS	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.7	TAXA DE LIGAÇÃO DE ÁGUA	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.4	EMOLUMENTOS DO NOTÁRIO PRIVATIVO	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.5	CUSTAS EM PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL-JUIZ	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.6	CUSTAS EM PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL-ESCR	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.9.99	Outras taxas não especificadas	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.9.01	Colocação, reafirmação e trespasse de contadores de	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores

72.4.9.9.02	Reafirmação de contadores de água	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.9.03	Recolha e abate de animais	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.9.05	Licença para transporte de animais	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.9.07	Renovação de licenças-Empresas	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.9.09	Licenças para efectuar queimadas	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.9.10	Concessões de horários para estabelecimentos	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.4.9.9.13	Emolumentos Notariais	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.5.2.1	Licenciamento de veículos agrícolas	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.6.3.1	Taxa de ligação de água	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.6.3.2	licença de uso e porte de arma	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.6.3.3	renovação de carta de condução	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
72.6.3.9	Outros impostos indirectos e outras taxas	70.4.03.99.99.99	Outras Taxas não especificadas nas anteriores
		70.4.04	Multas e outras penalidades
79.5.2	Juros de mora	70.4.04.1	Juros de mora
79.5.5	JUROS COMPENSATORIOS	70.4.04.2	Juros compensatórios
79.5.1	Multas	70.4.04.3	Multas e coimas por infrações ao Código da Estrada e legislação afim
		70.4.04.4	Coimas e penalidades por contraordenações
79.5.3	Taxas de relaxe	70.4.04.9	Outras multas e penalidades
79.5.9	OUTRAS PENALIDADES	70.4.04.9	Outras multas e penalidades
		71	Vendas
		71.1	Mercadorias
71.1.1.1	Habitacao social	71.1.01	Habituação Social
		71.1.02	Água
		71.1.03	Eletricidade
		71.1.04	Inertes
		71.1.09	Outras mercadorias
71.1.1.2	VENDA DE MERCADORIA - MERCHANDISING - ALUSIV	71.1.09.1	Venda de Mercadoria - Merchandising - Alusivo às Camélias
71.1.1.9	VENDA DE DIVERSAS MERCADORIAS	71.1.09.9	Venda de Diversas Mercadorias
		71.2	Produtos acabados e intermédios
		71.2.01	Produtos agrícolas e pecuários
		71.2.02	Produtos alimentares e bebidas
71.1.4.1	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TECNICA	71.2.03	Livros e documentação técnica
71.1.4.2	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	71.2.04	Publicações e impressos
		71.2.05	Material de escritório
		71.2.06	Fardamentos e artigos pessoais
		71.2.07	Bens inutilizados
		71.2.08	Matérias de consumo
		71.2.99	Outros
71.1.2.3	Habitacao social	71.2.99.1	Habituação Social
		71.2.99.2	Água
71.1.2.1	Água	71.2.99.2.01	Venda de Água
71.5.1	ÁGUA	71.2.99.2.01	Venda de Água
72.5.4.1	Água	71.2.99.2.01	Venda de Água
72.6.1.1.2.1	De Água	71.2.99.2.01	Venda de Água
71.1.2.2	ELECTRICIDADE	71.2.99.3	Eletricidade
71.1.2.4	INERTES	71.2.99.4	Inertes
		71.2.99.9	Outros produtos
		71.2.99.9.01	Venda de Lotes
71.1.2.5	VENDA DE LOTES DE ZONAS INDUSTRIAIS/ COMERCIAIS	71.2.99.9.01.01	Venda de Lotes de Zonas Industriais/ Comerciais
71.1.2.6	Venda de lotes para construção	71.2.99.9.01.02	Venda de lotes para Construção
71.1.2.7	LOJAS	71.2.99.9.02	Venda de Lojas
71.1.4.3	VENDA ARTIGOS - NUCLEO INTERPRETATIVO DO CAS	71.2.99.9.03	Venda de Artigos - Núcleo Interpretativo do Castelo de Arnoia
71.1.4.4	VENDA ARTIGOS - LOJA INTERATIVA DO TURISMO	71.2.99.9.04	Venda de Artigos - Loja Interativa de Turismo
71.1.4.7	VENDA ARTIGOS - FORUM GANDARELA	71.2.99.9.05	Venda de Artigos - Fórum Gandarela
71.1.5	Iva das vendas com imposto incluído	71.2.99.9.98	Iva das vendas com imposto incluído
		71.2.99.9.99	Águas do Norte
71.1.2.8	AGUA - ÁGUAS NORTE	71.2.99.9.99.01	Água - Águas do Norte
71.1.4.5	CEDECIA DE COMBUSTIVEIS	71.2.99.9.99.02	Cedência de Combustíveis
71.1.4.6	CEDECIA DE MATERIAL DE AGUAS E SANEAMENTO	71.2.99.9.99.03	Cedência de Material de Águas e Saneamento
		71.3	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulgos
71.1.3.1	SUCATA	71.3.01	Sucata
		71.3.09	Outros
		71.3.09.1	Venda de Produtos Usados
71.1.3.2	VENDA DE ROUPA PARA RECICLAR	71.3.09.1.01	Venda de Roupa para Reciclar
71.1.3.4	VENDA DE VELAS USADAS	71.3.09.1.02	Venda de Velas para Reciclar
71.1.3.9	Venda de resíduos para reciclagem	71.3.09.1.03	Venda de Óleo para reciclar
71.1.3.9	OUTROS	71.3.09.9	Outros
		71.4	Ativos biológicos
		71.7	Devoluções de vendas
71.1.7.6	DEVOLUÇÕES - LOTES	71.7.01	Devolução - Lotes
71.1.7.1	AGUA	71.7.99	Água
71.1.8	Descontos e abatimentos em vendas	71.8	Descontos e abatimentos em vendas
		72	Prestações de serviços e concessões
		72.01	Serviços específicos do setor da saúde
		72.02	Serviços específicos do setor da educação
		72.03	Serviços específicos das autarquias locais
		72.03.01	Saneamento
71.2.7.1	LIGAÇÃO DE ESGOTOS	72.03.01.1	Ligação de Esgotos
71.2.7.2	SANEAMENTO - TAXA VARIÁVEL	72.03.01.2	Saneamento - Taxa Variável
71.5.2	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES - SANEAMENTO	72.03.01.2	Saneamento - Taxa Variável
72.6.1.2.03	SANEAMENTO	72.03.01.2	Saneamento - Taxa Variável
71.2.7.4	SANEAMENTO - TAXA CONSERV. REDE - TAXA DISPONIBILIDADE	72.03.01.3	Saneamento - Taxa Conserv. Rede - Taxa Disponibilidade
72.6.1.2.1	Conservação da rede de esgotos	72.03.01.3	Saneamento - Taxa Conserv. Rede - Taxa Disponibilidade
		72.03.02	Resíduos Sólidos
71.2.8	RESIDUOS SÓLIDOS	72.03.02.1	Recolha de Resíduos Sólidos
71.5.3	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES - LIXO	72.03.02.1	Recolha de Resíduos Sólidos
		72.03.03	Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias
		72.03.03.1	Transportes efetuados pelos Bombeiros ou Ambulâncias
71.2.2.1	TRANSPORTES ESCOLARES	72.03.03.2	Transportes Escolares
72.6.1.2.2	Transportes escolares	72.03.03.2	Transportes Escolares
71.2.2.9	OUTROS TRANSPORTES	72.03.03.3	Transporte de Pessoas e Mercadorias
		72.03.03.9	Outros
		72.03.04	Trabalhos por Conta de Particulares
71.2.1.1	CONSTRUÇÃO DE RAMAIS DE ÁGUA	72.03.04.6	Construção de Ramais de Água e Saneamento
71.2.1.2	CONSTRUÇÃO DE RAMAIS DE SANEAMENTO	72.03.04.6	Construção de Ramais de Água e Saneamento
71.2.1.4	REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO	72.03.04.7	Reparações de Equipamento
71.2.1.5	EXECUÇÃO LIMPEZA FAIXA DE GESTÃO COMBUSTÍVEIS	72.03.04.8	Execução Limpeza Faixa de Gestão Combustíveis
71.2.1.9	OUTRAS	72.03.04.9	Outros
71.2.1.3	Encargos de cobrança de receitas	72.03.04.9	Outros
		72.03.05	Cemitérios

71.2.4.1	INUMAÇÕES E EXUMAÇÕES	72.03.05.1	Inumações e Exumações
71.2.4.9	OUTRAS	72.03.05.9	Outros
71.2.6	MERCADOS E FEIRAS	72.03.06	Mercados e Feiras
		72.03.07	Parques de Estacionamento
		72.03.08	Parques de Campismo
71.2.3.4	ESTADIAS PARQUE CAMPISMO	72.03.08.1	Estadias Parque de Campismo
71.2.5.5	SERVIÇO BAR - PARQUE CAMPISMO	72.03.08.2	Bar Parque de Campismo
71.2.5.7	JOGO SNOOKER/ BILHAR - PARQUE CAMPISMO	72.03.08.3	Jogo Snooker/Bilhar Parque de Campismo
		72.03.09	Serviços Sociais
		72.03.09.1	Senhas de refeições escolares
71.2.2.2.1	REFEIÇÕES ESCOLARES - CENTRO ESCOLAR VILA CELO	72.03.09.1.01	Refeições Escolares - Centro Escolar Vila Celorico
71.2.2.2.2	REFEIÇÕES ESCOLARES - CENTRO ESCOLAR MOTA	72.03.09.1.02	Refeições Escolares - Centro Escolar da Mota
71.2.2.2.3	REFEIÇÕES ESCOLARES - CENTRO ESCOLAR FERMIL	72.03.09.1.03	Refeições Escolares - Centro Escolar de Fermil
71.2.2.2.4	REFEIÇÕES ESCOLARES - CENTRO ESCOLAR GANDARE	72.03.09.1.04	Refeições Escolares - Centro Escolar de Gandarela
		72.03.09.1.05	Refeições Escolares - Jardins de Infância
71.2.2.2.5	REFEIÇÕES ESCOLARES - PR/-ESC. TAXA ADICIONAL P	72.03.09.1.06	Refeições Escolares - Pré-Escolar Taxa Adicional por Incumprimento
71.2.2.2.9	REFEIÇÕES ESCOLARES - 1º CICLO- TAXA ADICIONAL I	72.03.09.1.07	Refeições Escolares - 1.º Ciclo Taxa Adicional por Incumprimento
71.2.2.2.6	REFEIÇÕES ESCOLARES - PROFESSORES/ FUNCION#R	72.03.09.1.08	Refeições Escolares - Professores/Funcionários
71.2.2.3	PROLONGAMENTO HORÁRIO	72.03.09.2	Atividades tempos livre, jardins de infância e creches
		72.03.09.3	Habitação Social
		72.03.09.9	Outros serviços sociais
		72.03.10	Serviços Recreativos
		72.03.10.1	Turismos Senior
		72.03.10.9	Outros serviços recreativos
		72.03.11	Serviços Culturais
		72.03.12	Serviços Desporto
		72.03.99	Outros
		72.04	Serviços específicos de outros setores
		72.05	Concessões
		72.05.01	Serviços de saúde
		72.05.02	Infraestruturas de transportes e parques de estacionamento
		72.05.03	Serviços de transporte
		72.05.04	Serviços de alojamento e de restauração
		72.05.05	Espaços de desporto, cultura e lazer
		72.05.06	Serviço de fornecimento de água
		72.05.07	Serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos
		72.05.08	Tecnologias de informação e comunicação
		72.05.09	Ativos no subsolo
		72.05.99	Outros subcontratos ou concessões
		72.06	Vistorias e ensaios
		72.07	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria
		72.08	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto
		72.08.01	Alimentação e alojamento
		72.08.01.1	Estação de Celorico de Basto (Pousada da Juventude)
71.2.3.5	ESTADIAS Pousada da JUVENTUDE	72.08.01.1.01	Estadias - Estação de Celorico de Basto (Pousada da Juventude)
71.2.5.6	SERVIÇO BAR - Pousada da JUVENTUDE	72.08.01.1.02	Serviço Bar - Estação de Celorico de Basto (Pousada da Juventude)
71.2.2.4.1	REFEIÇÕES DIVERSAS	72.08.01.2	Refeições - Diversas
71.2.2.2.7	REFEIÇÕES ESCOLARES - PR/-ESCOLAR	72.08.01.2	Refeições - Diversas
71.2.2.2.8	REFEIÇÕES ESCOLARES - 1º CICLO	72.08.01.2	Refeições - Diversas
		72.08.02	Piscinas
71.2.5.1	RECEITAS DA PISCINA MUNICIPAL COBERTA (VILA CE	72.08.02.1	Receitas da Piscina Municipal Coberta (Vila Celorico)
71.2.5.3	RECEITAS DA PISCINA MUNICIPAL DESCOBERTA/AR	72.08.02.2	Receitas da Piscina Municipal Descoberta/Ar Livre (Codessoso)
		72.08.02.3	Receitas da Piscina Municipal Descoberta/Ar Livre Vila Celorico (Britelo)
71.2.5.4	RECEITAS DA PISCINA MUNICIPAL DESCOBERTA/AR L	72.08.02.3.1	Receitas provenientes da utilização da Piscina
71.2.9.9.5	SERVIÇO BAR - PISCINA MUNICIPAL VILA CELORICO	72.08.02.3.2	Receitas provenientes do Bar da Piscina
		72.08.03	Recintos desportivos
71.2.5.2	RECEITAS DO GRANDE CAMPO DE JOGOS	72.08.03.1	Grande Campo de Jogos
		72.08.04	Museus e bibliotecas
71.2.5.9	OUTRAS INSTALAÇÕES	72.08.09	Outros
		72.09	Transporte de doentes
		72.10	Serviços laboratoriais
		72.11	Aluguer de equipamentos
71.2.3.2	CEDENCIA UTILIZAÇÃO VIATURAS/MAQUINAS/FERR	72.11.08	Cedência Utilização Viaturas/Máquinas/Ferramentas
71.2.3.1	RENDAS E ALUGUERES - DIVERSAS	72.11.09	Outros - Aluguer de equipamentos
72.6.1.2.9.1	Aluguer de Contador	72.11.09	Outros - Aluguer de equipamentos
		72.12	Arrendamento
		72.13	Reparações
		72.14	Subsistemas de saúde facultativos
		72.99	Outros serviços
		72.99.01	Aluguer de Espaços
71.2.3.3	CEDENCIA UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAM	72.99.01.9	Cedência Utilização de Instalações e Equipamentos Administrativos
		72.99.02	Atividades de Saúde
		72.99.09	Outros
		72.99.09.1	Outras Prestações de serviços
71.2.9.1	CHAMADAS TELEFÓNICAS	72.99.09.1.01	Comunicações Móveis
71.2.9.9.1	SERVIÇOS SIPOL - IMT	72.99.09.1.02	Serviço SIPOL - IMT
		72.99.09.1.98	Prestações de Serviço - Águas do Norte
71.2.9.9.4	ELETRICIDADE - ABASTECIMENTO DE AGUA	72.99.09.1.98.01	Eletricidade - Abastecimento de Água
71.2.9.9.8	ANALISES DE ÁGUA	72.99.09.1.98.02	Análises de Água
71.2.9.9.3	IMPUTAÇÃO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVI	72.99.09.1.98.03	Imputação de Seguro de Responsabilidade Civil
71.2.9.9.2	REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS	72.99.09.1.98.04	Reposição e Pavimentos
71.2.9.9.6	ELABORAÇÃO DE PROJETOS TECNICOS	72.99.09.1.98.05	Elaboração de Projetos Técnicos
71.2.7.3	ÁGUA - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEN	72.99.09.1.98.06	Conservação e Manutenção dos Sistemas
71.2.9.9.9	DIVERSOS	72.99.09.1.99	Prestações de Serviços Diversas
71.2.9.8	SERVIÇOS DA ÁREA DO DESPORTO/ SOCIAL/ CULTUR	72.99.09.1.99	Prestações de Serviços Diversas
71.2.9.9.7	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS - ARTES PROMOCIONAIS	72.99.09.1.99	Prestações de Serviços Diversas
71.2.9.3	CUSTAS EM PROCESSOS EXECUÇÃO FISCAL-JUIZ	72.99.09.1.99	Prestações de Serviços Diversas
71.2.9.4	CUSTAS EM PROCESSOS EXECUÇÃO FISCAL-ESCRIV	72.99.09.1.99	Prestações de Serviços Diversas
71.2.9.5	ARTES DE FORMAÇÃO	72.99.09.1.99	Prestações de Serviços Diversas
71.2.9.6	CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	72.99.09.1.99	Prestações de Serviços Diversas
72.5.5	Prestação de serviços	72.99.09.1.99	Prestações de Serviços Diversas
		73	Variações nos inventários da produção
		73.1	Produtos acabados e intermédios
		73.2	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
		73.3	Produtos e trabalhos em curso
		73.4	Ativos biológicos
		74	Trabalhos para a própria entidade
75.2	Imobilizacoes corporeas	74.1	Ativos fixos tangíveis
75.4	Imobilizacoes em curso	74.1	Ativos fixos tangíveis
75.5	Bens de dominio publico	74.1	Ativos fixos tangíveis

75.3	Imobilizações incorpóreas	74.2	Ativos intangíveis
75.1	Investimentos financeiros	74.3	Propriedades de investimento
75.6	Custos diferidos	74.4	Ativos por gastos diferidos
		75	Transferências e subsídios correntes obtidos
		75.1	Transferências correntes
		75.1.1	Administrações Públicas
		75.1.1.1	Estado
		75.1.1.1.1	Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)
		75.1.1.1.2	Artigo 38.º, n.º 8 da Lei n.º 73/2013
74.2.1.1.1.01	Fundo de Equilíbrio financeiro	75.1.1.1.3	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)
74.2.1.1.1.02	Fundo Social Municipal	75.1.1.1.4	Fundo Social Municipal (FSM)
74.2.1.1.1.03	Participação Fixa no IRS	75.1.1.1.5	Participação no IRS
		75.1.1.1.6	Transportes escolares
		75.1.1.1.9	Outras
		75.1.1.1.9.1	Educação
		75.1.1.1.9.1.01	Pré-Escolar
74.2.1.1.1.13	PROTOCOLO-PR/-ESCOLAR-AUXILIARES AÇÃO EDUC	75.1.1.1.9.1.01.01	Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa
74.2.1.1.1.18	PROTOCOLO - PR/-ESCOLAR - REFEIÇÕES	75.1.1.1.9.1.01.02	Pré-Escolar - Refeições
74.2.1.1.1.19	PROTOCOLO - P/-ESCOLAR - PROLONGAMENTO DE H	75.1.1.1.9.1.01.03	Pré-Escolar - Prolongamento de Horário
		75.1.1.1.9.1.02	1.º Ciclo
74.2.1.1.1.05	Protocolo-1º Ciclo-Activ. Enriquecimento Curricular	75.1.1.1.9.1.02.01	1.º Ciclo - Atividades de Enriquecimento Curricular
74.2.1.1.1.11	PROTOCOLO - 1º CICLO - REFEIÇÕES	75.1.1.1.9.1.02.02	1.º Ciclo - Refeições
74.2.1.1.1.04	Recenseamento eleitoral e eleitores	75.1.1.1.9.2	Recenseamento eleitoral e eleições
74.2.1.1.1.10	Programas Ocupacionais	75.1.1.1.9.3	Programas Ocupacionais
74.2.1.1.1.16	VERBA DESTINADA AOS CENSOS	75.1.1.1.9.4	Censos
		75.1.1.1.9.9	Outras
74.2.1.1.1.99	Outras Transferências do Orçamento do Estado	75.1.1.1.9.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
74.2.1.1.1.06	Cursos de Formação Profissional	75.1.1.1.9.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
74.2.1.1.1.07	Estágios Profissionais	75.1.1.1.9.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
74.2.1.1.1.08	Protocolo-Ensino Básico	75.1.1.1.9.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
74.2.1.1.1.09	Formação Profissional - Foral	75.1.1.1.9.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
74.2.1.1.1.12	PROTOCOLO-PRº-ESCOLAR-REFEIÇÕES E PROLONG.	75.1.1.1.9.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
74.2.1.1.1.15	SILVICULTURA-AGRIS - SUB-ACAÇÃO 3.4- INTERMUNI	75.1.1.1.9.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
74.2.1.1.1.17	FRUTA ESCOLAR	75.1.1.1.9.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
74.2.1.1.1.20	PROTOCOLO-PRº-ESCOLAR-REFEIÇÕES-VERBA ACER	75.1.1.1.9.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
		75.1.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		75.1.1.2.1	IHRU
		75.1.1.2.9	Outras
74.2.1.1.1.21	TRANSFERENCIAS INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS	75.1.1.2.9.1	IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
74.2.1.1.1.14	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE	75.1.1.2.9.2	Fundo Florestal Permanente
		75.1.1.3	Administração Local
		75.1.1.3.1	Associações de Municípios
		75.1.1.3.1.1	DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais
74.2.1.3.1.1.1	TRANSPORTES ESCOLARES 3º CICLO	75.1.1.3.1.1.99	Outras
74.2.1.3.1.1.9	OUTRAS	75.1.1.3.1.1.99	Outras
74.2.1.3.1.1.2	TRANSPORTES ESCOLARES 1º CICLO	75.1.1.3.1.1.99	Outras
		75.1.1.3.1.9	Outras Entidades
74.2.1.3.1.9.1	PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA REDE SOCIAL	75.1.1.3.1.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
74.2.1.3.1.9.2	PROGRAMA UNIVA	75.1.1.3.1.9.99	Outras não especificadas nas anteriores
		75.1.1.3.2	Municípios
		75.1.1.3.3	Serviços Municipalizados
		75.1.1.3.4	Associações de Freguesias
		75.1.1.3.5	Freguesias
74.2.5.1		75.1.1.3.6	Empresas Locais
		75.1.1.3.9	Outros
		75.1.1.4	Administração Regional
		75.1.1.4.1	RAA
		75.1.1.4.2	RAM
		75.1.1.5	Segurança Social
		75.1.1.9	Outras entidades
		75.1.2	Instituições sem fins lucrativos
		75.1.3	Famílias
		75.1.4	Resto do Mundo
		75.1.4.1	FEDER
		75.1.4.2	Fundo de Coesão
		75.1.4.3	Fundo Social Europeu
		75.1.4.3.1	PORTUGAL2020
74.3.3.1.7	POISE 2020 - PEPAL	75.1.4.3.1.1	POISE 2020 - PEPAL
		75.1.4.4	LEADER
		75.1.4.9	Outras
		75.1.5	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		75.1.9	Outras entidades
		75.2	Subsídios correntes
		75.2.1	Subsídio ao produto
		75.2.1.1	Administrações Públicas
		75.2.1.1.1	Estado
		75.2.1.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		75.2.1.1.3	Administração Local
		75.2.1.1.3.1	Associações de Municípios
		75.2.1.1.3.2	Municípios
		75.2.1.1.3.3	Serviços Municipalizados
		75.2.1.1.3.4	Associações de Freguesias
		75.2.1.1.3.5	Freguesias
		75.2.1.1.3.6	Empresas Locais
		75.2.1.1.3.9	Outros
		75.2.1.1.4	Administração Regional
		75.2.1.1.4.1	RAA
		75.2.1.1.4.2	RAM
		75.2.1.1.5	Segurança Social
		75.2.1.1.9	Outras entidades
		75.2.1.2	Instituições sem fins lucrativos
		75.2.1.3	Famílias
		75.2.1.4	Resto do Mundo
		75.2.1.5	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		75.2.1.9	Outras entidades
		75.2.2	Subsídio à produção
		75.2.2.1	Administrações Públicas
		75.2.2.1.1	Estado
		75.2.2.1.2	Serviços e Fundos Autónomos
		75.2.2.1.3	Administração Local

		75.2.2.1.3.1	Associações de Municípios
		75.2.2.1.3.2	Municípios
		75.2.2.1.3.3	Serviços Municipalizados
		75.2.2.1.3.4	Associações de Freguesias
		75.2.2.1.3.5	Freguesias
		75.2.2.1.3.6	Empresas Locais
		75.2.2.1.3.9	Outros
		75.2.2.1.4	Administração Regional
		75.2.2.1.4.1	RAA
		75.2.2.1.4.2	RAM
		75.2.2.1.5	Segurança Social
		75.2.2.1.9	Outras entidades
		75.2.2.2	Instituições sem fins lucrativos
		75.2.2.3	Famílias
		75.2.2.4	Resto do Mundo
		75.2.2.5	Sociedades e quase sociedades não financeiras
		75.2.2.9	Outras entidades
		76	Reversões
		76.1	De depreciações e de amortizações
		76.1.1	Propriedades de investimento
79.6.1	Amortizacoes	76.1.2	Ativos fixos tangíveis
		76.1.3	Ativos intangíveis
		76.1.4	Ativos biológicos
		76.2	De perdas por imparidade
		76.2.1	Em contas a receber
		76.2.1.0	Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados
		76.2.1.1	Clientes, contribuintes e utentes
		76.2.1.9	Outros devedores
		76.2.2	Em inventários
		76.2.3	Em investimentos financeiros
		76.2.4	Em propriedades de investimento
79.6.2	Provisoes	76.2.5	Em ativos fixos tangíveis
		76.2.6	Em ativos intangíveis
		76.2.7	Em investimentos em curso
		76.2.8	Em ativos não correntes detidos para venda
		76.2.9	Em outros ativos
		76.2.9.1	Outros ativos financeiros
		76.2.9.2	Ativos biológicos
		76.2.9.9	Outros
		76.3	De provisões
		76.3.1	Impostos, contribuições e juros de mora
		76.3.1.1	Impostos
		76.3.1.2	Contribuições
		76.3.1.3	Juros de mora
		76.3.2	Garantias a clientes
		76.3.3	Processos judiciais em curso
		76.3.4	Acidentes de trabalho e doenças profissionais
		76.3.5	Matérias ambientais
		76.3.6	Contratos onerosos
		76.3.7	Reestruturação
		76.3.9	Outras provisões
		77	Ganhos por aumentos de justo valor
		77.1	Em instrumentos financeiros
		77.2	Em investimentos financeiros
		77.3	Em propriedades de investimento
		77.4	Em ativos biológicos
		78	Outros rendimentos
		78.0	Outros rendimentos do Estado
		78.1	Rendimentos suplementares
73.1	Servicos sociais	78.1.1	Serviços sociais
		78.1.2	Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento
73.2.3	ALUGUER DO PAVILHÃO DA MOTA	78.1.2.1	Aluguer de Pavilhões
73.2.2	ALUGUER DE PAVILHÕES / STAND EM FEIRAS OU FESTAS	78.1.2.2	Aluguer de Stands em Feiras ou Festas
73.2.1	ALUGUER CONTADORES DE ÁGUA	78.1.2.9	Aluguer de Contadores da Água
73.4	Estudos, projectos e assistência tecnológica	78.1.3	Estudos, projetos e assistência tecnológica
73.5	Royalties	78.1.4	Royalties
		78.1.5	Desempenho de atividades noutras entidades
		78.1.9	Outros rendimentos suplementares
73.3.1	Material de escritório	78.1.9.1	Material de Escritório
73.3.2	Fardamentos e artigos pessoais	78.1.9.2	Fardamentos e Artigos Pessoais
73.3.3	Bens inutilizados	78.1.9.3	Bens Inutilizados
73.3.4	Produtos agrícolas e pecuários	78.1.9.4	Produtos Agrícolas e Pecuários
73.3.5	Produtos alimentares e bebidas	78.1.9.5	Produtos Alimentares e Bebidas
73.3.6	Materiais de consumo	78.1.9.6	Materiais de Consumo
73.8	Não especificados inerentes ao valor acrescentado	78.1.9.7	Não especificados inerentes ao valor acrescentado
		78.1.9.9	Outros
		78.1.9.9.01	Cedências
73.3.9.1	Cedência de uso de sepulturas no cemitério	78.1.9.9.01.1	Cedência de uso de sepulturas no cemitério
73.3.9.2	Cedência de Funcionários	78.1.9.9.01.2	Cedência de Funcionários
73.9.1	RECEITAS PROVENIENTES DO FUNCIONAMENTO DO BAR	78.1.9.9.02	Receitas provenientes do Funcionamento do Bar
73.9.2	RENDAS BENS DOMÍNIO PÚBLICO (GÁS, ENERGIA E EÓLICAS)	78.1.9.9.03	Rendas Bens de Domínio Público (Gás, Energia e Eólicas)
73.9.9	OUTRAS	78.1.9.9.99	Outras Receitas não especificadas nas anteriores
73.9.3	REEMBOLSOS	78.1.9.9.99	Outras Receitas não especificadas nas anteriores
78.6	Descontos de pronto pagamento obtidos	78.2	Descontos de pronto pagamento obtidos
		78.3	Recuperação de contas a receber
79.2.1	Juros de mora	78.3.1	Juros de Mora
79.2.9	outros	78.3.9	Outros
		78.4	Ganhos em inventários
79.3.1	Sinistros	78.4.1	Sinistros
79.3.2	Sobras	78.4.2	Sobras
79.3.8	Outros	78.4.9	Outros ganhos
		78.5	Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos
		78.5.1	Aplicação do método da equivalência patrimonial
79.4.1	Alienação de investimentos financeiros	78.5.2	Alienações
		78.5.9	Outros rendimentos
78.2.1	Empresa Municipal "Qualidade de Basto"	78.5.9.1	Empresa Municipal "Qualidade de Basto"
		78.6	Rendimentos nos restantes ativos financeiros
		78.6.1	Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de investimento
78.7	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	78.6.2	Alienações
		78.6.9	Outros rendimentos

		78.7	Rendimentos em investimentos não financeiros
		78.7.1	Alienações
		78.7.1.1	Propriedades de investimento
		78.7.1.2	Ativos fixos tangíveis
79.4.2.1	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	78.7.1.2.01	Terrenos e Recursos Naturais
79.4.2.2	HABITAÇÕES	78.7.1.2.02	Habitações
79.4.2.8	EDIFÍCIOS	78.7.1.2.03	Edifícios
79.4.2.3	EQUIPAMENTO BÁSICO	78.7.1.2.04	Equipamento Básico
79.4.2.4	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	78.7.1.2.05	Equipamento de Transporte
79.4.2.5	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	78.7.1.2.06	Ferramentas e Utensílios
79.4.2.6	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	78.7.1.2.07	Equipamento administrativo
79.4.2.7	TARAS E VASILHAME	78.7.1.2.08	Taras e Vasilhame
79.4.2.9	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	78.7.1.2.99	Outras Imobilizações Corpóreas
79.4.3	Alienacoes de imobilizacoes incorporeas	78.7.1.3	Ativos intangíveis
79.4.4	Sinistros	78.7.2	Sinistros
		78.7.3	Rendas em propriedades de investimento
		78.7.3.0	Bens de domínio público
		78.7.3.1	Terrenos
78.3.1	Terrenos e recursos naturais	78.7.3.1.01	Terrenos e Recursos Naturais
		78.7.3.1.02	Rendas Terrenos Concessionário Energia Elétrica (EDP)
		78.7.3.1.09	Outros
		78.7.3.2	Edifícios e outras construções
78.3.2.1.1	HABITAÇÕES	78.7.3.2.01	Habitações
78.3.2.2.1	RENDA DE CONCESSÃO - E.D.P.	78.7.3.2.02	Renda de Concessão - EDP
78.3.2.2.2	RENDAS BENS DOMINIO PUBLICO (ENERGIA EÓLICA)	78.7.3.2.03	Renda de Bens de Domínio Público (Energia Eólica)
78.3.2.2.9	OUTROS BENS	78.7.3.2.99	Outros Edifícios e Construções
78.3.2.1.9	OUTROS EDIFÍCIOS	78.7.3.2.99	Outros Edifícios e Construções
		78.7.9	Outros rendimentos
76.1	Direitos de propriedade industrial	78.7.9.1	Direitos de propriedade industrial
		78.7.9.9	Outros
76.8.1	PROVEITOS - CEDENCIA DE PESSOAL	78.7.9.9.01	Rendimentos de Cedência de Pessoal
		78.8	Outros
		78.8.0	Outros rendimentos do Estado
		78.8.0.1	Rendimentos correntes
		78.8.0.1.01	Prémios, taxas por garantia de risco e diferenças de câmbio
		78.8.0.1.02	Produto da venda de valores desamoadados
		78.8.0.1.03	Lucros de amodação
		78.8.0.1.09	Outros rendimentos correntes
		78.8.0.2	Rendimentos de capital
		78.8.0.2.01	Indemnizações
		78.8.0.2.09	Outros rendimentos de capital
		78.8.1	Correções relativas a períodos anteriores
		78.8.1.1	Correções de impostos diretos
		78.8.1.1.01	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
		78.8.1.1.02	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas
		78.8.1.1.03	Derrama
		78.8.1.1.04	Imposto municipal sobre imóveis
		78.8.1.1.05	Imposto único de circulação
		78.8.1.1.06	Imposto do uso, porte e detenção de armas
		78.8.1.1.07	Impostos abolidos
		78.8.1.1.09	Outros
		78.8.1.2	Correções de impostos indiretos
		78.8.1.2.01	Imposto sobre valor acrescentado
		78.8.1.2.02	Imposto sobre produtos petrolíferos
		78.8.1.2.03	Imposto sobre veículos
		78.8.1.2.04	Imposto de consumo sobre o tabaco
		78.8.1.2.05	Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas
		78.8.1.2.06	Jogos sociais e imposto de jogo
		78.8.1.2.07	Imposto de selo
		78.8.1.2.08	Contribuição do serviço rodoviário
		78.8.1.2.09	Contribuição do audiovisual
		78.8.1.2.99	Outros
		78.8.1.3	Correção de taxas
		78.8.1.4	Devolução de transferências concedidas por incumprimento
		78.8.1.5	Regularizações a contribuições declaradas
		78.8.1.9	Outras
		78.8.1.9.01	Correções de estimativas
		78.8.1.9.09	Outras correções
79.7.1	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	78.8.1.9.09.9	Outras correções relativas a exercícios anteriores
79.7.2	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS-CA	78.8.1.9.09.9	Outras correções relativas a exercícios anteriores
79.7.9	Outras correções relativas a exercícios anteriores	78.8.1.9.09.9	Outras correções relativas a exercícios anteriores
		78.8.2	Excesso de estimativa para impostos
		78.8.3	Imputação de subsídios e transferências para investimentos
		78.8.3.1	Administrações Públicas
		78.8.3.1.01	Estado
		78.8.3.1.01.1	Cooperação Técnica e Financeira
		78.8.3.1.01.1.1	Protocolos
		78.8.3.1.01.1.2	Contratos-Programa
		78.8.3.1.01.1.9	Outros
		78.8.3.1.01.9	Outros
		78.8.3.1.02	Serviços e Fundos Autónomos
		78.8.3.1.02.1	IRHU
		78.8.3.1.02.9	Outros
		78.8.3.1.03	Administração Local
		78.8.3.1.03.1	Associações de Municípios
		78.8.3.1.03.2	Municípios
		78.8.3.1.03.3	Serviços Municipalizados
		78.8.3.1.03.4	Associações de Freguesias
		78.8.3.1.03.5	Freguesias
		78.8.3.1.03.6	Empresas Locais
		78.8.3.1.03.9	Outros
		78.8.3.1.04	Administração Regional
		78.8.3.1.04.1	RAA
		78.8.3.1.04.2	RAM
		78.8.3.1.05	Segurança Social
		78.8.3.2	Instituições sem fins lucrativos
		78.8.3.3	Famílias
		78.8.3.4	Resto do Mundo
79.4.5.1	Subsidios ao Investimento	78.8.3.4.01	FEDER
		78.8.3.4.02	Fundo de Coesão

		78.8.3.4.03	Fundo Social Europeu
		78.8.3.4.04	LEADER
		78.8.3.4.09	Outras
		78.8.3.5	Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras
		78.8.3.9	Outras entidades
		78.8.4	Ganhos em outros instrumentos financeiros
79.1	Restituição de impostos	78.8.5	Restituição de impostos
79.8.2	Diferenças de câmbio extraordinárias	78.8.6	Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional
		78.8.9	Outros não especificados
		78.8.9.1	Correntes
79.8.1	Sinistros com pessoal	78.8.9.1.01	Sinistros com pessoal
		78.8.9.1.02	Seguros de Saúde
79.8.9.1	SEGURO DE SAÚDE - CONJUGE	78.8.9.1.02.1	Seguros de Saúde - Cônjuge
79.8.9.2	SEGURO DE SAÚDE - FILHOS	78.8.9.1.02.2	Seguros de Saúde - Filhos
79.8.9.3	REEMBOLSOS DE FUNCIONÁRIOS (SEGUROS)	78.8.9.1.99	Outras não especificadas nas anteriores
79.8.9.9	OUTROS-FINANCIAMENTOS	78.8.9.1.99	Outras não especificadas nas anteriores
79.9.1	Restituição de Custas do Tribunal	78.8.9.1.99	Outras não especificadas nas anteriores
79.9.2	DO NATIVOS - MECENATO	78.8.9.1.99	Outras não especificadas nas anteriores
79.9.3	RESTITUIÇÃO VERBAS TRIBUNAL	78.8.9.1.99	Outras não especificadas nas anteriores
79.9.4	RESTITUIÇÕES DIVERSAS	78.8.9.1.99	Outras não especificadas nas anteriores
79.9.9	Diversos	78.8.9.1.99	Outras não especificadas nas anteriores
79.8.4	SINISTROS - OUTROS	78.8.9.1.99	Outras não especificadas nas anteriores
		78.8.9.2	De capital
79.8.3	Transferências de capital	78.8.9.2.99	Outras não especificadas nas anteriores
		79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares
		79.0	Gestão da tesouraria e da dívida direta do Estado
		79.0.1	Emissão e gestão da dívida direta do Estado ou das Regiões Autónomas
		79.0.2	Gestão da Tesouraria do Estado ou das Regiões Autónomas
		79.1	Juros obtidos
		79.1.1	Residentes
78.1.1	JUROS DE DEPÓSITOS	79.1.1.1	Juros de Depósitos
78.1.2	JUROS DE OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	79.1.1.2	Juros de Obrigações e Títulos de Participação
78.1.3	JUROS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	79.1.1.3	Juros de Empréstimos Concedidos
		79.1.2	Não residentes
		79.1.8	Valor temporal do dinheiro
		79.2	Dividendos obtidos
		79.2.1	Entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos
		79.2.1.1	Empresas Locais
78.4.1.1	RESINORTE	79.2.1.1.01	Resinorte
78.4.1.9	OUTROS DIV. E PART. EM E.M. E E.I.M.	79.2.1.1.99	Outros Dividendos e Participações em Emp. Municipais e Emp. InterMunicipais
		79.2.1.9	Outros
		79.2.2	Outras entidades
		79.2.2.1	Sociedades Financeiras
78.4.1.2	FAM - FUNDO APOIO MUNICIPAL	79.2.2.2	Fundo de Apoio Municipal (FAM)
78.4.3	FAM - Fundo de Apoio Municipal	79.2.2.2	Fundo de Apoio Municipal (FAM)
		79.2.2.9	Outros
78.5	Diferenças de câmbio favoráveis	79.3	Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento
78.8	Outros proveitos e ganhos financeiros	79.9	Outros rendimentos similares

Figura 9 - Classe 7 Rendimentos

		81	Resultado Líquido do Período
		81.1	Resultado antes de impostos
		81.2	Imposto sobre o rendimento do período
		81.2.1	Imposto estimado para o período
		81.2.2	Imposto diferido
88.	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	81.8	Resultado líquido
		89	Dividendos antecipados

Figura 10 - Classe 8 Resultados